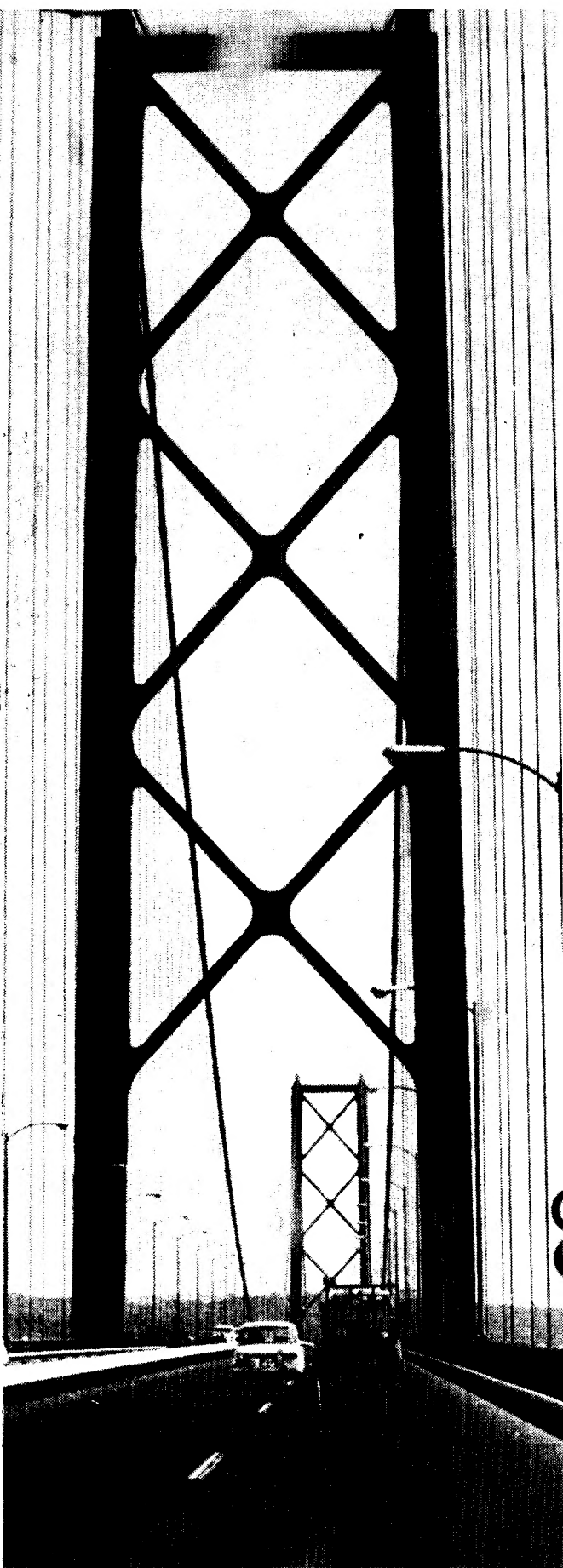




## PONTE SUSPENSA SOBRE DOIS MILHÕES E MEIO DE CONTOS

É superior a 2,5 milhões de contos o que ainda teremos de pagar pela ponte sobre o Tejo — Ponte «25 de Abril».

Trata-se de uma informação do Ministério do Equipamento Social, que adianta teremas receitas arrecadadas (de Agosto de 66 ao final de 1975) totalizado 1.523.600 contos. Este quantitativo representa, contudo, somente cerca de 35 por cento dos encargos financeiros contralidos com a realização da obra: 4.307.707 contos.

O Ministério esclarece ainda que, enquanto que a construção da ponte e acessos correspondem a 51 por cento do orçamento total, os restantes 49 por cento são referentes a amortizações de juros a satisfazer até 1986.

Adianta-se na nota do MEC Ministério do Equipamento Social que, actualmente, o Gabinete da Ponte sobre o Tejo despende por ano — em exploração, manutenção e conservação — cerca de 11 mil contos,

## C.R. REUNIDO NO RESTELO Angola volta à ordem do dia

O Conselho da Revolução, reunido desde as 15 e 30, poderá pronunciar-se em definitivo, ou pelo menos deixar tudo preparado para isso, sobre um conjunto de temas que vão desde a revisão do Pacto M. F. A. — Partidos ao reconhecimento do Governo de Agostinho Neto, passando pela situação dos militares detidos e pela questão das eleições.

Quanto ao primeiro destes pontos — o Pacto —, o encontro de ontem à tarde entre uma comissão de conselheiros da Revolução para o efeito nomeada e os representantes do Partido Socialista parece ter dado bons resultados, tornando possível ultrapassar as divergências principais existentes. A reunião durou cerca de três horas e realizou-se no Palácio das Necessidades, no Gabinete do ministro Melo Antunes. Estiveram presentes, pelo Conselho da Revolução, Ramalho Eanes, Vasco Lourenço e Martins Guerreiro. O P. S. fez-se representar por Salgado Zenha, Jorge Campinos, Sotomayor Cardia, António Reis e Jaime Gama.

Angola, ponto escaldante na actual conjuntura política, ocupa naturalmente um lugar importante na agenda do Conselho da Revolução. O não reconhecimento do M. P. L. A. que às razões políticas e morais que já detinha junta agora indiscutível hegemonia militar, pode trazer a Portugal consequências imprevisíveis não só nas relações com esta ex-colónia como com todas as outras. Enquanto o impasse persiste, outros países vão ocupando nas ex-colónias posições que por todas as razões nos corresponderiam. Regista-se no entanto, neste momento, a existência de um conselho da parte de vários membros do Conselho da Revo-

lução para que Portugal reconheça como único e legítimo o Governo de Agostinho Neto. A este propósito assumem importante significado as afirmações feitas por Melo Antunes ao seu colega holandês, Max Van der Stoep, no decorrer da curta visita que este fez a Portugal.

Melo Antunes reconheceu que nesta altura se verificava um grande avanço das forças do M.P.L.A. e disse estar convencido de que «haverá uma alteração da correlação de forças actual, a qual será favorável ao M.P.L.A.», revelando em seguida que Portugal tomará, num futuro próximo, uma posição oficial sobre a crise angolana. Disse ainda que o futuro de Angola será conduzido pelos seus homens progressistas na via da independência. Esses homens, embora Melo Antunes o não tenha dito, são, sem qualquer dúvida, aqueles que em 1961 assaltaram as prisões de Luanda e que, ao lon-

go da sua longa e difícil luta, sempre distinguiram entre o povo português e o colonialismo.

As eleições presidenciais são igualmente ponto importante que o Conselho da Revolução deverá hoje debater. É mais um dos flancos em que as forças da direita tencionam atacar com força e pode mesmo afirmar-se sem reservas que já o estão fazendo, ou pelo menos estão a criar as condições objectivas que o permitam. Segundo declarações do capitão Sousa e Castro a um matutino, «neste momento não há a possibilidade de as Forças Armadas apresentarem um candidato à Presidência da República». Entretanto não desmentiu nem confirmou que isso viesse a acontecer, enquanto no Porto o general Ramalho Eanes, interrogado sobre a possibilidade de ser candidato, de acordo com notícias já veiculadas por órgãos da In-

Continua na pág. 20

### DECIDIDO EM LOURENÇO MARQUES

## Moçambique reforça apoio aos movimentos de libertação

LOURENÇO MARQUES, 26 — (ANOP) — O Comité de Libertação da O. U. A. reunido pela primeira vez em Moçambique decidiu apelar para a intensificação da luta armada de libertação nacional no Zimbabwe (Rodésia) e conceder uma ajuda material e financeira substancial ao movimento de libertação da Namíbia, S. W. A. P. O., cujo país «está a ser utilizado como base de agressão a Angola».

As decisões foram anunciadas em Lourenço Marques no decorrer de uma conferência de imprensa presidida pelo coronel Ashim, Mbita, da Tanzânia, secretário executivo do referido Comité.

Os países participantes nesta 26.ª sessão, reunidos durante seis dias, depois de examinarem um relatório sobre a situação no Zimbabwe e de notar que «o regime minoritário ilegal e racista está a empregar táticas que visam ganhar tempo e causar divisão para permitir o fortalecimento da repressão», reafirmaram, segun-

do informou o coronel Mbita, «o reconhecimento da O. U. A. ao A.N.C. (Congresso Nacional Africano), movimento de libertação do Zimbabwe, como o único e legítimo representante do povo daquele país» e exortaram os membros da O. U. A. a conceder toda a ajuda «moral, política, diplomática e material à causa do povo do Zimbabwe», apelando, simultaneamente, à vigilância dos países da O. U. A. em relação ao regime «ilegal e racista».

Em relação à Namíbia, a conferência decidiu ainda condenar «a política de agressão do regime racista e minoritário da África do Sul, quer em Angola quer na Namíbia».

Foi também recomendado que o Conselho de Ministros da O. U. A. «procure encontrar os meios adequados para expulsar as tropas sul-africanas dos territórios ocupados».

No decorrer da sessão final, Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, numa breve alocução, afirmou a sua satisfação por

se ter compreendido «que a luta dos povos se tornou numa confrontação contra o imperialismo».

Chissano, que será o presidente da próxima sessão do Comité de Libertação da O. U. A., disse que «com determinação e unidade seremos capazes de, dentro em breve, termos uma reunião do género em qualquer parte do sul do continente africano, quer na Namíbia, quer no Zimbabwe e até mesmo na África do Sul, pois o racismo sul-africano e todos os regimes racistas têm os seus dias contados graças à vitória dos nossos povos. Não estará longe a altura em que poderemos reunir livremente em Pretória ou em Joanesburgo».

O dirigente moçambicano congratulou-se ainda pela maior maturidade que o Comité de Libertação daquela organização mostrou em relação ao ano transacto e apelou para a unidade e «muito mais coragem e determinação» na libertação de África.



### Timex parada

A administração da Timex foi convocada esta manhã para uma reunião no Ministério do Trabalho. Tenta-se uma solução para evitar o despedimento de cerca de 700 trabalhadores e a redução para três dias de trabalho por semana para os restantes 1200 operários. Esta manhã, tal como havia ficado decidido em plenário, os trabalhadores foram para a fábrica, dispostos a pegar ao serviço, mas tiveram de inventar qualquer coisa para passar o tempo.

# Nacional

M.P.L.A. a um passo da vitória

## Um mês para a posse de todo o território

Observadores militares e políticos consideram que o M.P.L.A. poderá estar de posse de quase todo o território angolano antes do fim do mês de Fevereiro.

Depois da queda de S. Salvador, no Norte, e de Novo Redondo, na região litoral sul, a F.N.L.A. está reduzida a um estreito corredor no extremo das províncias do Uíje e do Zaire e a U.N.I.T.A. vê Huambo, Silva Porto e Luso seriamente ameaçadas e aberto o caminho para a libertação de Lobito e Benguela.

Enquanto no norte não parece existir qualquer futuro para a F.N.L.A., no sul a U.N.I.T.A., auxiliada pelos chineses, prepara-se para a guerra de guerrilha, último recurso à derrota que parece inevitável num tipo de guerra convencional. A carência de apoio popular do movimento de Jonas Savimbi não permite, porém, prever grandes êxitos para a guerrilha. Também a F.N.L.A., igualmente auxiliada pelos chineses, declara que lançará agora uma ofensiva guerrilheira, mas, para o movimento de Holden Roberto, as possibilidades de sucesso são ainda mais remotas que para a U.N.I.T.A.

Da parte da África do Sul, continua a registar-se o recuo das suas forças para sul, fugindo à frente de batalha. Nos meios governamentais de Pretória, classifica-se este recuo como uma «retirada», que o gabinete do primeiro-ministro Vorster, enfrentando uma moção de censura da oposição, pretende fazer crer que será total. Contudo, em Joanesburgo, fontes bem informadas dão como certo que a retirada é apenas parcial e que os exércitos invasores sul-africanos se reagruparão mais a sul, defendendo a fronteira da Namíbia.

A moção de censura da oposição está, a partir de hoje, em debate no Parlamento, aguardando-se uma intervenção do ministro da Defesa, Peter Botha, declarando que a retirada das suas forças está já em curso. Desta forma, o Governo nacionalista de Vorster intenta escapar à crítica da oposição e, ao mesmo tempo, fornecer aos países africanos anti-M.P.L.A. um novo argumento para pressionarem a formação do tão apregoado Governo de «Unidade» Nacional, em Angola.

Uma nova ofensiva diplomática neste âmbito está a ser desencadeada pelo Quênia — que goza de considerável influência entre os países africanos de expressão inglesa —



Soldados do M.P.L.A.: pausa antes do avanço para Huambo

acolitado pela Zâmbia. A movimentação queniana é conduzida pelo ministro das finanças daquele país, Mwai Kibaki, recentemente regressado de Lusaca. Pretende-se, essencialmente, levar o M.P.L.A., U.N.I.T.A. e F.N.L.A. a uma nova conferência, do tipo da realizada em Nakuru, antes da independência de Angola.

O reforço da posição militar do M.P.L.A., consequência das últimas vitórias a norte e sul do país, tornam cada vez mais distante a possibilidade de Agostinho Neto ceder a este tipo de pressões, tanto mais que a situação conduz, paralelamente, à intensificação do apoio internacional ao seu movimento, com significativas mudanças de posição de países que até agora têm recusado tomar partido. Esta viragem política terá especial repercussão caso Portugal reconheça a República Popular de Angola, de acordo com indícios que se podem extrair das últimas declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Melo Antunes.

Em todo este panorama, resta agora enquadrar os Estados Unidos e os seus aliados europeus, nomeadamente depois do fracasso dos contactos efectuados por Kissinger em Moscovo. Para além da oposição interna com que uma política intervencionista de Washington conta nos próprios Estados Unidos, a mesma depara com forte relutância dos principais aliados europeus

quanto a um envolvimento directo num conflito que poderá transformar Angola no «Vietname africano». Desta forma, embora não seja ainda de excluir um golpe de força dos Estados Unidos, diversos observadores inclinam-se mais para uma política de «recuperação», por via diplomática, das posições perdidas, aceitando Washington, como um facto, a situação criada no terreno. É de realçar o pouco impacto que têm produzido os múltiplos apelos de desesperados de Holden Roberto e Jonas Savimbi aos países Ocidentais, tentando arrastá-los para uma espécie de «cruzada anticomunista» em Angola.

### BATALHA DO QUEVEE FOI DECISIVA

LUANDA, 26 (Por Pierre Zanin da AFP) — A ofensiva das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola na frente sul jogou-se no Queve. Foi neste rio, 500 quilómetros ao sul de Luanda, que as F.A.P.L.A. alcançaram a sua vitória mais retumbante e sem súbita mais determinante na guerra de Angola.

Dezembro: a frente norte desmorona-se. As tropas da F.N.L.A. vão perdendo, uma a uma, os redutos onde se firmavam havia largos meses. É a grande ofensiva que precede a conferência da O.U.A., em Adis Abeba. Em princípios de Janeiro, o porta-voz das F.A.P.L.A., referindo-se à frente sul, classifica a situação de «estável». De

ambos os lados do rio Queve, linha de defesa natural naquela frente, os dois campos se empenham numa verdadeira guerra de trincheiras. Diariamente, os canhões sul-africanos de 140m/m martelam as posições das F.A.P.L.A.

«Quem tentar uma ofensiva irá para o massacre», confidenciau nessa altura o informador militar do M.P.L.A. «Todas as pontes foram destruídas. Esta guerra de Angola ganha-se ou perde-se principalmente nos eixos rodoviários. Só uma operação de envergadura — a travessia do Queve — poderá fazer inclinar a balança».

Dominando a situação no Norte, o M.P.L.A. está em condições, em princípios de Janeiro, de concentrar todos os seus esforços na frente sul. Há que transpor o Queve. Desde Outubro que as granadas sul-africanas imobilizam homens e blindados. A artilharia sul-africana, manifestamente superior, impede qualquer tentativa.

Depois, vem a notícia da ocupação de Cela, de Santa Comba e, sobretudo, de Amboiva, localidade situada na outra margem do Queve. Uma operação helitransportada acaba, sem dúvida, de mudar o curso da batalha As F.A.P.L.A. atravessam o rio. Os «órgãos de Estaline» lançam o pânico entre as forças da U.N.I.T.A., que batem em retirada. A artilharia sul-africana vê-se privada da sua infantaria. Uma testa de ponte é estabelecida no Queve. Os blindados das M.P.L.A. engolam-se na brecha. Três colunas participam nesta ofensiva decisiva: uma avança em direcção ao Huambo, outra aproxima-se do litoral e chega a Novo Redondo, a terceira ameaça Silva Porto, importante base aérea, estratégica para os sul-africanos. Os combates são particularmente violentos. Informações colhidas em Luanda dão conta de pesadas baixas nas fileiras sul-africanas.

É a debandada. No litoral, as tropas sul-africanas recuam em direcção ao Lobito. No centro, as F.A.P.L.A. aproximam-se de Huambo (ex-Nova Lisboa), capital da U.N.I.T.A. A cidade de Silva Porto vê-se ameaçada.

Tal como no Norte, a derrota canafrentesulprocessou-se com de Luanda, havia ali cerca de vinte mil soldados sul-africanos.

Perante este êxito o estado-maior das F.A.P.L.A. mostra-se simultaneamente muito discreto e muito prudente. Os observadores não duvidam, entretanto, de que esta batalha foi decisiva.

Outra, porém, se avizinha. Os observadores em Luanda admitem que as tropas sul-africanas irão agora estabelecer uma linha de defesa no eixo Benguela-Nova Lisboa-Silva Porto, o qual corresponde à linha de caminho-de-ferro de Benguela, artéria vital de Angola que atravessa o país de leste para oeste. Mas que atitude irão tomar efectivamente as tropas sul-africanas? Uma retirada deixaria as forças da U.N.I.T.A. praticamente sem defesa perante a ofensiva das F.A.P.L.A. Este dispositivo, segundo os mesmos observadores em Luanda, seria de molde a assegurar a transferência, em boa ordem, do grosso das tropas sul-africanas para a fronteira. Mas subsiste a interrogação: será essa linha suficiente para sustentar a ofensiva lançada a partir do Queve?

## Cunhal falou em Setúbal sobre a alternativa democracia-fascismo

«Ante o nosso povo e o nosso País colocam-se neste momento grandes alternativas» — disse Álvaro Cunhal no sábado à tarde no pavilhão do Clube Naval Setubalense, no uso da palavra durante um comício do P. C. P. «Estas alternativas não se colocam apenas como diferenças de concepção e de programas mas como diferenças reais na actividade e na luta de todos os dias» — acrescentou o secretário-geral do P. C. P. Seis alternativas, disse ainda. E enunciou-as.

«A primeira grande alternativa que se coloca ante o nosso povo é entre a ordem democrática e a desordem e o terrorismo fascistas.» A segunda: «Entre uma economia progressista ao serviço do povo e a recuperação de bens e de posições pelo capital monopolista.» A terceira: «Entre a Reforma Agrária e a recuperação do poder e das terras pelos grandes agrários.» A quarta: «Entre uma política económica e social que põe como objectivo o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e uma política que põe como objectivo prioritário a intensificação da exploração para permitir aos capitalistas a acumulação de capitais e o investimento.» A quinta: «Entre uma política de independência nacional e uma política de submissão ao imperialismo.» Quanto à sexta — disse Álvaro Cunhal — ela «resume no fim de contas todas as anteriores, é entre um regime democrático e uma ditadura fascista.» Álvaro Cunhal teceu considerações sobre os diversos problemas aqui implicados.

«Para fazer face à ameaça do fascismo, para defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, para levar a cabo a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo, para assegurar a independência nacional, é indispensável um grande esforço de entendimento e unificação» — dizia ainda o secretário-geral do P. C. P. «Nenhuma força política ou militar só por si está hoje em condições de garantir o futuro democrático de Portugal. Por isso o P. C. P. prossegue firme e consequentemente uma política de unidade de todas as forças, de todos os sectores, de todos os portugueses e portugueses interessados em que Portugal não volte ao passado fascista, interessados na construção de um regime democrático estável ao abrigo de qualquer golpe da contra-revolução. Na nossa política de unidade existem no momento presente três aspectos fundamentais» — disse ainda — «a aliança do povo com os militares, o entendimento entre as forças políticas e a unidade da classe operária e das massas populares.»

### M F A E ALIANÇAS

«A aliança do movimento popular com o M. F. A., a aliança do povo com as Forças Armadas, continua a ser decisiva para a salvaguarda da nossa jovem democracia» — considerou Cunhal, acerca do primeiro dos três aspectos com que caracterizou o momento presente. «Apesar das dificuldades actuais e da complexa e perigosa situação que se criou após o 25 de Novembro, o P. C. P. continua a defender que tudo deve ser feito para apoiar

o M. F. A., os militares do 25 de Abril e para facilitar a unidade das Forças Armadas na base do seu dever de defender e garantir o regime democrático e a independência nacional, tudo deve ser feito para uma reaproximação do povo e das Forças Armadas, no projecto comum de garantir um regime de liberdade, de paz e de progresso. Hoje, como sempre, na medida em que os militares estiverem ao lado do povo, o povo estará ao lado dos militares.»

«Quanto ao entendimento entre as forças políticas — reconheceu o secretário-geral do P. C. P. — «existem sérias dificuldades. A reacção e a direita no seu conjunto avançaram muito no seu trabalho de organização. A esquerda, se tirarmos o P. C. P. que é na esquerda o único partido de massas, está muito dividida e insuficientemente organizada».

«Nós consideramos que o entendimento e a acção comum de comunistas com democratas e pessoas progressistas de outras tendências é uma necessidade imperiosa para fazer frente à reacção, defender as liberdades e assegurar o futuro democrático do nosso país» — sublinhou Cunhal.

Acerca dos últimos aspectos com que caracterizou a situação actual: «É necessário reforçar todas as formas de organização operária e popular — as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, as assembleias populares, as ligas dos pequenos e médios agricultores, as cooperativas — preconizou — e em toda a parte lutar contra o divisionismo, contra o sectarismo, contra o radicalismo pseudo-revolucionário que faz o serviço à reacção, e em toda a parte lutar pela unidade da classe operária, pela unidade dos trabalhadores, pela aliança com os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, pela unidade das mais amplas massas populares na luta contra a direita reacção e a ameaça do fascismo, na luta contra a recuperação capitalista, contra a recuperação dos grandes agrários, contra a recuperação do imperialismo, na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, na luta para assegurar a construção do novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.»

### ELEIÇÕES

Numa passagem do seu discurso, ainda Álvaro Cunhal, referiu-se às eleições e disse: «O P. C. P. considera que, na situação actual, a realização de eleições poderá ser um factor positivo para a consolidação da democracia. Mas o P. C. P. reclama que a lei eleitoral não sofra alterações que ponham em causa a genuidade do voto, que instituem qualquer sistema relativo à capacidade eleitoral, aos círculos eleitorais e ao sistema de voto que transformem as eleições numa fraude monstruosa.» E exemplificou: «Desde já tornamos claro que não pode ser aceitável que venham milhares de votos do Brasil ou dos Estados Unidos alterar os resultados da votação em Portugal. Do tempo do fascismo o povo português ficou farto de mascaradas eleitorais. Opor-se-á a que elas se repitam.»



A rapidez das unidades blindadas foi decisiva na ofensiva do Queve

# post scriptum

## O que se espera para reconhecer Angola?

Quando, após a Revolução de Abril, se pôs o problema do reconhecimento do Governo saído da revolução por parte dos países da comunidade internacional, houve um ministro qualquer (não sei se francês) que, interrogado sobre o assunto, respondeu que o seu país não reconhecia governos mas nações.

Ora, este princípio, que considero extremamente feliz, se fosse seguido por Portugal no que respeita a Angola, ter-se-ia chegado já a uma solução do problema.

É uma situação absurda, pois é; mas é, contudo, uma situação. Qualquer país se pode dar ao luxo de reconhecer ou não Angola como nação independente. Com Portugal o caso é diferente: se reconheceu o direito de Angola à sua independência, se proclamou essa independência alto e bom som por intermédio do seu alto-comissário — aconselha-nos um mínimo de lógica que Portugal tem de reconhecer o novo Estado soberano.

Reconhecer o Governo de Luanda ou o do Huambo exige uma tomada de posição, tomada de posição essa que terá de estar de acordo com as nossas convicções políticas. Se existissem apenas um governo, o problema não se punha; a existência de dois governos força-nos a uma escolha. Essa escolha terá de resultar de uma análise criteriosa e honesta da situação angolana. Antes de mais, convirá saber qual dos governos é realmente angolano e qual deles foi ali introduzido para defender interesses que nada têm a ver com os interesses do povo angolano.

Evidentemente que não é necessário ter-se frequentado a Sorbonne ou possuir-se um curso de política internacional para se chegar à conclusão de que o MPLA é o único Movimento de libertação que lutou (e ainda luta) pela independência da sua terra. É o único Movimento que trava uma guerra dura e longa para rebentar com as amarras — económicas, sociais e políticas — que mantêm agarrado o homem angolano desde há centenas de anos. Os outros Movimentos — e isso está mais que provado — não passam de puros fantoches ao serviço dos consórcios internacionais, que não defendem (nem nunca defenderam) os interesses do homem angolano, especialmente do homem explorado que é, ao fim e ao cabo, a quase totalidade da população de Angola. Isto não é segredo para ninguém e muito menos para quem tem a responsabilidade de escolher entre os dois governos. A prová-lo está o facto de ainda nenhum país ter tido a coragem de reconhecer o governo fantoche do Huambo, nem mesmo o Zaire, a África do Sul ou os Estados Unidos, principais «balões de oxigénio» da UPA/FNLA e UNITA.

De que estamos, pois, à espera para reconhecermos o Governo de Luanda? Mais concretamente: de que estamos à espera para reconhecer a jovem nação angolana, se já proclamámos a sua independência há dois meses?

Luis Rocha — Évora

## O que vai pelas telas dos cinemas

Há uma série de filmes em exibição que hesitaria em classificar de pornográficos, mas que evidentemente são «chocantes», e não apenas no que se refere à exploração do sexo mas também em relação à apresentação de cenas onde excrementos, vômitos, e coisas repugnantes aparecem. Penso que é assim que alguns realizadores procuram «chocar» o público burguês, mas afinal parece-me que o mesmo efeito seria obtido se mostrassem a exploração do homem pelo homem, nos moldes em que ainda hoje se faz em tanto lado. Não é preciso mostrar porcaria para que as pessoas levem «um murro no estômago». Por tudo isto, parece-me que o fim da censura os espectáculos está a ser mal aproveitado e, em parte, por aqueles que tanto se queixavam da repressão.

Maximino S. Oliveira — Cascais

## Quem vai pagar as taxas?

Li no vosso jornal uma carta do sr. R.M.A.B., de S. Pedro do Estoril, onde pede uma resposta. E eu peço também que ele responda: se a rádio e a televisão deixarem de transmitir programas religiosos como aquele senhor pede, as religiosas e os católicos ficam dispensados de pagar as taxas?

Ana J. Monteiro — Leiria

## O que faz falta ao cozido

Gostava de saber até quando terei de continuar a fazer «cozido à portuguesa» com carne de porco e borrego, pois o melhor, a carne de vaca, continua a faltar. Tenho lido notícias que dizem que chegaram não sei quantas toneladas, que foram, ou vão ser distribuídas, e até, que o preço de venda baixou. Mas então onde é que se meteu essa carne, que os talhos não a têm? Quanto aos preços: a última vez que a comprei, a carne de vaca era ao preço de «pegar ou largar», para quem queria e tinha posses para isso. Espero que agora a tabela seja mesmo para se cumprir. Isto é: quando desencantarem a tão falada carne de vaca, que, por enquanto, é só miragem.

Catarina P. Lucas — Lisboa

## REVOLUÇÃO DOMESTICADA

# "O JOGO AMERICANO EM PORTUGAL"

## LUZ VERDE PARA A CIA

«O levantamento revolucionário de 25 de Abril de 1974 simbolizava o espectro do marxismo que se via pairar sobre uma parte da Europa. Para Henry Kissinger e a sua equipa, esse levantamento trazia em si um perigoso elemento de instabilidade, numa estratégia global já em dificuldades na Ásia e no Médio Oriente, tanto mais que (como responsáveis da CIA explicaram perante o Congresso) os serviços de informação tinham subestimado os riscos do derrube do regime de Caetano, o qual, até à última hora, beneficiou do apoio americano» — eis como Daniel Schechter, director dos serviços de informação de uma cadeia independente de radio-difusão norte-americana, descreve em «Le Monde Diplomatique» deste mês, as primeiras apreensões que a «vitória dos capitães» suscitou em Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano.

De 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 — assim podia chamar-se este artigo, intitulado «O Jogo dos E.U.A. em Portugal». A verdade é que Daniel Schechter coloca um ponto final no objecto da sua análise, citando uma frase da revista norte-americana «Time», acerca da vitória dos «moderados» no 25 de Novembro: «Finalmente, os bons venceram». (1)

Que paradas estavam na mesa quando Washington enceta o seu «jogo em Portugal»? Eis o que diz Schechter: «se Portugal virasse para a esquerda até onde iria ele? Os comunistas poderiam tomar o Poder? Iriam tomá-lo? Que consequências teria isso para a política de desanuviamento? Em que medida iria isso afectar as posições de defesa da NATO, as bases aéreas americanas e as facilidades navais estratégicas de que os E.U.A. gozam nos Açores? Politicamente havia também de ter em conta o impacto da nova situação sobre a Europa Ocidental, dados os ganhos comunistas na França e na Itália, além das incertezas da Espanha após a morte de Franco. E, para terminar, que aconteceria às colónias portuguesas, especialmente a Antónia, rica de recursos naturais? Uma descolonização rápida não iria alterar ainda mais o equilíbrio estratégico, ameaçando a estabilidade económica e o *statu quo* político na África Austral?»

Perante a situação portuguesa, Washington delineou uma estratégia: combater a revolução. E duas táticas se apresentaram: uma, de Kissinger — evitar a todo o custo a participação dos comunistas no Governo, recorrendo às medidas utilizadas contra o Governo chileno de Unidade Popular. Outra, a de vários altos funcionários e a de «dois embaixadores» — auxiliar as forças anti-comunistas, que conseguiriam impor-se com essas ajudas. Esta acabou por ser a tática utilizada, tanto mais que se fundamentava numa sondagem efectuada no interior do país, das quais se concluiu que uma política à chilena produziria resultados opostos aos pretendidos, favorecendo mesmo provavelmente uma progressão do comunismo.

A imprensa americana, por sua vez, adoptava a tática kissingeriana, reduzindo as lutas sociais portuguesas a um conflito entre «comunistas totalitários» e «democratas apaixonados pela liberdade»

A primeira tarefa que Washington tinha de cumprir para levar a cabo o seu jogo era recolher informações seguras. Assim: duas semanas após o 25 de Abril, os E.U.A. enviavam a Portugal um «eminente especialista em matéria de intervenção no mundo do trabalho, Irving Brown, sindicalista da AFL-CIO, que dirigiu uma série de manobras anticomunistas financiadas pela CIA no seio dos sindicatos europeus e africanos depois da Segunda Guerra». Em Maio, Junho e provavelmente Setembro, veio até Lisboa outro colector de informações: Vernon Walters, director-adjunto da CIA. Os dados recolhidos «não foram dos mais brilhantes: «a esquerda vencida, o centro era fraco e a direita fugia. Além disso, a influência dos E.U.A. era limitada».

Reacção rápida em Washington: Kissinger demite o embaixador, Stuard Nash Scott, ao que parece por este não ter tido «uma atitude suficientemente firme, face à crescente influência dos comunistas». Ainda Scott estava a meter a roupa nas malas e já desembarcavam em Lisboa quatro homens, munidos de elevados poderes, cuja missão era a de elaborarem um relatório pessoalmente destinado a Kissinger *himself*. Ao mesmo tempo, Frank Carlucci, conhecedor da língua portuguesa e técnico em «manipulação de crises», com palmarés conquistado no Congo e no Brasil, é nomeado embaixador em Lisboa. O autor do artigo cita a revista portuguesa «Vida Mundial», que nessa altura noticiou que o pessoal da embaixada dos E.U.A. em Lisboa tinha triplicado.

Começa então as grandes manobras. Assim, enquanto Kissinger evoca o «declínio da civilização ocidental», os jornais falam da «teoria dos domínios» na Europa meridional, quando escrevem sobre Portugal e a Grécia, e sobre os «reveses políticos» nessa zona. Até os grandes jornais de opinião liberal, como «New York Times» e «The Washington Post» multiplicam os seus apelos no sentido de Washington fazer face «à ameaça de um ressurgimento da esquerda». Estava criado o clima que possibilitava a intervenção. E Kissinger encarregou a CIA de intervir.

Num extenso artigo de 40 páginas, publicado em «Foreign Affairs» (e citado por Daniel Schechter), Tad Szulc revela que o secretíssimo «Comissão dos 40» teve uma série de reuniões no fim de 1974 e aprovou um certo número de operações em Portugal e Angola.

No âmbito desse programa, os partidos de direita foram dos que logo receberam fundos. Em fins de 1974, Kissinger parecia duvidar ainda que «o pequeno partido socialista ou o seu dirigente, Mário Soares, tivessem capacidade de ganhar uma batalha política contra a esquerda». Tad Szulc conta, a propósito, um jantar privado, que foi ele o primeiro a noticiar, e que, no dia 19 de Outubro de 1974 reuniu Costa Gomes, Mário Soares e Kissinger, durante o qual se travou uma interessante conversa entre os dois últimos citados acerca de ser ou não Krensky. (2)

Segundo constou, Mário Soares achou que Kissinger tinha sido muito indelicado para com ele, que estava mal informado dos assuntos portugueses e que tinha maiores afinidades com conservadores do tipo Spínola. Leiamos agora de novo Daniel Schechter: «Segundo Vitor da Cunha Rego (3), adjunto do Partido Socialista, Kissinger, num dos seus encontros com M. Soares, referiu-se com admiração a Spínola, que ele considerava como um verdadeiro homem forte. Cunha Rego relatou a um jornalista do «Phoenix» (4) de Boston, as suas audiências privadas com o secretário norte-americano de Estado. É interessante notar que Cunha Rego declarou também com candura que a C. I. A. era a agência mais bem informada em Portugal e que ele admirava as suas análises. Insistiu também no facto de os socialistas não receberem auxílio financeiro da agência».

## MAIS DE DEZ MILHÕES POR MÊS

Algumas semanas mais tarde, o «New York Times» e a Associated Press revelavam que a CIA consagrava mais de dez milhões de dólares mensais ao reforço dos movimentos portugueses de oposição, incluindo o Partido Socialista. Tais grupos eram oficialmente denominados de «forças democráticas» ou «moderadas». Os que primeiro beneficiaram desta assistência foram os socialistas, que a receberam por via dos seus congéneres ocidentais, acrescida de contributos generosos desses mesmos partidos.

Mas se os socialistas foram os primeiros a ser beneficiados não foram os únicos. O autor do artigo assistiu em fins de Agosto em Lisboa a uma Conferência da Juventude, financiada pelo Conselho da Europa e acolhida pelo CDS. Jovens conservadores e da direita de toda a Europa reuniram em Lisboa, com dois observadores americanos do Conselho da Juventude dos EUA (organismo em tempos financiado pela CIA), os quais vieram a Portugal com viagens pagas pelo Departamento de Estado. Durante a conferência — decidiu apoiar os «democratas de Portugal» — foram distribuídos pelo delegados cartazes do CDS e outros de homenagem à... UNITA.

Para o autor, no entanto, é Spínola «a mais importante personalidade da direita». Segundo Tad Szulc, novamente citado pelo autor, os projectos de Spínola que culminaram no golpe de 11 de Março eram conhecidos da CIA, que, desde então, se mantém em contacto com o ex-general. Numa conferência de imprensa que Spínola proferiu em Boston em Novembro passado, perante uma assistência composta, na sua maioria, por portugueses de origem, açoriana, o infatigável viajante negou receber apoio da CIA, mostrou-se mesmo chocado com tal ideia, mas foi convidando os EUA a mostrarem-se «generosos para com os seus amigos», recorrendo, como é de esperar, à comparação com «os amigos dos soviéticos» e falando num pretérito projecto soviético que utilizaria Portugal como trampolim para uma fantástica «União das Repúblicas Socialistas Ibéricas».

A «tournée» de Spínola e as suas alocações perante organismos oficiais teria em vista recolher subsídios. Segundo Tad Szulc, os serviços de informação utilizariam a colaboração de alguns elementos da colónia portuguesa de Nova Inglaterra, onde Spínola se demorou durante a sua estadia nos EUA.

Outro canal de que a CIA se serve é a Igreja Católica. Citando desta vez o ex-agente da CIA, Philip Agee, lembra que este acusou a CIA de ter contribuído para suscitar a vaga anti-comunista do Verão passado no Norte do país. Mais cauteloso que Philip Agee, Ted Szulc — uma vez mais citado pelo autor do artigo — nota o seguinte: «No Verão passado, a CIA teve largos contactos com grupos do Norte de Portugal, onde algumas sedes do PC foram queimadas e destruídas» (...) Ignora-se se estas desordens foram financiadas pela CIA, mas o que se sabe é que a CIA tinha conseguido penetrar em certas organizações conservadoras, servindo-se de membros da Igreja Católica. Alguns dos seus contactos foram estabelecidos em Washington por intermédio dum ou vários padres americanos e de emissários do clero vindos de Portugal».

Confirmação oficial por parte das autoridades norte-americanas? Claro que não houve nenhuma, como aliás é de norma. Antes pelo contrário: desta vez, Washington chegou mesmo a lamentar-se claramente de que os reveses ultimamente sofridos pela C. I. A. impedissem a devida actuação dos serviços secretos: o próprio presidente Gerald Ford, numa entrevista à «U. S. News and World Report», disse textualmente: «Acho que é trágico. Não podemos participar no auxílio que outros países da Europa Ocidental concedem aos nossos amigos sociais-democratas de Portugal».

Esta «tragédia» não era, contudo, mais do que uma flor de retórica: há informações confirmadas de que, muito antes desse desabafo de Ford, já a CIA tinha começado a auxiliar «os seus amigos sociais-democratas». Mário Soares desmentiu com indignação estas alusões mas Philip Agee, numa carta privada, sugere que a origem dos fundos foi dissimulada deliberadamente, por interposição de terceiros, para que estes desmentidos tivessem maior credibilidade.

## A PRESSÃO E A SABOTAGEM ECONÓMICAS

No entender do autor, porém, por mais importantes que estes meios secretos da política americana tenham sido, não foram eles que produziram maior impacto na situação portuguesa. O maior impacto foi produzido pela «concertação muito oficial entre os EUA e a Europa Ocidental para utilizarem os programas de auxílio como instrumentos de pressão política e para agravarem a crise económica» no nosso país. Enquanto o PC teve um papel importante no Governo, o auxílio americano foi mantido a um nível mínimo -25 milhões de dólares para o ano fiscal de 1975. Os EUA tornaram público que a atribuição de créditos dependia da mudança política, recorrendo às mesmas promessas de auxílio. O auxílio

Continua na pag. 18

# Nacional

## Nacionalização da Banca analisada pelas comissões

Os membros de Lisboa das Comissões Administrativas da Banca Comercial Nacionalizada, que cessarão em breve as suas funções para que foram nomeados, distribuíram um texto em que analisam «o significado das nacionalizações, e a actividade dos órgãos dos gestores das empresas nacionalizadas, bem como a sua inserção na óptica mais vasta que é a própria inserção no processo de democratização a caminho do socialismo», do qual extraímos as afirmações que a seguir transcrevemos.

«As principais nacionalizações efectuadas dentro do processo revolucionário vivido no País tiveram como objectivo básico subtrair do controlo do capital monopolista os sectores mais importantes da actividade económica.

Deve, no entanto, entender-se que as nacionalizações são apenas um passo necessário, que não suficiente, para eliminar a tutela que 'muitos poucos', detentores do poder económico exerciam sobre o País. Resta ainda 'nacionalizar' a vida das empresas nacionalizadas, ou seja, concretizar uma gestão efectivamente ao serviço da produção e das

classes trabalhadoras, e sob o seu controlo.

O funcionamento das empresas nacionalizadas, em moldes que satisfaçam directa ou indirectamente os interesses que anteriormente as tutelavam, é uma das formas de que se pode revestir a sua recuperação capitalista.

Dai a importância de que reveste para a generalidade dos portugueses saber não só a forma como essas empresas satisfaziam aqueles interesses, mas também e principalmente, como são, em cada momento subsequente à sua nacionalização, geridas essas empresas, por quem e com que objectivos.»

### A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

«A nacionalização da Banca, pela importância estratégica deste sector na vida do País, assume significado especial dentro das restantes nacionalizações. Na verdade, era a partir da Banca que se exercia e expandia a tutela do capital monopolista, entendido como domínio económico e político da actividade produtiva e social do País.

«Com a nacionalização surge naturalmente a necessidade de se proceder à criação imediata de novos órgãos de gestão. Para atender a estas necessidades foram criadas Comissões Administrativas, órgãos com carácter vincadamente transitório, visando o funcionamento do sistema bancário em novas coordenadas, que permitisse o posterior lançamento das bases conducentes à colocação da Banca ao serviço das classes trabalhadoras e produtivas.

«Contudo, não se devem ignorar as limitações que transcendiam a própria actuação das Comissões Administrativas, como é o caso da concentração da actividade económica em Portugal resultante da orientação monopolista atrás referida, e das características do próprio aparelho estatal com a burocratização por de mais conhecida.

«Limitações doutra natureza existem e bem mais relevantes, que se passam a sintetizar:

— No domínio das aplicações, destacam-se as grandes immobilizações em títulos e terrenos, a lenta recuperação

do crédito concedido e o elevado volume de crédito vencido e de problemática recuperação.

— No domínio dos recursos, não se pode ignorar a estagnação e até quebras, em alguns casos, dos depósitos, cujas causas ultrapassam insofismavelmente a esfera da gestão da Banca.

O desempenho das tarefas correspondentes aos lugares que vinham ocupando, especialmente pela situação nova e complexa que se teve de enfrentar, obrigou a esforços que não se recusaram, e que se espera tenham contribuído para a irreversibilidade da nacionalização da banca. Alguns receios, no entanto, nos acompanham, não sendo de menor importância o de termos de reconhecer que continuam imutáveis as estruturas do sector. É que não basta 'expropriar os terrenos' para construir as estradas. É preciso 'mobilizar' pessoas, máquinas e meios financeiros para que a estrada construída seja posta ao serviço do Povo.»

## C.I.P. queixa-se da escassez de meios

A Confederação das Indústrias Portuguesas (C.I.P.) que congrega as associações representativas da indústria privada, cujas actividades têm flutuado de acordo com as posições políticas dominantes no Governo, voltou a reunir no Porto, na sequência das decisões tomadas no termo da primeira fase do Congresso da Indústria Portuguesa, iniciada em Lisboa. As conclusões e previsões, além de apresentarem um relatório sobre a degradação verificada, através de alguns indicadores da actividade económica, lamentam a escassez de meios de que pode dispor a iniciativa privada «para sustar a progressiva deterioração da economia e, mais ainda, para empenhar a sua necessária recuperação». Ao mesmo tempo acusam os centros públicos e parapúblicos «que se têm mostrado incapazes de responder às exigências da sua acrescida responsabilidade político-económica».

«Empenhada em assumir o papel que lhe cabe na vida económica do País, a indústria privada reunida em congresso decide impulsionar as tarefas

associativas por forma a que as suas organizações possam assumir, plenamente o lugar que lhes cabe no contexto socio-económico português e constituir o suporte necessário para participar na aplicação de medidas de revitalização, a curto e médio prazo, da indústria portuguesa».

### NOTA OFICIOSA

#### NOTÍCIAS ESPECULATIVAS SOBRE BENS ESSENCIAIS

O Ministério da Comunicação Social, a propósito de notícias divulgadas na imprensa sobre o próximo aumento dos preços de alguns bens essenciais que, nalguns casos, «carecem de qualquer fundamento», tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«Alguns órgãos de Informação têm anunciado o próximo aumento dos preços de alguns bens essenciais fixados administrativamente.

Uma vez, tais notícias carecem, de todo em todo, de qualquer fundamento. Outras, apresentam como factos simples presunções ou remotas possibilidades.

Já, por isso, houve a necessidade da produção oficial de alguns desmentidos, servindo de exemplo o publicado acerca do anunciado aumento do preço da água. Mas, como é evidente nunca um desmentido anula integralmente o efeito produzido pela notícia que desmente.

Iguais casos de imponderação têm ocorrido noutros domínios, como foi, a título de exemplo, a falsa notícia dada por alguns órgãos de Informação de que o escudo ia ser desvalorizado. Também aqui houve que corrigir essa inverdade e ue ravar a tempo as suas presumíveis consequências.

Tais infundadas notícias revestem-se de especial gravidade na actual conjuntura de tendência altista, sabido como é que a psicologia do consumidor determina em grande medida o ciclo inflacionário.

Isto para além da gravidade inerente à violação da lei. A alínea g) do n.º 1 do Artigo 66 da Lei de Imprensa proíbe e pune, com alguma severidade, o «boato ou informação total ou parcialmente errada ou deturpada de natureza alarmista», sendo que a susceptibilidade de tais factos provocarem tumultos ou danos irreparáveis constitui circunstância agravante nos termos gerais de direito.

O Ministério da Comunicação Social lamenta que alguns órgãos de Informação — felizmente não todos — continuem a fazer uma leitura deficiente dos direitos e deveres que para eles decorrem da Lei de Imprensa e confia em que, sobretudo na época pré-eleitoral particularmente sensível que se aproxima, possam ser autocorrigidas algumas revelações de pendor para a exploração comercial ou política do sensacionalismo ou da infundamentada culpabilização do aparelho de Estado.»

## LADRÕES DE CARNE

Os larapios continuam decididamente voltados para a carne fresca.

Os últimos assaltos apontam para a Calçada da Ajuda, 159 e para a Rua dos Quartéis, 3. Do primeiro talho, levaram toda a existência de carne fresca, no valor de 3300 escudos e, do segundo roubaram uma vitela inteira avaliada em 18 contos.

## FOGO NUMA EMPRESA DE CAMIONAGEM

GUIMARÃES, 26 — Oito mil contos é o valor dos prejuízos causados por um violento incêndio que deflagrou ontem de madrugada nas instalações da empresa de camionagem Transcovizela, nas imediações do Teatro Jordão, nesta cidade.

Durante o fogo verificaram-se várias explosões, tendo ficado destruídas quatro camionetas de passageiros, uma de carga e ainda carrinhas a gásóleo e um automóvel, bem como as instalações.

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

Largo do Intendente Pina Manique, 35-1.º — Lisboa-1

### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (Continuação)

#### CONVOCATÓRIA

De harmonia com o Art.º 33.º, n.º 1, alínea b), dos Estatutos, convocam-se os Sócios deste Sindicato para a continuação, em 30 de Janeiro de 1976, às 21.00 horas, na «VOZ DO OPERÁRIO» — R. da Voz do Operário, em Lisboa — da Assembleia Geral Extraordinária, sendo a Ordem dos Trabalhos, aprovada na 1.ª Sessão em 13/1/76, a seguinte:

Ponto único: Reestruturação da Indústria Seguradora.

- Decreto-Lei sobre a Gestão e Reestruturação.
- Aspectos Gerais.
- Aspectos Particulares.

«Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Gerais  
Jorge Nuno Gomes Lopes Simões  
«Secretário»

PUB



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

## INSTITUTO DE APOIO AO RETORNO DE NACIONAIS

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica a todos os retornados das ex-colónias que a partir desta data só serão aceites pelo I.A.R.N. fichas de inquérito com documentos comprovativos (devolvíveis ou fotocópias dos mesmos) da data de chegada a Portugal, tais como bilhetes de passagem, guias de desembarço, etc.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1976.

## COMISSÃO MISTA LUSO-JUGOSLAVA

## Primeira sessão plenária tratou do crescimento e diversificação das trocas

Foi tornado público o protocolo da primeira sessão plenária da Comissão Mista Luso-Jugoslava, realizada em Belgrado, nos passados dias 15 e 16 de Janeiro, ao abrigo do Acordo Comercial, estabelecido entre os dois países e assinado em 9 de Maio de 1975. De acordo com a agenda de trabalhos desta primeira sessão, a que presidiram Jorge Campinos, ministro do Comércio Externo e Turismo de Portugal e Emil Ludviger, secretário federal do Comércio Externo, foram trocadas informações sobre as condições de desenvolvimento económico dos dois países especialmente a situação da balança de pagamentos, e em que sobressaiu a preocupação pela dimensão do défice comercial nos dois países.

Em relação às trocas comerciais, as delegações verificaram que, actualmente, o nível das trocas reciprocas é bastante baixo e não corresponde às possibilidades efectivas que as complementaridades das estruturas das economias dos dois países permitem e manifestaram a intenção de favorecer plenamente o crescimento e a diversificação das trocas de uma maneira harmoniosa e equilibrada, para o interesse mútuo. Em ordem a aproveitar as possibilidades existentes e

a concretizar os desejos reciprocos, as duas partes combinaram: elaborar listas indicativas de mercadorias susceptíveis de ser objecto de trocas futuras; apoiar as missões comerciais, participações em feiras e a organização de programas de contactos e visitas, a fim de facilitar e acelerar as operações comerciais; constituir associações luso-jugoslavas nos domínios industrial e agrícola, em ordem à exportação para terceiros mercados; desenvolver a cooperação económica entre as empresas dos dois países; aumentar a cooperação técnica no domínio da agricultura e do urbanismo, tendo a Jugoslávia em preparação a estadia, no seu território de três funcionários portugueses com o fim de estudar as experiências jugoslavas no domínio da política agrária e a visita a Portugal de dois técnicos em problemas de descentralização; fazer acordos sobre os transportes aéreos, marítimos e terrestres; cooperação no domínio do turismo, através da organização de programas turísticos para o ano de 1976 e da planificação do desenvolvimento das relações turísticas nos anos seguintes.

Nos encontros separados, entre os representantes das empresas jugoslavas e os membros da delegação portu-

guesa, reconheceu-se que existiam boas possibilidades para o desenvolvimento do comércio entre os dois países, especialmente no domínio agrícola, florestal e dos bens de equipamento.

## Morreu Luís Clímaco

Com a idade de 67 anos, faleceu em Lisboa, o artista plástico Luís Clímaco, que deixa viúva a sr.ª D. Maria de Jesus Clímaco. Já muito doente nos últimos tempos, o extinto trabalhou até ao último momento no seu «atelier», reparando a sua actividade em pintura, escultura e decoração. Foi sobretudo como decorador que Luís Clímaco se notabilizou. Dirigiu durante anos a decoração do Carnaval do Estoril, cooperando com Leitão de Barros na cenografia dos seus filmes. Orientou a parte decorativa de diversas exposições realizadas no nosso País, como a do Vinho no Bombarral e dos navios da Companhia Nacional de Navegação. Um dos seus trabalhos em escultura, a alegoria da «Mãe Portuguesa», pode ser visto no Parque Eduardo VII.

## EXPOSIÇÃO 1976

A PARTIR DE 10 DE FEVEREIRO NO MAIOR SALÃO DO GÉNERO DO PAÍS  
VELUDOS — RENDAS — LESES — TERYLENES — CHANTUNGS  
E TUDO DE MAIS RECENTE PARA A DECORAÇÃO DA SUA CASA  
NOVIDADES — DECORAÇÃO

BENTO RATINHO LDA  
R. dos Ouraadores 72-1 Dt. Tel. 322686 LISBOA

## Relatório preliminar dos acontecimentos de Custóias

Os acontecimentos do primeiro dia do ano, em Custóias, de que resultaram quatro mortos e vários feridos, são objecto de uma nota oficiosa do Ministério da Administração Interna, com base no relatório preliminar da comissão de Inquérito do Batalhão 4 N, da G. N. R. do Porto.

É o seguinte o teor da nota oficiosa:

«1. No primeiro dia do ano à medida que decorria a visita, dos familiares autorizados, aos reclusos militares do Estabelecimento Prisional do Porto, em Custóias, verificava-se uma concentração de manifestantes que, progressivamente, engrossava.

2. A manifestação convocada e promovida pela Comissão Antifascistas de Apoio aos Revolucionários Presos (C. A. A. R. P.) fora prévia e profusamente anunciada por diversos meios e, embora não havendo satisfeito os requisitos legais, foi, apesar disso, consentida.

3. Origens diversas referiam, entretanto, o possível aproveitamento da manifestação no sentido de serem criadas condições propícias a uma tentativa de libertação dos reclusos militares e, ainda, à possibilidade de indivíduos armados se virem a integrar nos manifestantes.

4. Com o decorrer da visita,

e o adensar da concentração de manifestantes, foram os elementos da G. N. R. objecto de provocações insultuosas ao mesmo tempo que eram proferidas palavras de ordem motivadoras de clima emocional de agitação.

5. De entre os manifestantes foram assinalados elementos estrangeiros e, mais tarde, também a existência de pistolas e uma ou mais espingardas G-3, de que ficou bem visível uma rajada no muro nascente do E. P. P. Refere-se que os impactos produzidos apareceram, recentemente, cobertos com cimento o que se afigura particularmente significativo.

6. Terminadas as visitas, e no momento em que os portões foram abertos para permitir a saída de viaturas — nas condições já divulgadas anteriormente —, verificou-se uma tentativa de assalto à segunda viatura e também com o propósito de forçar a entrada no E. P. P.

7. De salientar que ambas as tentativas foram dirigidas e orientadas por estrangeiros, e executadas a coberto de uma violenta acção de apedrejamento e disparos feitos com armas de fogo.

8. Simultaneamente, no interior do estabelecimento prisional, registava-se alteração da ordem com intervenção directa de presos de delito comum e

também de um guarda prisional, que tentaram abrir a porta de acesso ao corredor das celas em que permaneciam os reclusos militares obrigando à intervenção firme e decidida dos elementos da G. N. R., no sentido de impedir a possível saída desses reclusos para o exterior do edifício.

9. O sincronismo das várias acções internas e externas, associadas às palavras de ordem e ao clima emocional gerado, demonstram a intenção de que o degenerar da manifestação em motim criasse as condições desejáveis à libertação dos presos.

10. Recordar-se que incidentes semelhantes ocorreram, no mesmo dia, em Caxias, o que permite a ilação de se estar em presença de acções concertadas com idêntico propósito.

11. Importa, agora, dar a conhecer a missão cometida à força da G. N. R. destacada em Custóias:

a) Impedir a evasão de presos e a invasão por manifestantes, ou qualquer outro grupo de pessoas, do E. P. P.

b) Evitar confrontações físicas entre manifestantes e contra manifestantes;

c) Manter a ordem pública frente ao portão do E. P. P.

12. A acção dos manifestantes desencadeada inopinadamente de forma violenta e

agressiva, como já anteriormente descrito, obrigou a força da G. N. R. a efectuar, com carácter intimidativo, alguns disparos, única forma que, face à situação, lhe restava para garantir o cumprimento da missão imposta.

13. Das averiguações feitas até à data não foi possível estabelecer, taxativamente, que os tiros que provocaram vítimas houvessem partido das armas em poder da G. N. R. merecendo especial relevância o facto de:

Os feridos terem sido transportados a partir da recta-guarda dos provocadores.

Se a força da G. N. R. tivesse visado directamente a multidão não só se teria registado maior número de vítimas, como estas se situariam, naturalmente, entre as primeiras linhas e os que tentavam entrar no E. P. P., juntamente com a carrinha assaltada quando esta ali recolhia.

14. No propósito de esgotar todos os meios ao seu alcance, continuam as averiguações no sentido de aprofundar exaustivamente tudo o que aos acontecimentos ocorridos disser respeito e possa contribuir para definir responsabilidades concretas e, ao mesmo tempo, completar o esclarecimento de tudo o que se passou e a todos interessa.»



David Mac Donald relata ao «D.L.» a agressão de que foi vítima

## Jornalista canadiano agredido pela P.S.P.

O jornalista canadiano David Mac Donald apresentou queixa na Embaixada do seu país contra um ataque de que foi vítima por parte de dois agentes da P. S. P. na noite de 22 do corrente.

De acordo com a queixa apresentada, o referido jornalista ao voltar a casa, por volta das 23.15, resolveu encurtar a distância que separa a estação do metropolitano de S. Sebastião da Avenida Elias Garcia, atravessando o jardim da Fundação Gulbenkian. Já no fim do percurso e perto da saída que dá para a Rua Sá da Bandeira, Mac Donald foi interceptado por dois agentes da P. S. P. que lhe pediram para se identificar, e examinaram atentamente os apontamentos e os recortes de jornais que levava consigo. Em determinada altura, um dos agentes perguntou-lhe «se ele era comunista» e como ele respondesse negativamente, obrigou-o, com o auxílio do seu colega, a penetrar novamente no interior do parque, onde prosseguiu o interrogatório.

Afirma David Mac Donald que os dois agentes se mostraram particularmente enfurecidos ao verificar que ele tinha vários recortes do «Diário de

Lisboa», jornal que classificaram em termos ofensivos, tendo redobrado imediatamente as ameaças que lhe dirigiram. Acusando-o de «comunista» e de «espião», os dois agentes da autoridade agrediram-no várias vezes utilizando, a partir de certa altura, os seus bastões. Cerca de meia hora depois de iniciado o interrogatório David Mac Donald foi empurrado até à saída do parque que dá para a Avenida António Augusto de Aguiar, sem que os dois agentes lhe dissessem para onde o conduziam, já que se recusavam a levá-lo à esquadra apesar de várias vezes instados para o fazerem.

Perto da saída, David Mac Donald, novamente empurrado para o interior do parque e temendo pela sua vida, conseguiu escapar e saltar o muro que dá para a Avenida António Augusto de Aguiar. Os dois agentes tentaram alcançá-lo mas, não conseguindo o seu intento, dispararam tiros de pistola que não o atingiram. Na queixa que apresentou à Embaixada do seu país, o jornalista canadiano pediu que lhe fossem entregues os recortes dos jornais e o cartão de Imprensa que ficaram nas mãos dos agentes.

## U.D.P. em relatório

### “25 de Novembro foi um golpe da direita”

Classificando o Relatório Preliminar da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro de «versão que a direita pretende dar ao povo», a União Democrática Popular (U.D.P.) divulgará, segundo declarações prestadas à Anop, nas páginas centrais do seu semanário «Voz do Povo», o seu próprio relatório sobre esses acontecimentos.

Para a U.D.P., o relatório oficial apresentou um «rol de ninharias». Em 25 de Novembro, houve, sim, «um golpe da direita», o qual teria os seguintes objectivos: «1) a destruição da organização dos soldados nos quartéis; 2) o ataque a todas as conquistas populares; e 3) abrir caminho para o avanço do fascismo».

## CAUSAS MEDIATAS E IMEDIATAS

O relatório da U.D.P., que ocupará duas páginas (formato tabloide), divide-se em «Introdução, causas próximas, causas imediatas, desenrolar do golpe, resistência popular ao golpe, a traição ao povo, conclusões e notas finais».

Entre as causas mediatas, a U.D.P. relaciona o VI Governo («Solução da burguesia para acabar com o movimento popular»), a criação do A.M.I. (Agrupamento Militar de Intervenção), encerramento do C.I.C.A. (Centro de Instrução Condutores Auto), no Porto, tentativas de afastamento de seus postos de Otel Saraiva de Carvalho e Dinis de Almeida, a suspensão das actividades do Governo, a campanha para levar o Governo e a Assembleia Legislativa para o Porto, além de condenar «os falsos amigos do povo do grupo de Cunha». Entre outros factores, as principais causas imediatas nesta versão giram em torno da nomeação de Vasco Lourenço para o comando

da Região Militar de Lisboa e as barricadas de Rio Maior ameaçando os abastecimentos da zona de Lisboa.

## «O FASCISMO NÃO PASSARÁ»

Além de recordar vários factos conhecidos do desenrolar do «golpe», a U.D.P. afirma que tudo «estava preparado de

antemão e destinava-se na fase inicial a eliminar as liberdades e a organização dos soldados nos quartéis. A direita recuperava, deste modo, o controlo de uma máquina repressiva dócil, criando assim condições favoráveis ao avanço do fascismo. Para tal dispunha de um centro de operações completamente equipado e montado com antecedência, donde



Uma imagem do 25 de Novembro em Lisboa

pôde coordenar e centralizar a sua acção ofensiva. Assistiu-se assim a uma acção sistemática das forças da direita com o tenente-coronel Ramalho Eanes e o major Loureiro dos Santos em torno do mapa da zona de operações, assinando os movimentos descoordenados das forças progressistas em defesa de algumas posições estratégicas e anulando a sua acção de uma forma totalmente coordenada e planificada. No seu cuidadoso plano não descuidaram o controlo absoluto da Informação».

A U.D.P. termina o seu relatório afirmando que agora «o povo tem de reforçar a sua organização, unir-se nos sindicatos e em torno dos órgãos de vontade popular (comissões de trabalhadores e moradores, conselhos de aldeia, comissões de soldados e marinheiros) e unido num só bloco levar à prática a palavra de ordem de combate: o fascismo não passará».

## Ramalho Eanes no Porto

### Dívida de gratidão para com Otel

PORTO, 26 — «O País e o Exército têm para com o major Otel Saraiva de Carvalho uma dívida de gratidão», estas palavras foram ditas aos jornalistas pelo general Ramalho Eanes, pouco antes da sua partida para Lisboa no termo da sua visita à Região Militar do Norte.

Ramalho Eanes acrescentou: «Essa dívida será paga na primeira oportunidade». A pessoa que terá dado ordem de prisão a uma das figuras de maior relevo da revolução portuguesa afirmou ainda aos jornalistas: «Isto não impede de reconhecer que o major Otel foi um dos grandes responsáveis pela situação a que se chegou, responsável por comportamento que teve ou por

comportamentos que sancionou. São duas coisas distintas.»

O general Ramalho Eanes declarou ainda que levava «a melhor impressão» do ambiente que se vive na R. M. N., sublinhando: «Já esperava que assim fosse, dado que a Região é comandada pelo brigadeiro Pires Veloso, um homem que toda a gente conhece, um homem com uma personalidade muito acentuada.»

Ramalho Eanes referiu-se ainda à extinção da Comissão Nacional de Sargentos e anunciou que esta classe será representada nos Conselhos das Armas, que desempenham papel importante dentro do Exército. Por outro lado acrescentou que vão ser criados

dois postos novos na classe de sargentos: o de sargento-chefe e o de sargento-mor. Estas promoções, adiantou, serão por escolha e destinam-se aos militares «altamente considerados».

## Solidariedade alemã

A delegação do Comité de Solidariedade com Portugal na RFA, que ontem se deslocou à Cooperativa «A União faz a Força» (AAbela, Santiago do Cacém) para entrega de oitocentos contos destinados a apoiar a Reforma Agrária, avisou-se hoje com o almirante Pinheiro de Azevedo.

PUB

# Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Conva. n.º 27

## CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários convoco a Assembleia Geral para reunir em Sessão Extraordinária no próximo DIA 1 DE FEVEREIRO, AS 14.30 HORAS, NO SALÃO DA VOZ DO OPERÁRIO, Rua Voz do Operário, n.º 13, em LISBOA.

Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Análise e debate da Proposta aprovada no Plenário da Intersindical de 16 e 17/1/76;
- 2.º — Revisão dos Contratos Colectivos de Trabalho (Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Lavandarias);
- 3.º — Informações.

NOTA: Nos termos estatutários se à hora marcada não estiver presente a maioria dos Sócios a Assembleia funcionará meia hora depois com qualquer número.

- CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
- CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO!
- UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 22 de Janeiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
a) António Cunha das Rosas



### ADMITE:

- ESPECIALISTAS DE GESTÃO DE PESSOAL COM EXPERIÊNCIA CUMULATIVA OU ALTERNATIVAMENTE EM:

- 1 — Análise e qualificação de funções.
- 2 — Técnicas de remuneração e classificação profissional.
- 3 — Legislação do trabalho e contratação colectiva.
- 4 — Tratamento informático de dados do pessoal e de problemas administrativos da função pessoal.
- 5 — Formação tecnológica acelerada de pessoal operativo e de chefia na indústria metalomecânica, envolvendo a elaboração de programas e instrumentos de ensino e condução das acções de treino e formação.

### EXIGE-SE:

- Experiência obtida em empresas de organização ou de grande dimensão em funções de estudo e de gestão.
- Formação escolar de nível superior com licenciatura ou bacharelato.

### OFERECE-SE:

- Vencimento de acordo com experiência profissional e tabelas salariais em uso na Empresa.
- Participação em transportes.
- Refeições subsidiadas em refeitórios na Empresa.

Os interessados devem responder por escrito ou pessoalmente ao **SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DA SETENAVE**  
Península da Mitra — Setúbal

# Nacional

## Instabilidade nas câmaras municipais

A Comissão Administrativa da Câmara de S. João da Madeira pediu a sua exoneração ao governador civil de Aveiro invocando, entre outros motivos, como já noticiámos, «falta de apoio técnico».

Em contacto com um dos elementos que pertencera à comissão de missão informaram-nos que se tinha gerado uma situação difícil no respeitante a um problema de vencimentos surgido há cerca de um ano quando a C. A. de S. João da Madeira aumentou em 15 por cento o vencimento de determinados funcionários. Este aumento que disseram considerar de perfeita justiça, resultou do facto de os assalariados, que ganhavam ao dia, passarem a ganhar ao mês, por ordem superior.

A Comissão Administrativa decidiu que seria conveniente solucionar a disparidade criada em relação aos outros funcionários e por isso aumentou também os trabalhadores que haviam ficado desfavorecidos. Tomando medidas nesse sentido, a C. A. oficiou para o Ministério de Administração Interna e aguardou a sua aprovação. Aconteceu que a resposta não chegou e inclusivamente numa deslocação do presidente da C. A. a Lisboa, nem sequer foi encontrado o envio enviado sobre o problema.

Agora, sabendo que vão ser feitos inquéritos às Câmaras que aumentaram os salários e porque esperavam um ano que lhes fosse dada uma resposta sobre o aumento que pensavam fazer, entendem que são vítimas de uma situação injusta pelo que decidem pedir a sua exoneração. Neste momento levanta-se também o problema das folhas de vencimentos do mês em curso as quais, segundo um dos elementos por nós contactado, não foram assina-

das dado que a questão do aumento ainda não foi resolvida.

Por sua vez, os trabalhadores afirmam não aceitar a substituição da C. A. «que nunca enfrentou problemas a nível partidário, dado que a sua preocupação de se voltar a brevidade para as questões do Município lhe grangeou o apreço geral e nenhum dos partidos maioritários nas últimas eleições levantou problemas ao funcionamento da Comissão Administrativa».

### COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA GUARDA

Também na Guarda a demissão da Câmara Administrativa se tornou uma questão de controversias. Os trabalhadores reunidos em plenário no dia 20 aprovaram uma proposta no sentido da Comissão passar a ser constituída apenas por 7 elementos e não por 11 para se poder contar com «quorum» nas sessões». Segundo apurámos a C. A. da Guarda não se demitiu em bloco. Somente alguns elementos alegando motivos pessoais e discordância de orientação, pretendem abandonar as suas funções. Entre os demitidos encontra-se o presidente da C. A., dr. Manuel António Santarém Andrade, professor do Liceu da Guarda e tido como afecto ao M. D. P. Pediram também a sua exoneração o dr. Abílio Curto, membro do Partido Socialista e um terceiro elemento, militante da Frente Socialista Popular.

Um membro da Comissão de Trabalhadores com quem contactámos declarou que nunca se verificaram atritos de carácter partidário e que «a Comissão Administrativa sempre cumpriu o seu dever dentro do orçamento de que dispunha e

das limitações a que estava sujeita. Acentuou ainda o porta-voz da Comissão de Trabalhadores do Município da Guarda que não estavam nada interessados na substituição da actual C. A. pois isso criaria uma instabilidade que afectaria todos os trabalhadores. «Há uma quebra de ritmo (acrescentou) e os que vierem não estão den-

tro dos problemas. Convinha-nos para que o bom funcionamento da Câmara não fosse prejudicado que esta C. A. se aguentasse às novas eleições.»

A Comissão Administrativa integra pessoas de diversas filiações partidárias com especial destaque para o P. P. D. e P. S.

## Ministério posto em causa por jornalistas

«Um veemente protesto contra o comportamento do Ministério da Comunicação Social, surgido na linha de anteriores declarações do titular da pasta», foi aprovado na Assembleia Geral dos Jornalistas por proposta da direcção.

Foi também aprovada a nomeação de uma comissão «ad hoc» que subordinará a sua actividade à luta pelo direito ao trabalho e à defesa de uma informação ao serviço do Povo.

Como em sessões anteriores, a direcção foi severamente criticada por vários dos jornalistas presentes. Ao ser discutido o problema dos três elementos dos corpos gerentes que se encontram demissionários, também estes foram alvo de críticas, especialmente o secretário da direcção, Rui

Pimenta, em relação ao qual o próprio presidente da mesa sugeriu que a próxima assembleia se pronunciasse sobre possíveis sanções, dada a recusa de exercer o cargo para que fora eleito pela classe.

A próxima reunião decorrerá no dia 30, às 14 e 30, também na Casa da Imprensa.

### JORNALISTAS SUSPENSOS

Os trabalhadores suspensos da Informação depois de 25 de Novembro promoveram na Voz do Operário, um comício-festa em que actuaram entre outros, Fernando Tordo e Paulo de Carvalho. Foi também debatido o tema «A Informação depois de 25 de Novembro».

### Propõe o M.C.S.

### Cursos de jornalismo e estudo

### de problemas político-militares da N.A.T.O.

Regressou a Lisboa o secretário de Estado da Comunicação Social, tenente-coronel Ferreira da Cunha, que teve reuniões com representantes da Informação pública, da NATO e do Conselho da Europa.

A sua chegada, o tenente-coronel Ferreira da Cunha declarou que foram estudadas possibilidades de jornalistas portugueses irem estagiar nos principais órgãos de Informação da Europa. Acrescentou ainda que os países da NATO consideravam a hipótese de oferecer estágios a jornalistas que se interessassem pelos proble-

mas políticos e militares daquela organização.

O secretário de Estado da Comunicação Social teve depois contactos com entidades francesas, com quem assegurou a ajuda de dois técnicos de Informação para orientarem um curso acelerado de Jornalismo em Portugal.

Com vista à reestruturação da ANOP, o tenente-coronel Ferreira da Cunha visitou a France-Press, debruçando-se sobre aspectos financeiros e organizativos.

### TRABALHADORES DA R.R.:

## Prossegue a luta por uma informação revolucionária

Os trabalhadores da Rádio Renascença, que durante largos meses lutaram para que aquela estação de rádio ficasse ao serviço das massas trabalhadoras, vão em breve concretizar a Cooperativa Popular de Informação, segundo anunciaram num comunicado agora emitido. No texto, os trabalhadores informam que dentro de pouco tempo chegarão às comissões de trabalhadores, moradores e sindicatos, elementos concretos sobre o projecto da cooperativa e outros planos de actividades. Quem quiser obter informações, pode fazê-lo para o Sindicato das Telecomunicações e Radiodifusão.

dores relacionam também o aumento dos preços, o congelamento de salários, a libertação de pides e outros fascistas, a devolução de empresas aos patrões e a actual mentira na Imprensa, Rádio e Televisão, que visa «silenciar a voz dos explorados». «Enganam-se a burguesia e seus aliados ao pensarem que a decisão de entregar a R.R. ao Patriarcado reacção encerrou a questão» — prossegue o texto, — «A R.R. é uma conquista das classes trabalhadoras e só a força do aparelho repressivo possibilitou a expulsão dos trabalhadores antifascistas. A luta por uma informação revolucionária não vai parar. Porque ela é uma consequência da luta de classes».

Not comunicado, os trabalha-

## Calendário eleitoral divide partidos

A cronologia para a realização dos actos eleitorais parece dividir os partidos membros do VI Governo, depois da reunião realizada ontem com o ministro da Administração Interna.

Se para o P. S. poderiam realizar-se eleições simultâneas para a Presidência da República e Assembleia Legislativa, relegando para momento posterior as eleições das autarquias, já o mesmo não parece acontecer com o P. P. D. que pretende se realizar primeiro as eleições para as autarquias e depois as restantes.

Carlos Brito, do P. C. P. à saída da reunião do M. A. I.

relembrou que o problema central para o seu Partido é a falta de liberdade existente em alguns pontos do território eleitoral, nos quais não pode exercer as suas actividades normais. Sobre as eleições afirmou que o P. C. P. pretende que se realizem em primeiro lugar as eleições de cunho marcadamente político, Legislativas e para a Presidência, e depois as das autarquias, comentando ainda:

«Há quem queira retardar as eleições para a Assembleia Legislativa, assegurando-se previamente do controlo das autarquias para depois influenciar os resultados das legislativas».

### PUB

### Associação Portuguesa de Informática

### CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 37.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Regional Extraordinária para se reunir, na Sede da API, Av. Almirante Reis, 127-1.º, Esq., no dia 4 de Fevereiro de 1976, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações.
2. Eleição de dois sócios para os cargos de Tesoureiro e 2.º Vogal da Direcção Regional de acordo com o § único do Art.º 41 dos Estatutos.

Não havendo número legal de sócios para a constituição desta Assembleia convoco-a, desde já, para o mesmo dia e local, pelas 21.30 horas, com a mesma Ordem de Trabalhos, de acordo com os Termos do Art.º 35.º dos Estatutos.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
a) Joaquim Valdemar Taveira Mendonça

## Nacional

# Aliança com os comunistas foi o problema de fundo da "cimeira" socialista

PARIS, 25 — (F.P./R.) — O problema da aliança com os comunistas foi o fulcro da Conferência que reuniu no último fim-de-semana, nesta capital, os partidos socialistas de França, Itália, Portugal e Espanha.

A iniciativa coube a François Mitterrand, sendo de recordar que para lá da situação específica de cada país, toda a Europa Meridional possui partidos comunistas fortes. Mitterrand, durante a conferência, lembraria o caso de Julho de 1972 em que os partidos socialista e comunista assinaram um programa comum de Governo e formaram uma reunião que quase deu uma vitória a Mitterrand nas eleições presidenciais de 1974.

Nenhuma conclusão particular foi tirada, estando marcada entretanto nova reunião para data a anunciar.

Foi notada durante a conferência a ausência de Mário Soares que para lá dos rumores políticos que corriam sobre uma possível divergência com Mitterrand, enviou dos Estados Unidos onde prossegue a sua viagem um telegrama de apoio ao dirigente do P.S. francês. Interrogado pelos jornalistas americanos, a noite passada, durante a sua visita à Universidade de Massachusetts, Mário Soares declarou que a única razão porque não estava em Paris era que a viagem aos Estados Unidos tinha sido marcada muito antes da conferência dos socialistas.

Dizia o dirigente do P.S. português em declarações à Reuter acerca do P.C.P.: «Todos os partidos socialistas da Europa reconheceram que o Partido Comunista Português é um partido estalinista e condenam este por ser aventureirista a começar pelo próprio Mitterrand».

Convidado então a responder se era inviável uma aliança do P.S. com o P.C. em Portugal, Mário Soares dizia: «Nunca, não tem significado em política».

## MÁRIO SOARES

Após as duas horas em que, através da intérprete, falou aos estudantes da Universidade de Massachusetts, Mário Soares foi interpelado pelo assistente, com perguntas fre-

## Michel Rocard de novo em Lisboa

Ao princípio da tarde, chegou a Lisboa o economista francês Michel Rocard, que se desloca de novo a Portugal a convite do Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado, chefiando uma missão de técnicos daquele país. Ao fim da tarde, dá uma conferência de Imprensa no Hotel Ritz, em que fará referência ao significado da sua visita ao nosso País. Durante a sua estadia, será recebido pelo Primeiro-Ministro, pelo ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, bem como por quase todos os membros do Governo ligados ao sector económico.

A missão chefiada por Rocard é constituída por alguns dos melhores economistas franceses e foi organizada pelo Partido Socialista, do qual o visitante é figura de relevo.

quentemente hostis. Os estudantes americanos mostraram-se preocupados com o destino dos portugueses em Angola e Moçambique. Mário Soares garantiu-lhes que o Governo português estava a proteger activamente as vidas daqueles que ainda se encontram nas ex-colónias. Por outro lado, reafirmando ser intenção da sua viagem aos Estados Unidos, fornecer informações concretas sobre a situação em Portugal, Mário Soares, revelou esperar auxílio financeiro e político da comunidade portuguesa em território americano. Considerou favorável a posição de Washington em relação à situação portuguesa e mostrou-se esperançado «num apoio político e económico que ajude a estabilizar a democracia em Portugal». Finalmente, Mário Soares apelou para o voto do emigrante. Pediu aos portugueses residentes nos Estados Unidos da América que não se abstivessem de votar nas próximas eleições.

Soares deverá avistar-se ainda com Kissinger mal este regresso de Espanha.

A propósito disse: «Falaremos da actual situação em Portugal no âmbito da aliança da N.A.T.O. e que papel a nação desempenhará no futuro do órgão europeu, não obstante ter um ministro do Governo que é membro do Partido Comunista».

## P S ESPANHOL

O Partido Socialista espa-

nhol não aceitará que o Partido Comunista seja excluído da plena participação na vida política do seu país, disse o dirigente socialista espanhol Filipe Gonzalez no decorrer da conferência de Imprensa dada pelos delegados à conferência dos partidos socialistas da Europa Meridional na capital francesa. Não existindo relações oficiais entre o Partido Comunista espanhol e o Partido Socialista Operário Espanhol, o problema das relações entre estes dois partidos foi um dos dominadores comuns que levaram o P.S.O.E. à conferência. Foi levantada a hipótese de em breve se poder efectivar uma conferência de socialistas e comunistas de Portugal, França, Espanha e Itália.

Para lá das intenções a realidade é que foram durante a anterior conferência dos socialistas da Europa ocidental realizada há uma semana na Dinamarca a questão da cooperação com os partidos comunistas tinha causado acentuadas divisões. Os delegados do norte da Europa, especialmente os alemães ocidentais, manifestaram-se decididamente contra.

Recorda-se que meses atrás, durante a reunião de Elsenor, os representantes da social-democracia alemã tinham-se mostrado hostis em relação à conferência dos partidos socialistas da Europa meridional. Para já, à cautela, Mitterrand, marcou na sua agenda, duas reuniões com Willy Brandt.

## P.C.P. analisa papel das organizações populares

«A actual situação política, caracterizada pelas tentativas da reacção para recuperar as posições perdidas, quer a nível económico, quer a nível político após o 25 de Abril 74, coloca cada vez com mais clareza a grande importância e o papel das organizações de base no conjunto da luta popular em defesa das conquistas do processo democrático» — salienta-se nas conclusões no Encontro Nacional de Quadros do Partido Comunista Português ligados à Organização Popular ontem realizado no antigo Hotel Vitória com a participação de mais de 300 militantes.

A síntese das conclusões, apresentada sob a forma de proposta e aprovada por unanimidade, foi lida na sessão de encerramento a que presidiu Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. As conclusões dividem-se em cinco temas: «As organizações populares nas zonas rurais», «Comissões de Moradores», «Comissões de Trabalhadores», «Assembleias Populares» e «Autarquias».

Outra das conclusões apon-

## Armada tem menos

### cinco navios

Foram mandados abater ao efectivo cinco navios da Armada, por decisão do Conselho da Revolução.

Os navios em questão são os patrulhas «S. Nicolau», «Boavista» e «Brava» e os dragaminas «Lajes» e «Santa Cruz».

ta para o contributo decisivo das organizações populares na dinamização e mobilização das massas populares na luta pelo avanço do processo revolucionário e pela defesa das grandes conquistas da Revolução, nomeadamente as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária e controlo operário. Noutro passo e após análise de todo o trabalho desenvolvido pelas organizações populares de base regista-se que «apesar das dificuldades que as organizações populares de base experimentam nas zonas rurais de maior influência da reacção, elas têm desenvolvido um trabalho positivo na defesa



## C.D.S. em Leiria

## Galvão exorta, Amaral pergunta

«Continuai a vossa luta para além das fábricas e do campo, para além dos interesses pessoais, continuai-a e intensificai-a, até que venham para junto de nós aqueles que em Moçambique, mercê da traição de alguns portugueses pagam com a tortura dos seus corpos e das suas almas culpas que outros cometeram e escondem, no silêncio das consciências criminosas» — exortou o general Galvão de Melo a multidão de milhares de pessoas que ontem acorreram ao Estádio Municipal de Leiria para participarem num comício do C. D. S. «E se o ânimo ainda não vos faleceu — prosseguiu aquele deputado «independente», do Partido Centro, que foi membro da Junta de Salvação Nacional desde após o «25 de Abril» e até ao «28 de Setembro» em 1974 — «continuai a vossa luta até que aviões cubanos, ou outros, dei-

xem de utilizar as ilhas portuguesas do Atlântico, para transportarem para Angola os mercenários que aí vão assassinar portugueses brancos e pretos! Portugueses, bons e leais portugueses, lutai até que os portugueses maus e desleais sejam impedidos de continuar as suas iniquidades. Ou já vos esquecestes porque foi que muitos dos vossos filhos tão cedo foram privados de vidas que mal desabrochavam?» — perguntou o orador. E, na sequência desta tirada de maniqueísmo e grandiloquência, dirigiu-se às «mulheres de Portugal»: «Continuai a lutar, até que aos filhos do vosso amor justiça seja feita; até que aos filhos que todas as manhãs vos beijam antes de à escola irem, sejam de novo entregues aquelas cartilhas que ensinavam a falar português e a amar Portugal; aqueles livros simples que mostravam aos portugueses da geração que somos, as virtudes daqueles que durante oito séculos fecundaram a terra de que hoje comemos. A tradição do povo; a nobreza dos homens; a grandeza da Pátria não podem permanecer indefinidamente nas mãos de vendilhões! É tesouro precioso que os verdadeiros portugueses têm de retomar à sua guarda.» Galvão de Melo aludira à descolonização, que criticou abertamente. Mas o momento mais alto do comício do C. D. S. tanto pode ter sido o seu discurso como aquele que proferiu Diogo Freitas do Amaral, o principal dirigente do partido.

Freitas do Amaral falou da situação política actual e das perspectivas que se abrem, de acordo com a posição do seu partido. Criticou severamente todos os governos provisórios, ainda o VI, as forças políticas dominantes, principalmente a menos dominante entre elas, o

P. C. P. Nas suas linhas gerais, a intervenção de Freitas do Amaral respeitou a exposição feita na semana passada numa conferência de Imprensa do C. D. S. em Lisboa. Fez perguntas. E reafirmou que o C. D. S. é um partido «de oposição», frisando que, por isso mesmo, não lhe compete dar respostas. Todavia, sempre disse: «Primeiro que tudo, e porque o problema económico nacional é actualmente, antes de mais, um problema político, é indispensável fazer uma opção política de fundo: somos da Europa Ocidental ou não somos? Ligada a esta, outra opção se torna necessária: aceitamos a liberdade de iniciativa, a empresa particular, a propriedade privada ou caminhamos para a supressão das leis do mercado, para a nacionalização do comércio e da indústria.»

Criticou Melo Antunes e a sua política externa.

Referiu-se ao «25 de Novembro»: «O relatório do 25 de Novembro, com isenção e imparcialidade, dissipa todas as dúvidas que ainda pudesse haver no espírito dos mais ingenuos acerca das responsabilidades do Partido Comunista Português na tentativa de golpe ditatorial que faz hoje dois meses foi ensaiada» — disse «Por muito menos do que isto foram extintos no 28 de Setembro o Partido do Progresso e o Partido Liberal: onde está a justiça desta Revolução?»

Pergunta suspensa, Freitas do Amaral disse ainda: «O C. D. S. muito gostaria de saber o que pensam as autoridades militares e os outros partidos do Governo sobre este ponto concreto — como se justifica, agora, depois deste relatório, a presença do P. C. P. no Governo?»

Por razões como esta é que o C. D. S. é um «partido de oposição». E por outras, que se resumem a que «o C. D. S. discorda da política seguida pelo Governo e, nomeadamente, da actuação dele no sector da economia.»

Três perguntas ainda, de Diogo Freitas do Amaral: «O C. D. S. pergunta aos partidos socialistas do Governo por que esperam para substituir a política de subsídios para salários por uma política de encomendas que, garantindo os mercados, estimule a produção? Não haverá neste País necessidade de obras públicas, de casas para habitação, de equipamento escolar e hospitalar? Em vez de aguentar empresas paradas, por que não assegure o Estado a compra dos produtos feitos pelas empresas que mexem?» E ainda: «Por que deixa o Governo confundir uma política económica de fomento com uma política social de protecção ao desemprego?»

## M.D.P. debate eleições



Luís Catarino, figura central do M. D. P. algarvio

FARO, 26 — A participação do MDP/CDE nas próximas eleições foi o tema principal no plenário distrital do partido que ontem decorreu nesta cidade.

Após uma análise à situação política actual e às actividades e perspectivas do partido, foram eleitos os delegados distritais (dois por cada concelho) ao congresso nacional a realizar em Lisboa nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro. Foram ainda escolhidos seis porta-vozes do plenário distrital, que são os dres. Luís Catarino, Álvaro Café, Manuel Ramires Fernandes, João Pinto Vargas, António Boronha e José da Luz.

Entretanto foram aprovadas duas moções do seguinte teor:

«Reconhecimento da República Popular de Angola e condenação das intervenções ul-africanas e do imperialismo norte-americano; manifestar gozo pelo avanço do povo angolano no aniquilamento da UPA-FNLA e «Considerar um grave atentado cometido contra o processo revolucionário a prisão de militares antifascistas na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro; denunciar o avanço das forças reaccionárias nos campos civil e militar; exortar todos os antifascistas a unir os seus esforços na exigência da libertação imediata dos revolucionários presos, para que se juntem à luta do Povo Português contra o fascismo, o imperialismo e o capitalismo.»

# Nacional

## Novos preços do açúcar vigoram a partir de hoje

Conforme divulgamos anteriormente, entram hoje em vigor os novos preços do açúcar, onde avulta a descida de cerca de 3500 por quilo no de consumo.

Em 1974 foram consumidas em Portugal 238.155 toneladas de açúcar cabendo em média a cada pessoa 29,966 kg. Por outras palavras: o consumidor passa a poupar cerca de 90500 por ano «per capita».

### NOTA OFICIOSA

Como é do conhecimento público, por decisão do Conselho de Ministros de 13 de Janeiro foram alterados os preços do açúcar.

Entretanto preparou-se a respectiva legislação, que já foi remetida para publicação no «Diário do Governo», pelo que os novos preços entrarão em vigor na segunda-feira, dia 26 de Janeiro.

Assim, pelo Decreto-Lei n.º 25-B/76, de 15 de Janeiro, são fixados os preços do açúcar para o continente, e pelo Decreto-Lei n.º 25-C/76, também de 15 de Janeiro, são fixados os preços do açúcar para os Arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Como entretanto as datas fixadas nos citados diplomas, por dificuldade de publicação em tempo útil, não puderam ser cumpridas, vai ser publicada com a data de 24 de Janeiro novo diploma que regula aquelas situações. Deste modo esclarece-se os consumidores e os comerciantes de que o teor da referida legislação é o seguinte: Decreto-Lei n.º 25-B/76, de 15 de Janeiro.

Como tem sido manifestado publicamente, constitui reocupação dominante do Governo a contenção e a redução, sempre que possível, dos preços dos bens alimentares básicos, de modo a permitir assegurar a manutenção dos padrões de consumo de grande maioria da população portuguesa.

É neste contexto que, face à evolução da situação internacional do mercado de açúcar, e tendo em conta que a reconsideração das estruturas de custo permitidas pela aceitação de uma amortização mais dilatada dos défices do Fundo de Abastecimento relativos a este produto, que se procede à fixação de novos preços de açúcar

para o Continente inferiores aos vigentes até esta data.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pelo Art.º 3.º, n.º 1.º, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — O açúcar em rama é fornecido pela Administração-Geral do Açúcar e Alcool às refinarias, colocadas nos armazéns destas, ao preço de 14.507\$90 por tonelada métrica, na base de 98,5 graus polarimétricos.

Artigo 2.º — O açúcar refinado corrente será vendido pelas refinarias em sacos de 50 kg. ou 7,5 kg., ao preço de 16\$62 por quilograma.

Artigo 3.º — Os preços máximos de venda pelas refinarias de açúcar granulada a granel e em embalagens de 1 kg. são respectivamente de 17\$19 e 17\$45 por quilograma.

Artigo 4.º — O preço máximo de venda pelas refinarias de açúcar granulada em sacos de 50 kg. será de 17\$19 por quilograma (peso líquido), acrescido de 7\$50 por saca.

Artigo 5.º — Os preços máximos de venda ao público no Continente são os seguintes:

1. Açúcar granulada em pacotes de 1 kg. por quilograma, 19\$50; açúcar refinado corrente por quilograma, 18\$50.

Artigo 6.º — 1. As refinarias, os armazenistas e os retalhistas, poderão declarar por escrito à Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, até 23 de Janeiro de 1976, as existências de açúcar refinado corrente e granulada (a granel, ensacado ou empacotado) em seu poder às 24 horas do dia 17 de Janeiro de 1976.

2. As entidades referidas no número anterior receberão da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool um diferencial de reembolso por cada quilograma de açúcar em seu poder com existência às 24 horas do dia 17 de Janeiro de 1976, correspondente a 3500 por quilograma de açúcar granulada e 2590 por quilograma de açúcar refinado corrente.

3. Este reembolso será feito dentro do prazo de trinta dias através da tesouraria da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool.

Artigo 7.º — O presente decreto-lei revoga o n.º 1.º do n.º 3, o n.º 3.º do n.º 4 e os n.ºs. 1.º, 2.º e 4.º do n.º 5 da Portaria n.º 144/A/75 de 3 de Março de 1975.

Artigo 8.º — Este Decreto-Lei n.º

25-C/76, de 15 de Janeiro entra imediatamente em vigor.

Em face da fixação dos novos preços do açúcar no Continente estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 25-B/76, e de acordo com a orientação de, tanto quanto possível, estabelecer uma política unitária nos territórios do continente e ilhas adjacentes, convém estabelecer nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, embora com certos ajustamentos, novos preços de produção e comercialização daquele produto.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pelo Art.º 3.º, n.º 1.º, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — O açúcar granulada será vendido pela fábrica, a granel, em sacos de 50 kg. (peso líquido), tara perdida de papel ou de outro material apropriado, ou ainda em pacotes de 1 kg. aos preços máximos de respectivamente 17\$00, 17\$02 e 17\$50 por quilograma.

Artigo 2.º — Os preços máximos de venda ao público de açúcar granulada são os seguintes:

1. Açúcar granulada em pacotes de 1 kg. por quilograma, 19\$00; em pacotes de 1 kg., 19\$50.

Artigo 3.º — 1. As fábricas, os armazenistas e os retalhistas poderão declarar por escrito à Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, até 23 de Janeiro de 1976, as existências de açúcar em seu poder às 24 horas do dia 17 de Janeiro de 1976.

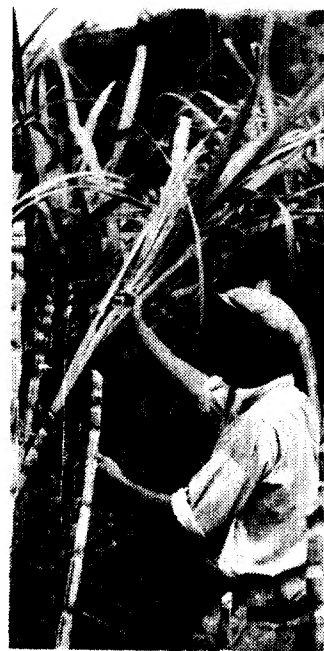
2. As entidades referidas no número anterior receberão da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, um diferencial de reembolso por cada quilograma de açúcar em seu poder com existência às 24 horas do dia 17 de Janeiro de 1976, correspondente a 3500 por quilograma de açúcar granulada.

3. Este reembolso será feito dentro do prazo de trinta dias através da tesouraria da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool.

Artigo 4.º — O presente decreto-lei revoga os n.ºs. 1.º e 5.º do n.º 3 da Portaria n.º 144-B/75, de 3 de Março de 1975.

Artigo 5.º — Este Decreto-Lei n.º 25-C/76, de 15 de Janeiro entra imediatamente em vigor.

Não tendo sido possível fazer publicar no «Diário do Governo», nem assegurar a respectiva distribuição em tem-



Açúcar, um problema a rever com o Terceiro Mundo e em especial com as ex-colónias

po útil suficientes para serem cumpridas as datas marcadas nos Decretos-Leis n.ºs 25-B/76 e 25-C/76, de 15 do corrente, que fixam os novos preços do açúcar a praticar no Continente e ilhas adjacentes, são as mesmas alteradas de acordo com o presente decreto-lei.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pelo art.º 3.º, n.º 1.º, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março de 1975, o Governo decreta e eu promulgo para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os novos preços do açúcar em rama e dos açúcares refinado corrente e granulada, constantes dos Decretos-Leis n.ºs 25-B/76 e 25-C/76, de 15 do corrente mês, entram em vigor no dia 26 de Janeiro de 1976.

2. Passam a reportar-se às 24 horas do dia 24 do corrente as declarações de existência de açúcar nas refinarias, fábricas, armazenistas e retalhistas referidas nos citados diplomas, e a 30 do corrente a data limite para a entrega das mesmas declarações à A.G.A.A. para efeito de recebimento do diferencial de preço a reembolsar às entidades atrás referidas.

Artigo 2.º — Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

## Cooperação Portugal-Holanda Haia apoia empréstimo da C.E.E. a Portugal

Regressou ontem ao seu país o ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Max Van Der Stoel, que se deslocou a Portugal para prosseguir as conversações iniciadas no ano findo em Haia com o seu homólogo português, major Melo Antunes, mais tarde reforçadas no encontro de Bruxelas, por ocasião da reunião da N. A. T. O.

A visita a Lisboa daquele dirigente holandês permitiu que fossem examinadas e discutidas questões relativas à segurança europeia enquadradas nas resoluções da Cimeira de Helsínquia, bem como aspectos que relacionam as negociações estabelecidas entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) no âmbito da multiplicação de esforços desenvolvida entre as duas entidades nos últimos meses, com vista a um empréstimo, que Haia apoia, da Comunidade a Portugal.

Como representante dos Países Baixos para os Assuntos Exteriores, Max Van Der Stoel ocupou-se, igualmente, da cooperação bilateral entre o seu país e Portugal e, embora não tenha feito declarações à partida, o nosso jornal apurou que a mesma se reportou aos campos políticos e económicos, procedendo-se a uma ligeira revisão da questão em termos que se admite tenham levado em conta o problema angolano e a progressão no terreno de luta do M.P.L.A.

Aliás, Angola, Timor e o Terceiro Mundo serviram de mote para as declarações do major Melo Antunes e daquele dirigente holandês no jantar que o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros ofereceu no Palácio das Necessidades, sábado, e em que afirmou que Por-

tugal seguia com a maior atenção a situação angolana. Melo Antunes salientou que «estamos convencidos que a mudança da relação de forças que tem vindo a operar-se está favorecendo o M.P.L.A.», e que a nossa posição em relação a aquele movimento depende de «um mais eficiente controlo por parte das tropas de Agostinho Neto em Angola».

No campo da cooperação económica, Van Der Stoel adiantou que a Holanda já em Bruxelas manifestara o seu acordo quanto a um empréstimo de cerca de 15 milhões de contos (que em linguagem do Euromercado equivale a 400 milhões de «unidades de conta») a Portugal, incitando os outros países membros a prestarem o mesmo apoio numa primeira fase de colaboração com o processo e a democracia portuguesa.

Melo Antunes, por seu turno, e ainda no decorrer do mesmo jantar, no Palácio das Necessidades, sublinhou o facto de 1975 ter sido um ano de importantes transformações e mudanças para Portugal, que «a consolidação da democracia e da transição pacífica e pluralista para o socialismo é um facto», e que «os dolorosos acontecimentos de Timor e Angola vieram ensombrar todo um processo de descolonização encetado com inteligência e coragem».

### SAUVAGNARGUES VISITA LISBOA

Segundo um telegrama da France Press, que cita fonte autorizada, o ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, Jean Sauvagnargues, visitará oficialmente Lisboa, na última semana de Fevereiro.

## Nova tabela do imposto de selo

Um comunicado do Ministério das Finanças informa sobre as alterações à Tabela do Imposto do Selo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 765, de 31 de Dezembro de 1975. São as seguintes as alterações, que damos com o número do artigo da tabela, o acto tributado, a taxa antiga e a taxa vigente desde o passado dia 14:

13 — Apólices de Seguros de Crédito à Exportação (selo especial), de 5 por cento para 2 por cento; 20 — Autos de Aprovação de Testamentos Cerrados, cada um (selo de Verba), de 250 escudos para 500 esc.; 24 — Autos e Termos Judiciais, perante qualquer autoridade ou repartição pública, além do papel selado, de 80 escudos para 100 esc.; 29 — II — Bilhetes de passagem por via marítima, de 3 por cento para 5 por cento; 29 — IV — Bilhetes de passagem por via aérea, de 3 por cento para 5 por cento; 64 — Convenções antenupciais (1. taxa), de 250 escudos para 500 esc.; 69 —

Declarações para a matrícula dos comerciantes em nome individual e das sociedades e para a matrícula dos navios nas secretarias dos Tribunais do Comércio de 50 escudos para 100 esc.; 85 — Doações entre vivos, sobre o s/valor, de 2 por mil para 4 por mil;

101 — Letras: — Quando qualquer dos obrigados cambiários for comerciante, e bem assim ordens, livranças e escritos de qualquer natureza, de 2 por mil para 3 por mil; — Quando nenhum dos obrigados cambiários for comerciante, de 4 por mil para 5 por mil; — Sendo aceites por estabelecimentos bancários a prazo e não superior a 120 dias, de 0,5 por mil para 1,5 por mil;

102 — Letras: — Sacadas em praças estrangeiras quando aceites ou pagas no continente ou nas ilhas adjacentes, de 2 por mil para 3 por mil; — Sacadas em praças estrangeiras para serem pagas em praças estrangeiras, não podendo ser negociadas em Por-

tugal sem o pagamento do imposto do selo, de 0,5 por mil para 1 por mil;

105 — II — Licenças para casas de jogos, de diversas para o dobro; 105 — III — Licença de porta aberta, depois da hora de recolher, idem; 106 — Licenças concedidas pelas repartições públicas, pelos corpos administrativos ou por qualquer autoridade, sobre o custo da licença, de 10 por cento para 15 por cento; 123 — Partilhas ou divisões de bens não feitas judicialmente, de 1 por mil para 2 por mil; 134 — Prémios de lotaria ou rifa: — Do Estado e de qualquer dos seus serviços, autarquias locais e pessoas colectivas de utilidade pública, para 10 por cento; — Prémios de outras lotarias e rifas, de 25 por cento para 25 por cento; — Prémios de apostas mútuas desportivas do totobola, para 10 por cento; — Prémios de outras apostas mútuas, para 20 por cento.

136 — Procuração, de diversas para o dobro; 140 — Recibo de valor desconhecido ou quitação geral sem designação de valor — Em documento autêntico oficial ou extra-oficial, de 100 escudos para 500 esc.; — Em documento particular, de 25 escudos para 100 esc.;

141 — Recibo ou quitação: — de 200 a 1 000 escudos, de 1 escudo para 2 esc.; — No que exceder mil escudos, de 1 por mil para 2 por mil;

157 — Subestabelecimentos: — de cada um, de 15 escudos para 30 esc.; — Sendo feitos na mesma folha da procuração ou de outro sustabelecimento, de 25 escudos para 40 esc.; 160 — Termos forenses, de 6 escudos para 10 esc.; 168 — Vales de correio e telegráficos, de 50 centavos para 1 escudo.

## MADEIRA

### Está constituída a Junta Governativa

FUNCHAL, 26 — Encontra-se finalmente constituída a Junta Governativa da Madeira, a que preside o brigadeiro Carlos Azeredo.

Eis como ficaram distribuídos os pelouros: Planeamento e Finanças, eng. David Caldeira (independente); Abastecimento e Preços e Turismo, eng. José Ribeiro de Andrade (independente); Assuntos Sociais, Trabalho e Emigração, Monteiro de Aguiar (P. S.); Agricultura, Pescas e Indústria, eng. Rui Vieira (ex-presidente da Junta Geral do Funchal); Equipamento Social, Ambiente, Transportes e Comunicações, eng. Ornelas Camacho (P. P. D.); e Administração Escolar, Cultura e Comunicação Social, dr. Evangelista de Gouveia.

Relativamente à pasta do Equipamento Social, Ambiente, Transportes e Comunicações, atribuída ao eng. Ornelas Ca-

macho, o P. P. D. faz questão de sublinhar que este não representa o Partido na Junta, participando apenas como técnico.

Quanto ao pelouro da Administração Escolar, Cultura e Comunicação Social, o responsável pelo mesmo é retornado de Angola, onde desempenhava funções na administração.

Nalguns casos, os vogais desta Junta terão poder de decisão a nível de ministro, com competência para alterar ou modificar decretos na parte que concerne à Madeira. Aos vogais dá-se ainda a possibilidade de fazerem publicar portarias e propor a aprovação de diplomas legais.

Ainda assim, o facto de ser efêmera a existência da Junta (cerca de dois meses) faz supor que os seus componentes se limitarão a resolver assuntos pendentes.

## MOURÃO-FERREIRA CERTO NO GOVERNO

David Mourão-Ferreira, director-adjunto do jornal «O Dia» e professor extraordinário da Faculdade de Letras de Lisboa, deverá ocupar o cargo de secretário de Estado da Cultura no VI Governo Provisório.

A nomeação de Mourão-Ferreira, já referida em edição do «DL», de há duas semanas, é agora confirmada pelo jornal

que dirige com Vitorino Nemésio.

Em contacto com o próximo secretário de Estado, este disse-nos que o lugar de director-adjunto no «Dia» não deverá ser ocupado, considerando ainda serem destituídos de fundamentos os boatos que apontavam para o nome de João Coito.

### ARGELA — CAMINHA



### JOÃO ELIAS AFONSO REINO

#### FALECEU

Sua esposa, filhos, pais, irmãos, cunhados e mais família cumprem o doloroso dever de participar a todas as pessoas das suas relações e amizade que foi Deus servido chamar à Sua divina presença o seu muito querido marido, pai, filho, irmão, cunhado e parente e que o seu funeral se realiza amanhã, dia 27, pelas 7 horas da Igreja de Nossa Senhora da Pena, para o cemitério de Argela — Caminha.

FUNERÁRIA LISBONENSE  
Telefs. 84 45 47 - 86 03 81

## Criado o Instituto Nacional de Seguros

Um decreto do Ministério das Finanças, publicado na folha oficial, cria o Instituto Nacional de Seguros, órgão que orientará e coordenará o ramo segurador, cabendo-lhe ainda proceder à indispensável centralização do resseguro e das estruturas de prevenção.

No preâmbulo do diploma refere-se que «as empresas seguradoras desenvolvem hoje uma actividade eminentemente social, razão pela qual deverão

assistir a uma significativa e real reestruturação tendente a ajustar o respectivo quadro institucional ao seu escopo principal, que é garantir a segurança das relações económicas e da vida dos trabalhadores».

O «Diário do Governo» insere igualmente a resolução do Conselho de Ministros que nomeia diversos membros para a comissão instaladora do Instituto.

## Trabalho

## PLENÁRIO DA INTER

# Condenada a política do Ministério do Trabalho

A política seguida pelo Ministério do Trabalho foi energeticamente condenada pelo plenário da Intersindical, que ontem terminou no Teatro Trindade, em Lisboa, e reuniu dezenas de sindicatos em representação de cerca de um milhão de trabalhadores.

A recusa em conceder credenciais às comissões de trabalhadores de empresas em autogestão; a definição do horário de trabalho nacional; o lançamento de um inquérito às organizações dos trabalhadores e as relações que o Ministério mantém com o movimento sindical foram algumas das questões abordadas no plenário.

Assim, numa moção aprovada por maioria foi solicitado àquele departamento governamental que inicie «uma política de real defesa dos interesses dos trabalhadores», e a renovação de todas as credenciais até ao dia 31 de Janeiro, «de forma a que as empresas em

autogestão não paralise o seu normal funcionamento».

Sobre o horário nacional de trabalho, «os sindicatos consideram como questão fundamental da contratação colectiva, uma política coordenada de horários de trabalho que tenha em conta a irreversibilidade das conquistas já alcançadas e que em sectores onde o ritmo e as cadências de trabalho, a frequência do trabalho por turnos, as precárias condições de trabalho, como o dos mineiros e outros, sejam praticados horários nunca superiores a 40 horas semanais».

O inquérito às organizações dos trabalhadores lançado pelo Ministério do Trabalho através da DROT, ex-Gabinete de Apoio à Actividade Sindical foi «repudiado e denunciado vigorosamente».

Na proposta aprovada sobre este problema é também «recusada qualquer política que vise fazer pagar aos operários,

camponeses e demais trabalhadores o preço da crise económica» e solicitada ao M.T. «a adopção e cumprimento de uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores que são o suporte económico e social básico da Revolução Portuguesa rumo ao socialismo e acabe com a sua ingerência nas organizações dos trabalhadores».

## «ESTADO DE SÍTIO» NA INFORMAÇÃO

Os problemas de Informação após o 25 de Novembro foram discutidos longamente no plenário. Depois de referir o «estado de sítio» que existe nos órgãos de Comunicação Social, o plenário manifestou-se pela «integração imediata de todos os trabalhadores suspensos da televisão e da rádio e de outros órgãos de Comunicação Social (jornais) com

quem se solidariza; readmissão dos trabalhadores despedidos da rádio. Participação directa e credenciada nos trabalhos de reestruturação, instalação, organização e manutenção dos serviços de radiodifusão e de televisão que tanto dizem respeito aos trabalhadores (e sindicatos) desse sector de actividade como a todos os demais, ouvintes, espectadores e contribuintes».

Noutra moção, exige-se que os órgãos de Comunicação Social, nomeadamente a RTP e a EPR, dêem «ampla cobertura das lutas dos trabalhadores em termos de os servirem, na medida em que são sustentados por eles», e que os «órgãos do poder ponham cobro à manipulação da opinião pública pelos órgãos da direita e à vaga de atentados terroristas, tomando medidas enérgicas e inequívocas».

## Agricultores

# REUNIÕES EM VÁRIOS LOCAIS

Os representantes dos concelhos junto do Secretariado da Confederação dos Agricultores de Portugal reuniram-se, ontem, em Viseu, para estabelecer comissões e fornecer directrizes activadoras para a realização dos projectos daquele «organismo» concernentes à Reforma Agrária.

Esta reunião integrou-se no conjunto de várias outras efectuadas em diversos pontos do País (Cadaval e Távira), para preparação do «grande plenário» que se efectuará, por seu turno noutras localidades do País: Famalicão, Viseu, Castelo Branco, região do Oeste e Algarve, em locais a designar. O plenário de Lisboa ficou completamente programado: realiza-se no primeiro domingo do próximo mês, às 15 horas, no Largo da Feira de S. Mateus.

No Cadaval, a reunião teve a presença de mil pessoas, que foram informadas pelo eng.º Tomás Pedro Correia dos resultados dos plenários do Rio Maior e Braga. De acordo com este orador a finalidade do encontro era lançar os alicerces para a criação de uma associação livre de agricultores daquele concelho. Outros oradores atacaram o ministro da Agricultura e Pescas e a Reforma Agrária.

Sob a mesma égide, também em Távira os agricultores convergiram para o Cine-Teatro respectivo, com os mesmos objectivos. Os ataques tiveram as mesmas direcções e sentido. Reforma Agrária, Ministério, ocupações no Alentejo. Um apelo foi feito: que os agricultores se unam para defesa dos seus interesses e da recons-

trução da economia nacional com a participação de todos.

## OFERTA DE 800 CONTOS

Uma delegação (alemã ocidental) do Comité de Solidariedade com Portugal, entregou ontem à cooperativa «A União Faz a Força», uma importância de cerca de 800 contos (70 mil marcos), resultado de uma subscrição popular organizada naquele país a favor da Revolução Portuguesa.

A delegação deslocou-se à cooperação, em Santiago do Cacém onde ontem decorreu uma festa-comício para serem entregues outras importâncias que resultaram de uma campanha de solidariedade para com a Reforma Agrária e «A União faz a força».

No caso particular da solidariedade alemã, esta insere-se numa vasta campanha internacional de solidariedade para com as medidas progressistas tomadas em Portugal, depois do 25 de Abril, quer pelas autoridades quer pelas movimentações de trabalhadores, particularmente no que à Reforma Agrária respeita. Em Viseu disse um membro desta «embaixada»: Esta iniciativa fez com que a nossa população descobrisse uma compreensão maior dos vossos problemas. E estamos certos de que a nossa visita e o objectivo que nos trouxe a Portugal contribuirá para uma compreensão ainda maior, através das impressões que vamos colher e depois transmitiremos ao povo da República Federal Alemã.

# QUADROS TÉCNICOS DO NORTE EM DEFESA DO PLENO EMPREGO

O desemprego e subemprego de quadros técnicos, que «assume proporções alarmantes no Norte do País, pelo menos em algumas especialidades», levou à união das comissões de desemprego dos contabilistas, economistas, engenheiros e engenheiros técnicos num organismo coordenador: a Comissão de Emprego de Quadros Técnicos do Norte. Nos cálculos desta comissão, encontram-se sem trabalho, no Norte, cerca de 2 500 quadros técnicos. Destes, mais de 90 por cento não têm experiência

profissional e cerca de 40 por cento vivem em situação de subemprego.

O CEQTN aponta como motivos determinantes desta situação a crise económica existente, a inadequação das formações de quadros às verdadeiras necessidades do País o número (considerado excessivo) de formaturas de técnicos, ultrapassando largamente — ainda segundo a mesma comissão — a capacidade de absorção da economia.

O CEQTN alerta os responsáveis pelo ensino superior

técnico para os dois últimos pontos referidos, considerando, nomeadamente, que «as catadupas de novos técnicos que se formam cada ano que passa, sem, ao menos, uma diversificação de especializações adaptadas à nossa realidade económica, é um factor que não pode deixar de considerar-se alarmante». Por esta e outras razões, a comissão dirige um apelo à «solidariedade dos estudantes e docentes do ensino superior técnico», no qual sublinha: «Urge reclamar e fazer o planeamento qualitativo

e quantitativo das necessidades em técnicos do País, e a ele adaptarem o seu trabalho, como meio de garantir o seu futuro pleno emprego».

É precisamente a defesa do direito ao pleno emprego que a CEQTN apresenta como sendo o seu objectivo fundamental. Por outro lado, a comissão bate-se pela criação de uma lista única de quadros técnicos do Norte não empregados, que seja «o único meio de preenchimento de postos de trabalho, de acordo com critérios realistas e justos».

# Direcção (suspensa) da J.N.P.P. esclarece nota oficiosa da S. E. do Abastecimento

Relativamente à nota oficiosa emanada da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, sobre as carências de abastecimento de carne bovina, a Direcção (suspensa) da Junta Nacional dos Produtos Pecuários pede-nos a divulgação do seguinte esclarecimento, subscrito por Salomão Benoliel, A. Bruto da Costa e A. Pinto Cardoso:

«Os abaixo-assinados, membros da Direcção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários suspensa por despacho de 16 de Dezembro último de S. Ex.º o ministro do Comércio Interno, face às afirmações e insinuações caluniosas e difamatórias da sua dignidade profissional, enquanto responsáveis por aquele organismo de coordenação económica, contidas numa nota emanada da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços sobre as carências de abastecimento de carne bovina e divulgada a 19 do corrente através da Imprensa, Rádio e Televisão, sentem-se obrigados a vir junto da opinião pública para rigoroso e completo conhecimento dos factos que originaram a actual situação de escassez e assim reporem intacto o seu bom nome e prestígio. Isto porque, contrariamente ao que se afirma no ponto 2 daquela nota oficiosa, as situações de escassez de oferta não têm origem no deficiente planeamento do aproveitamento de carne que compete à JNPP, mas sim, como certamente será esclarecido na sindicância em curso, nos factos que passamos a transcrever e que, por suficientemente elucidativos, nos abstermos de comentar.

1. Em cumprimento do planeamento de importações oportunamente submetido a apreciação superior, a 4 de Setembro de 1975, a Direcção da JNPP propôs a S. Ex.º o secretário de Estado do Abastecimento a aquisição de 6.000 toneladas de carne bovina francesa a serem entregues escalonadamente durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro últimos. (Inf. ref. 2064/Frig/75).

2. Esta proposta mereceu despacho de aprovação de S. Ex.ºs os secretários de Estado do Abastecimento e do Comércio Externo do Governo de então, respectivamente em 5 e 8 de Setembro.

3. Cumprindo o disposto legalmente, a 26 de Setembro solicitou-se à Direcção Geral da Fazenda Pública a necessária autorização de dispêndio de divisas, usualmente concedida no prazo de dois a três dias. (Ofício ref. 2260/Frig/75).

4. Ainda sem resposta a qualquer dos processos de importação pendentes de autorização de dispêndio de divisas, a 2 de Outubro insistiu-se junto da DGFP para urgente despacho de concordância, salientando «a condição imperiosa do abastecimento público se processar dentro em breve» (ofício ref. 2349/Frig/75).

5. Novamente a 8 de Outubro se insiste junto da DGFP «no sentido de ser dado despacho contemplativo para a saída de divisas». (Ofício ref. 2473/Frig/75).

6. Dada a gravidade que este impasse começava a assumir, nesse mesmo dia 8 de Outubro foi pedida a intervenção de S. Ex.º o ministro do Comércio Interno, para «interceder, com urgência, junto de S. Ex.º o secretário de Estado do Tesouro» (ofício ref. 2476/Frig/75).

Porque o impasse permanecia, com sério risco para a regularidade do abastecimento público, a 15 de Outubro de 1975 novamente se solicita a atenção de S. Ex.º o ministro do Comércio Interno para «esta situação (...) que poderá ter sérias implicações em matéria de abastecimento público». (Inf. ref. 27/Frig/75 e ofício ref. 2555/Frig/75).

7. Revelada infrutífera também esta última tentativa efectuada junto do primeiro responsável pelo abastecimento público, sem que tenha merecido qualquer tipo de resposta, de novo nos dirigimos ao Ministério das Finanças, agora directamente a S. Ex.º o secre-

tário de Estado do Tesouro, a solicitar andamento urgente para este processo, salientando nomeadamente que «a situação criada, para além de colidir seriamente com o abastecimento do País, poderá causar grandes transtornos aos fornecedores (...) Daqui estes factos não poderem deixar de causar profundas preocupações a este organismo (...)» (ofício ref. 2628/Frig/75 de 21 de Outubro de 1975).

8. A 22 de Outubro a Direcção Geral da Fazenda Pública oficiou à JNPP (ref. 19906) transcrevendo o despacho de 17 de Outubro de S. Ex.º o secretário de Estado do Tesouro, do seguinte teor: «Conforme combinado com o Senhor ministro do Comércio Interno, deverão ser reapreciadas todas as decisões que envolvem as importações descritas».

9. Nessa mesma data oficiamos S. Ex.º o secretário de Estado do Abastecimento e Preços (ofício ref. 2666/Frig/75) afirmando que «nestas circunstâncias e em confirmação das informações verbais que a este respeito hoje tive a honra de prestar (...) permita-me apresentar de novo o assunto à consideração superior no sentido de se conseguir a autorização solicitada que, a não ser obtida em tempo oportuno, poderá pôr em risco o abastecimento público, facto que não poderá deixar de causar as maiores preocupações a esta Junta».

10. Em 27 de Outubro, alegando extravio, um responsável do Gabinete da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços solicitou nova cópia do processo de importação de carne bovina congelada. No ofício de remessa (ref. 2709/Frig/75) aproveitamos para voltar a insistir «na gravidade das implicações do actual impasse».

11. Através do ofício referência 2424 de 29 de Outubro, do Ministério do Comércio Interno, classificado de urgente, tomámos conhecimento do despacho datado de 25 de Outubro de S. Ex.º o ministro, em que é ratificada a autorização já concedida em 5 de

Setembro pelo então secretário de Estado do Abastecimento, continuando no entanto a ser completamente omissa acerca do imprescindível despacho de autorização de dispêndio de divisas.

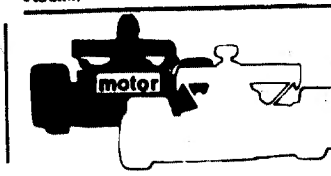
12. Face a esta omissão, mais uma vez oficiamos o Gabinete de S. Ex.º o ministro do Comércio Interno, informando que «enquanto não nos for concedida a autorização de dispêndio de divisas, continuamos impedidos de regularizar a abertura de crédito e consequentemente concluir as operações de importação em curso» (Inf. Ref/29/Frig/75 e ofício ref. 2754/Frig/75 de 30 de Outubro).

13. Só a três de Novembro, quase dois meses decorridos sobre a data da nossa proposta, foi finalmente autorizado o dispêndio de divisas para a importação em causa (ofício ref. 20709 da DGFP).

Já não foi obviamente possível cumprir as entregas previstas para Outubro e primeira quinzena de Novembro. O fornecedor, face à quebra de contrato de nossa responsabilidade, eximiu-se ao preço inicialmente estipulado.

As cotações no mercado internacional subiram mais de cinco contos por tonelada para carne daquela origem, acarretando ao País um prejuízo da ordem dos dez mil contos.

O abastecimento público foi seriamente afectado por ausência de fornecimentos previstos durante mês e meio, ou seja, o equivalente a 3.000 toneladas, quantidade bastante para cobrir qualquer risco de rotura de stock.



## JUNTA DOS VINHOS

### A suspensão e o recurso

A ex-presidência da Junta Nacional dos Vinhos, que se encontra suspensa por despacho do ministro do Comércio Interno, interpôs recurso directo desta medida, dado o seu «carácter marcadamente político». A suspensão tinha sido decidida até à conclusão da sindicância instaurada à acção daquele organismo.

Os recorrentes recordam no documento que divulgam que «sempre procuraram orientar a acção da Junta Nacional de Vinhos, e, designadamente a sua política de intervenção no mercado, no sentido de favorecer os interesses dos pequenos e médios produtores de vinhos pondo termo à tradição que fazia deste organismo um instrumento comandado pelos interesses dos grandes produtores e, sobretudo, dos grandes armazenistas».

Referindo as queixas dos sectores que se sentiram prejudicados pela política adoptada durante o seu funcionamento e salientando a tentativa de aproveitamento da actual situação para fazer valer os poderosos interesses comerciais que defendem, afirma, a ex-presidência da J.N.V.:

«Não havendo notícia de outro tipo de queixas visando quaisquer irregularidades ou infracções praticadas sob a responsabilidade dos recorrentes» consideram estes não poder duvidar-se «que a suspensão decretada corresponde, pelo menos objectivamente, a uma primeira satisfação concedida aos grandes comerciantes protestatários e, por outro lado, à criação de condições para uma inflexão, mais ou menos profunda, na orientação que vinha sendo seguida».

## CHEFE DE PRODUÇÃO

PARA METALOMECÂNICA SITUADA A 5 KM DE LISBOA.

### CONDIÇÕES:

— CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA.

— EXPERIÊNCIA NO RAMO.

Resposta ao Jornal ao n. 1624, com curriculum e ordenado pretendido.

# Nacional

Alguns milhares de trabalhadores manifestaram-se, na Covilhã há alguns dias, contra a carestia da vida, contra o congelamento da contratação colectiva, contra a actual conjuntura política. Foi uma prova de vitalidade política, ultrapassando-se de certo modo as querelas partidárias, demonstrativa de que as tradições de luta do operariado covilhanense se mentem. Resultado óbvio da consciência de classe que o trabalho fabril desperta e solidifica.

Prova de vitalidade, ainda, numa cidade onde sete mil trabalhadores têm lutado contra a crise que destrói toda uma indústria de largas tradições no nosso país e, particularmente, na região. Exemplificação da forma (ainda) do proletariado, que vem à rua no ponto exacto onde, de Norte para Sul, de dentro para fora, começa o longo percurso da bancarrota do sector textil, aqui de lanifícios e, no Minho, essencialmente algodoeiro.

E, deste modo, a Covilhã surge mais a Norte, já bem dentro da Beira Baixa, como guarda avançada na luta contra a reacção. De facto, aqui ainda não se registaram atentados, as perturbações conseguidas noutros locais por forças de direita ainda não foram tentadas. E a provocação de que os dois repórteres são alvo numa noite partem de um indivíduo com uns copos a mais.

Para investigar as condições em que, na prática, se desenvolve (agravando-se ou recuperando) esta longa crise, que em determinada altura ultrapassou como uma quase agonia, não é preciso ir muito longe na viagem das fábricas que «pastam» pela encosta da serra. Do Sindicato ao operário (na fábrica ou no tasco), as acusações tomam a direcção,

empresário que nos concedeu uma entrevista a publicar nesta série de trabalhos, fez esta mesma opção: socialista.

## A ÓPTICA SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Lanifícios, na Covilhã, tem sete mil associados só na área da sua jurisdição, não contando, por isso, com os inscritos nas delegações de Gouveia, Guarda e Tortosendo. A visão sectorial que nos foi transmitida por três dos seus dirigentes diverge em certos pontos do próprio documento de Ofir, mas reflecte o confronto diário a nível local, com a necessidade de resolver questões que vão desde a não aplicação das tabelas salariais, até raros casos de despedimento.

do com os operários se refere aos patrões.

«A classe operária dos lanifícios tem uma tradição de luta que não é de estranhar para quem conheceu o movimento operário em Portugal. Esta luta já vem de 1922, aquando da realização do I Congresso Operário desta cidade. Quem conhece «A Lã e a Neve», de Ferreira de Castro, pode avaliar o que foram as lutas na Covilhã, no período de 1940/45. Portanto, com esses antecedentes, a classe operária dos lanifícios foi sempre lutadora e reivindicativa e tal qual como a margem esquerda, na zona de Lisboa, sofreu na carne a repressão fascista.»

Sobre o modo de desenvolvimento empresarial na zona, de características eminentemente capitalistas, acrescenta Carlos



Lã e Algodão:  
A MEADA ENREDADA (1)

ROGÉRIO VIDIGAL (TEXTO)

RUI PACHECO (FOTOS)

empresário obtinha, de forma geral, grandes lucros com a mão-de-obra a ser paga com salários de miséria.

«Claro que estes lucros», continuam os dirigentes, «eram obtidos sistematicamente à custa do homem, do elemento humano, na medida em que a maquinaria comprada era em grande parte antiquada, e a existência e proliferação de pequenas empresas impedia a sua verticalização. Assim, pequenas unidades preocupavam-se com a fabricação de produtos que depois tinham de percorrer outras, a fim de serem acabados.

«Isto era o resultado da existência de empresários numa sociedade capitalista onde as grandes 'virtudes' são o egoísmo e o individualismo...»

Esta situação de sobre exploração motivou as lutas dos trabalhadores, por melhores salários;

«Antes do 25 de Abril, o sector dos lanifícios tinha partido para uma reivindicação salarial de mil escudos que se concretizou a 28 de Maio desse mesmo ano. A luta teve então a adesão dos 28 mil trabalhadores do sector, em todo o País. Nessa altura, nós entendemos que havia necessidade de partir para uma nova contratação, pois que tínhamos estado baseados na Lei Geral. A luta pela efectivação desse novo contrato levou à adopção de novos processos de luta, que resultaram no conjunto de regalias sociais e um mínimo de salário de 4900 escudos. Salientamos que, nesse contrato, algumas cláusulas que o antecedem são dedicadas à organização sindical das empresas.»

Assim, no contrato que então foi aprovado, segundo nos afirma Carlos Andrade, prevê-se o pagamento de 100 por cento do ordenado durante os períodos de doença. No entanto, o facto de o Ministério dos Assuntos Sociais nunca ter despachado nesse sentido, a massa operária do sector, em todo o País, é prejudicada desde Maio de 74. E isto, obstante o patronato ter passado a descontar mais 2,85 por cento sobre os salários, para suporte dos encargos. Dizem os dirigentes que é impossível praticar esta regalia porque se trata de uma excepção aprovada apenas no respeitante ao sector dos lanifícios.

Contudo, estes não foram os únicos problemas suscitados pela aplicação do novo contrato colectivo de trabalho. O aumento salarial imediatamente levantou obstáculos por arte dos empresários, que alegando a crise, afirmaram não poder suportar os novos encargos.

«Após a aprovação deste novo contrato, houve empresas que nunca estiveram em crise e aceitaram imediatamente as novas tabelas. E não houve problemas. Mas, ainda há empresas que não cumprem o contrato. Se os CTT's foram sempre cumpridos pelos empresários, a verdade é que o patronato reaccionário hoje foge ao seu cumprimento. No en-

tanto, a classe na sua luta constante, diária, sempre vai obrigando ao pagamento previsto, ao cumprimento.»

## UM CASO

«Há empresas», prossegue Carlos Andrade, «que representam cerca de 5 por cento, em que o contrato ainda não é cumprido. De resto, aqui na Covilhã, só quando os trabalhadores entram em luta é que conseguem o cumprimento do CTT.»

Exemplificando, os dirigentes sindicais dos trabalhadores de lanifícios da Covilhã contam-nos o caso da Futorex, onde a 2 de Dezembro do ano passado os trabalhadores da empresa sequestraram o pa-

assinada, em que o patrão se responsabilizava pelo pagamento daquela remuneração a partir de uma hipoteca, a fazer da firma.»

Contudo, de acordo com o relato dos sindicalistas que entrevistamos, a hipoteca prometida não se concretizou e o 13.º mês não apareceu. A luta desencadeia-se o patrão desaparece. Com nova intervenção das Forças Armadas consegue-se, imediatamente, o pagamento de 50 por cento da importância devida, porque o empresário se apercebe que a viabilidade da firma estava assegurada pelos trabalhadores, mesmo sem a sua presença.

«Esse patrão fez a acusação, a mim», conta José Ranito, «e também ao Sindicato, de que queríamos acabar não só com a sua firma mas com a indústria da Covilhã, por estarmos sempre do lado da luta

## ANEDOTA

Em Lisboa, se aparece um fotógrafo ainda dá nas vistas. Na Covilhã, nem o leitor queira saber.

Dai que um homem, com curiosidade de saber quem nós somos e porque, parece, não gosta muito de tudo o que cheira a progressista entre em contacto com alguém da terra. Por sinal progressista. E pergunta quem nós somos.

Resposta: «O dos cabelos compridos é genro do Otelo. O outro é filho do Fabião».

A noite, por entre uns tordos, surge a provocação. Referência ao veneno de certas pessoas, à necessidade de cavar batatas, enfim o habitual. Não resulta porque não há resposta. Elementos progressistas esclarecem mais tarde o assunto, sem tiros, nem muros, nem prejuízos. Não interveio a P. S. P.

trão durante 26 horas, por causa do pagamento do subsídio do 13.º mês, que estava em vias de não se efectivar, já que o patrão alegava a falta de fundos.

No conflito acabaram por intervir o Ministério do Trabalho, através do seu delegado local, as Forças Armadas e o Sindicato respectivo. Da reunião efectuada, para esclarecimento da situação, saiu uma acta

dos trabalhadores. Resta-me acrescentar que o dinheiro para o pagamento dos 50 por cento não veio de nenhuma hipoteca mas o seu aparecimento deu-se de forma normal.»

## OS MERCADOS

A questão dos mercados tem levantado a vários níveis diversas preocupações. De resto, uma recente medida, tomada



Os trabalhadores manifestam-se na Covilhã: é uma prova de vitalidade da sua classe

com o dedo, do patronato.

Da parte do patrão, a crise é vista como o resultado de deficiências não só de estrutura (o que lhes custa um tanto a admitir como também de conjuntura — essencialmente. Nesta óptica, o problema ultrapassa-os e às acusações que os operários e organismos sindicais lhes formulam, encolhem os ombros e dizem que não há dinheiro para comprar lá fora, que não temos mercados para exportar. Claro que se verificam excepções, há o patronato consciente de si mesmo, mas que ainda assim não quer reconhecer a «verdade» do trabalhador.

Mas, para completar a visão do que se passa em todo o tor, das lãs aos algodões, é preciso fazer a análise do conhecido «documento de Ofir», porque é o resultado de debates dos operários, a determinação nível, no sentido de desenvolver a indústria dentro de uma opção de tipo socialista.

De resto, esta dicotomia acentua-se e quer-nos parecer que mesmo dentro da sua óptica, José Rabaça, conhecido

Carlos Andrade, José Manuel Ranito e João Evangelista, dirigentes sindicais, prestaram-se a uma conversa sobre o tema.

«Antes do 25 de Abril», começa por nos afirmar Carlos Andrade, «o sector de lanifícios não estava propriamente em crise. Podiam considerar-se em crise os têxteis algodoeiros, mas nós somos doutro ramo. Baseio estas afirmações no facto de 1973 e 1974 terem sido anos excepcionais de vendas de lanifícios. Numa perspectiva política direi que não é uma crise nossa, mas sim que foi o reflexo da crise mundial do capitalismo e a nossa dependência de outras nações. Depois do 25 de Abril, a indústria de lanifícios tal como as outras indústrias, reflectem as modificações políticas em geral e, industrialmente, os reflexos do boicote de certos países à nascente democracia portuguesa.»

Entra-se, com estas considerações, na questão do papel operário na luta contra a crise, tentando fazê-la pagar por quem a provoca, o que de acor-

Andrade:

«Aqui existiram sempre empresários, que, começando de operários, com uma ou duas máquinas, desenvolveram pequenas empresas que nunca passaram disso. Das 108 empresas, muito poucas delas são consideradas como tendo atingido um desenvolvimento e apetrechamento em moldes mais avançados tecnicamente e que hoje consideramos médias empresas, empregando mais de cem trabalhadores.

«E houve empresários», acrescenta José Manuel Ranito, «que começaram com meia dúzia de máquinas, que não utilizaram o capital dos rendimentos nas compras de novas máquinas, mas sim de chalés, quintas, etc. e, agora, evidentemente, não podem acompanhar o desenvolvimento. E, muitas vezes, não compraram máquinas novas mas sim maquinaria velha que agora não interessa.»

## OS LUCROS

«Apesar da classe operária ser lutadora e reivindicativa, o



«Neste momento não há crise» — afirmam-nos os dirigentes sindicais — apontam o «documento de Ofir»

# E MOMENTO NÃO HÁ CRISE”

## m dirigentes sindicais

unilateralmente pela Inglaterra, limitando as possibilidades de importação, por parte deste país, de tecidos portugueses, tornou mais aguda esta preocupação.

Referências a aumentos de «stocks» que já empurrariam os tectos dos armazéns das fábricas respectivas, são correntes. Daí que a questão tenha surgido nesta conversa com dirigentes sindicais que, pelo facto mesmo, de funcionarem dentro das fábricas, têm conhecimento da realidade, pelo menos de um certo ângulo. Assim:

«Depois do 25 de Abril houve mercados que se fecharam, mas sabemos de patrões que conquistaram a cem por cento, o mercado alemão, por exemplo. Noutros casos outros mercados se abriram às nossas exportações, como é o caso da Suécia, da Suíça e até da Finlândia», conta-nos José Ranito.

Um factor importante é-nos assinalado não só nesta conversa com sindicalistas, mas em contactos que mantivemos com outros sectores, em alguns casos até ligados ao patronato: trata-se da prospecção de mercados, antes efectuada pelos próprios empresários, a partir das suas colecções, viajando pelos clientes. Hoje, muitos deles, de acordo com uma acusação que é formulada pelos trabalhadores, sentaram-se às secretárias, esperando o apoio da banca para as reivindicações que necessariamente surgiriam.

«E indivíduos houve que se sentaram à secretária, convencidos de que surgiria um 24 de Abril...», adianta Carlos Andrade. E prossegue: «Mesmo assim há casos de firmas que encontraram escoamento para aumentos de produção na ordem dos 50 por cento.»

Surge-nos a pergunta: há crise ou não?

«Neste momento, não há crise», contam-nos no Sindicato.

«Evidentemente que há firmas que registam aumento de «stocks» mas aí há necessidade de contar com mercados que se perderam em Angola e Moçambique, onde eram colocados artigos leves.

Caso curioso o facto de já terem voltado a surgir encomendas de Moçambique.

«De qualquer maneira, partindo da hipótese da existência de uma crise, ou de uma falsa crise, os trabalhadores da indústria de lanifícios já apresentaram propostas concretas desde o tempo do IV Governo, para a reconversão da indústria: falamos do «documento de Ofir». Contactos a nível governamental que se vinham registando, foram interrompidos. Exigências para que sejam retomados voltam a surgir neste momento.

«Encontramos, neste documento, propostas para a reconversão do sector, coisa que nunca aconteceu, nem por parte do Governo, nem do patronato. Estamos na disposição de lutar para que sejam levadas à prática as propostas que constam daquele documento.

«Da parte do Ministério da Indústria e Energia, face a esta proposta, surgiu a criação de grupos de intervenção que se destinavam à distribuição de fundos para salários e compra de matéria-prima. Os Sindicatos reivindicaram, então a participação dos trabalhadores nestes grupos.»

### UMA HISTÓRIA

À noite, depois dos dias em contactos, ora com patrões, ora com pessoas ligadas ao problema, ainda as conversas não pararam. Mesmas pessoas, ao saberem do tema da nossa deambulação, pretendem dar as suas achegas.

Deste modo nos surge um homem falador que não gosta (não quer) ver o seu nome em letra de forma. Conta a sua vida, prometendo se o desejarmos, mais pormenores. Ouvimos e descrevemos.

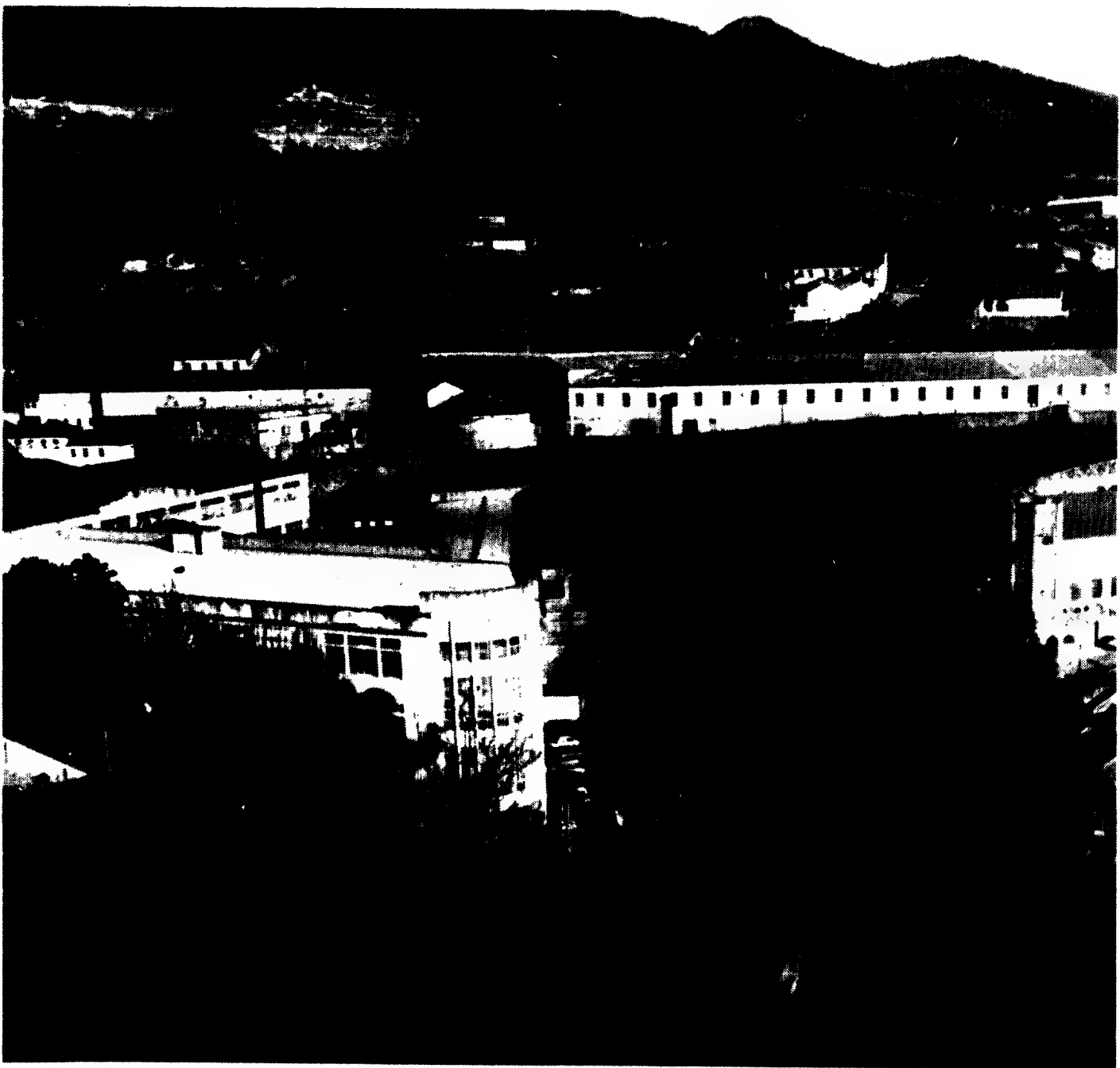
Foi um homem nascido e criado na Covilhã. Aí foi explorado toda a vida, desde criança, até atingir a idade adulta, recusando um casamento que lhe daria o patronato e embarcando num carro para percorrer o mundo de um país, vendendo fibras.

«Agora é um problema», conta-nos. «As «fibras» não existem e na maioria das vezes a gente percorre o País e não vende nada. Ou melhor, vendemos mas não temos para vender...»

Então, o nosso interlocutor começa a contar porque desde há muito é progressista. Desde os tempos mesmo em que a sua profissão era rendosa: 0,85 por cento sobre o total de vendas, antigamente representava muito dinheiro. Agora, representa muito pouco.

Era uma forma de exploração como qualquer outra. Mas o nosso amigo sempre se apercebeu disso. Daí a sua luta, embora com vencimentos superiores, porque pertencia a uma outra camada de explorados.

«E as fibras?» perguntámos. «porque não existem?»



As fábricas da Covilhã vão pela Serra acima. Os operários também, quando não descem...

«Bem, sabe, os homens, talvez comandados pela CIP e outros maestros começaram a retrain-se nas importações de matérias-primas. E agora, as encomendas mantêm-se, mas a «matéria» não aparece. Claro que o volume de vendas dimi-

prova de alienação desejada, que é mantida. Ao fim da tarde os operários circulam pelos tascos, bebendo. Na maioria dos casos para esquecer, ainda, as condições de trabalho, a exploração, a vida com os filhos, etc.

### P. M. E.?

Ao tempo em que estivemos na cidade da Covilhã, onde o Sindicato da Indústria sediou, apesar de ser do distrito de Castelo Branco, uma brigada de funcionários do Instituto de Pequenas e Médias Empresas também percorria a região, estabelecendo contactos, tanto quanto sabemos, no sentido de se conseguir uma política mais inteligente de aplicação dos subsídios. Tanto quanto parece, até agora não se conseguiu uma política racional de aplicação de capitais, deixando a de subsídio de falências aditada ou, como já foi chamada e aqui se aplica de certo modo, a política de nacionalização de prejuízos. E isto para se começar a necessária e urgente reconversão do sector, com aplicação de dinheiros públicos que sejam minimamente reprodutivos, quando não a curto prazo, pelo menos a médio, e importante a longo prazo.

Tivemos, por exemplo, conhecimento de uma empresa onde a política de investimentos não foi descuidada, a par de todo o funcionamento da empresa, desde o abasteci-

mento de matérias-primas, chegando ao cumprimento absoluto de tabelas salariais.

Os contactos com os gerentes, à semelhança do que ocorreu frequentemente não foram muito frutíferos. De qualquer modo, nos «bastidores» apercebemo-nos de que certos sectores do patronato continuam os investimentos e temos referências de afirmações no sentido de que a indústria daria para isso e muito mais.

Numa dessas empresas, que continua a investir, foi-nos dado o exemplo da carroça à frente dos bois; que na subida não tem muito problema, porque é a subir. Na descida, muitas vezes a carroça quer sair trair-se à inércia que é próprio peso dos bois que in põe ao conjunto, mas a temblagem não permite.

O «documento de Ofir» surge exactamente a propósito de bois e carroças. E numa sociedade onde a opção é de facto entre o capitalismo e o socialismo, esse documento elaborado pelos trabalhadores assume uma enorme importância. Daí que nos mereça uma longa referência em próximo trabalho. Porque se trata de optar entre.

PORTUGAL, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, 1906.

COVILHÃ — ...Graças às suas fábricas de panos que pelo menos remontam a 1681, é considerada a cidade da Covilhã uma das mais prósperas, industriais e comerciais do reino, tendendo as suas condições de progresso a melhorar consideravelmente com o caminho de ferro da Beira. Afora o grande número de teares que possui, conta mais de quarenta fábricas de cheviotes, picotilhos, chales, cobertores finos, estambres, casimiras, meselas, castorinas, meias e chales-mantas de excelente qualidade. A quantidade de lá consumida anualmente nessas fábricas ascende a 3 500 000 kilos... Em 1897, possuía a Covilhã 92 estabelecimentos fabris, representando um capital fixo de 1600 contos de réis e um capital circulante de 2000 contos.»

nuu, mas para mim não interessa muito...»

«Na Covilhã, os copos rodam. Nas ruelas estreitas da cidade as tabernas reproduzem-se. Um dirigente sindical apontou-nos o facto como uma

Na Covilhã bebe-se, e o nosso homem bebe connosco:

«Isto é prepositado. Assim, agrava-se uma crise que já vinha de há muito tempo. E quem acaba por pagar as contas são os trabalhadores.»



cais. Para a hipótese de existir

# ACTUAIS RESTRIÇÕES SÃO ANTIECONÓMICAS A BREVE PRAZO ?

A black and white collage of various logos and brand names, arranged in a dynamic, overlapping layout. The elements include:
 

- Pensao**: Two instances, one in the top left and one in the top right.
- FIA**: A logo in the upper left quadrant.
- Sagres**: A large, bold logo in the center-left.
- Enju**: A logo in the center-right.
- Capida**: A logo in the lower right quadrant.
- Hotel**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- Transportes**: A logo in the bottom left, part of a larger text block.
- Seguros**: A logo in the bottom center, part of a larger text block.
- Alco do Algarve**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- U.T.I.C.**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- royal air maroc**: A logo in the bottom left, part of a larger text block.
- Alco do Algarve**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- U.T.I.C.**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- Alco do Algarve**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.
- U.T.I.C.**: A logo in the bottom right, part of a larger text block.

Além da publicação de um horário «que possibilite manter o interesse dos nossos clientes pela publicidade luminosa», a União de Trabalhadores exige o «interesse, por parte do Governo de fomentar uma progressiva reconversão das empresas para outro tipo de actividade que as não torne tão dependentes dos anúncios luminosos».



Lisboa, 21 de Janeiro de 1976.

## Estrangeiro

# Kissinger tenta a aprovação do tratado com a Espanha

WASHINGTON, 26 — (R.) — O secretário de Estado, Henry Kissinger, inicia hoje diligências para obter a aprovação do Senado para o tratado militar acordado com a Espanha, no sábado.

Senadores farão hoje, a primeira apreciação desse tratado, potencialmente controverso, segundo revelaram funcionários governamentais.

O pacto, que deve ser aprovado pelo Senado antes de entrar em vigor, prorroga a utilização pelos Estados Unidos, por mais cinco anos, de quatro bases militares espanholas em troca da verba de 1200 milhões de dólares (cerca de 33.600.000 contos).

O dr. Kissinger concluiu o tratado em Madrid, escala da sua viagem de regresso de Moscovo, onde travou conversações, na semana passada, com o secretário do Partido Comunista Soviético, Leonid Brejnev, sobre limitação de armas estratégicas.

Agora, já de volta a Washington, o chefe da diplomacia norte-americana planeia um estudo imediato ao mais alto nível de uma inesperada proposta soviética para reduzir o limite de 2400 mísseis e bombardeiros nucleares fixado a cada uma das duas superpotências.

No início de uma semana

cheia de trabalho, o dr. Kissinger prepara também outra série de conversações sobre o Médio Oriente.

Deverá encontrar-se hoje privadamente com o embaixador israelita Simcha Dinitz, a fim de discutir a visita do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, que chega amanhã a Washington.

Segundo o alto funcionário norte-americano citado, os Estados Unidos vetarão, conforme se aguarda, uma resolução no Conselho de Segurança da O.N.U., pedindo uma retirada hebraica de todos os territórios árabes ocupados desde 1967 e a criação de um estado palestino, quando fôr hoje posta a votação.

Quanto à última proposta soviética, esse funcionário disse que, tanto o presidente Ford como o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, a pareciam encarar favoravelmente, embora ela não seja aceite na sua forma actual.

A proposta redução do limite de armas estratégicas era, segundo se julga, uma forma de isentar tecnicamente da limitação, sem perda de prestígio, o novo bombardeiro de asas recuadas para ataque de reacção que a U.R.S.S. agora possui.

O Kremlin insiste que o bombardeiro, que pode alcançar os

Estados Unidos somente em missões suicidas sem regresso, não é uma arma estratégica, embora os Estados Unidos tenham que é.

O referido funcionário crê que a U.R.S.S. apresentou a proposta na esperança de conseguir um acordo com os Estados Unidos para restringir o alcance dos mísseis de cruzeiro norte-americanos não abrangidos pelo limite de 1974.

## O «NEW YORK TIMES» CONTRA O ACORDO

NOVA IORQUE, 26 — (R.)

— O «New York Times» diz hoje que, ao assinar, um tratado militar com a Espanha, os Estados Unidos deram um dramático voto de confiança ao Governo de Madrid, apesar de abundantes provas da sua contínua repressão.

O jornal afirmava num editorial: «Os Aliados deste país na N.A.T.O. estão sabiamente a deixar passar o tempo antes de abrirem caminho para o velho desejo da Espanha de entrar na Comunidade Europeia, para ver se a era pós-Franco trará o prometido progresso para a liberdade política e democracia parlamentar.

Mas Washington, de há muito á ovelha tónhosa da NATO no seu namoro ao general Franco, apressou-se a dar um dramático voto de con-

fiança ao regime de Madrid apesar de abundantes provas da sua contínua repressão; afirmava o jornal.

O «New York Times» acrescentava que, afortunadamente, o pacto seria um tratado totalmente aberto sujeito à aprovação do Congresso, pelo que o Senado poderia questionar a sensatez de estabelecer apressadamente um acordo com um Governo cujas acções até à data tinham deixado a maior parte da Europa Ocidental totalmente na dúvida.



Completaram-se no passado dia 23 dez anos sobre a ascensão ao Poder da sr.<sup>a</sup> Indira Gandhi, primeiro-ministro da União Indiana. A telefoto da esquerda mostra-nos a dirigente indiana, na altura em que ascendeu ao Poder, e, a da direita, Indira fotografada recentemente. (Telefoto UPI-Telimprensa)

## Última tentativa na Itália para evitar eleições

ROMA, 26 — (R.) — O primeiro-ministro designado Aldo Moro inicia hoje aquilo que se supõe ser a última tentativa para resolver a crise governamental italiana, a fim de evitar eleições prematuras, que poderiam levar os comunistas até mais perto do Poder.

Aldo Moro espera conseguir apoio suficiente dos socialistas, dos democratas-cristãos e dos republicanos para formar

um Governo minoritário democrata-cristão, destinado a «tapar buracos».

A formação desse gabinete poria termo ao actual vácuo político que dura há 19 dias, e ajudaria o país a enfrentar a sua grave crise monetária até à realização de importantes congressos — o dos socialistas, em Fevereiro, e o dos democratas-cristãos em Março.

Espera-se que esses congressos se traduzam numa clarificação da política dos respectivos partidos, que poderiam posteriormente associar-se em novo gabinete, detentor de maioria parlamentar.

Até agora Aldo Moro falhou nas suas diversas tentativas de coligação com democratas-cristãos, socialistas e repulicanos.

As divergências económicas estiveram na base desses falhanços. Nem sequer o encerramento do mercado oficial de câmbios na passada quarta-feira — medida adoptada para evitar uma corrida à lira — convenceu os chefes políticos

a chegar a acordo.

Hoje, os dirigentes permanecerão vigilantes em relação aos resultados das transacções nos mercados livres e no estrangeiro, para verificarem se se mantém a desvalorização «de facto» da lira (cerca de 6 por cento em relação ao dólar e de 4,5 por cento em relação às moedas europeias).

Se Moro não conseguir apoio para um Governo minoritário democrata-cristão — espera-se que a sua tentativa dure vários dias —, então as eleições parecerão inevitáveis.

O presidente Giovanni Leone pedira ainda um voto de confiança do Parlamento ao anterior Governo, mas muito presumivelmente os deputados rejeitariam o voto.

No caso de se realizarem eleições, o Partido Comunista, a segunda força política de Itália, confirmará, segundo se espera, os ganhos substanciais que conseguiu nas eleições regionais do Verão passado, e poderá substituir os democratas-cristãos como partido maioritário no Parlamento.

## Os E.U.A. vão reconhecer a soberania do Panamá no canal

BOGOTÁ, 26 (ANOP) — Os Estados Unidos vão reconhecer a soberania do Panamá no canal e na área de 1.400 quilómetros quadrados que o envolve, pois ambos os Governos chegaram já a acordos preliminares sobre um novo tratado.

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá, Juan Antonio Tack, fez hoje esta revelação no programa «Cinco Reporteres e a Personagem da Semana», transmitida pela cadeia «Caracol», da Colômbia.

Tack especificou que o presidente Ford, numa mensagem que ainda não foi revelada, apresentou uma fórmula de transacção na qual se aceita o direito panamenho de exercer a soberania no canal e respectiva zona.

Revelou ainda que uma nova série de conversações e negociações a iniciar em Fevereiro próximo, no Panamá, poderá vir a «alcançar-se o acordo que se procura quanto ao esboço do novo tratado que, de qualquer forma, reconhece ao Panamá a soberania do canal».

O ministro panamenho confirmou, assim, a informação exclusiva divulgada pela agência EFE (a partir de Washington), segundo a qual existe já um acordo entre os dois governos e que, a 31 de Dezembro de 1995 o canal e a zona limítrofe seriam devolvidos ao Panamá.

Tack indicou que, dentro da campanha panamenha para recuperar a soberania, o próximo passo será utilizar a «via directa das negociações» e afirmou que existe uma fundamentada crença de que, nos últimos meses se operou «uma mudança

extraordinária, especialmente na mentalidade do Congresso dos Estados Unidos; em face das profundas explicações prestadas por altos funcionários e oficiais superiores do Governo norte-americano».

«Os acordos que temos conseguido obter poderiam conduzir-nos rapidamente ao esboço de um novo tratado que consagre para o Panamá o exercício da sua plena soberania sobre a zona do canal», afirmou o chanceler.

## Caleidoscópio

### O. P. E. P.

PARIS, 26 — (R.) — Um severo dispositivo de segurança estará em vigor hoje em Paris quando ministros das Finanças da OPEP, a Organização de Países Exportadores de Petróleo, efectuarem a sua primeira sessão desde o ataque dos guerrilheiros contra a sua sede em Viena, no mês passado.

### CHINA

MOSCOVO, 26 — (F.P.) — A TV soviética apresentou um agente secreto chinês numa emissão dedicada a um filme soviético sobre a China intitulado «O País do Medo».

O agente chinês, que se chamaria Sun Yu Si, foi preso na fronteira sino-soviética — indicou a TV. Os extractos do filme apresentados mostram a prisão e o rosto do agente em grande

## Congresso feminista sobre o aborto

MILÃO, ITÁLIA, 26 (ANOP) — Com a aprovação de um «documento de luta europeia» terminou ontem em Milão o Congresso Internacional Feminista sobre o Aborto, inaugurado na passada sexta-feira com a participação de delegações de nove países europeus.

O documento das feministas foi apresentado como o novo instrumento político para a construção daquela «barricada que as mulheres europeias devem levantar ante a onda de repressão que está a verificar-se contra elas em todos os países», segundo disse na jornada inaugurada a presidente do «Centro de Informação de Esterilização e Aborto» (CISA), de Itália, Adele Faccio.

O documento propõe o lançamento de uma campanha na Imprensa que será conduzida com todos os meios possíveis para sensibilizar as mulheres em geral, em todos os países, para a publicação de documentos comuns «para as necessárias pressões sobre os Governos» e também um programa de «manifestações simultâneas em diversos países, com objectivos comuns e paralelos».

plano, tal como os seus documentos falsos.

Notam os observadores que é a primeira vez que os órgãos de Informação soviéticos abordam um caso «concreto» de espionagem chinesa no território da U. R. S. S.

### K. G. B.

NOVA IORQUE, 26 — (ANOP) — O Luxemburgo tornou-se um centro de espionagem soviética na Europa, podendo os agentes do K. G. B. viajar facilmente a partir daí para Moscovo e para países da Europa Ocidental — afirma a revista «Time».

### FORMOSA

HONG-KONG, 26 — (F.P.) — A sr.<sup>a</sup> Chiang Kai-shek abandonou a ilha Formosa no Verão passado, porque não estava de

acordo com a política seguida pelo seu filho Chiang Ching-kuo e não por motivos de saúde, — declarou hoje a agência Nova China captada em Hong-Kong.

### MANOBRAS

MOSCOVO, 26 — (R.) — Cinco países, incluindo a Grécia e a Turquia, membros da N. A. T. O., aceitaram os convites para enviar observadores às manobras do Exército e da Força Aérea soviéticas, que ontem se iniciaram — anunciou o Ministério da Defesa.

Cerca de 25 000 homens participaram nos exercícios, que prosseguirão — até 6 de Fevereiro — nas Repúblicas da Geórgia e da Arménia, na Transcaucásia.

## Julgamento em Berlim por «tráfico humano»

BERLIM-LESTE, 26 — (R.) — Um tribunal de Berlim-Leste profere hoje a sentença contra um jovem berlinense ocidental que a acusação alega passou sub-reptivamente pessoas para o Ocidente «devido ao seu ódio profundo pela República Democrática Alemã e o sistema comunista».

O procurador-geral pediu prisão perpétua para Rainer Schubert, de 29 anos, que confessou ter organizado pessoalmente a fuga de 84 cidadãos comunistas, metidos em malas de automóveis, e de estar envolvido em cerca de 40 outras tentativas, algumas delas com êxito.

O procurador Dieter Simon esteve uma hora, na sexta-feira passada, a catalogar os crimes do réu. As acusações foram desde espionagem a terror e sabotagem e incluíram «a incriminação de tráfico humano contra o Estado».

Schubert negou ter-se concentrado em ajudar as fugas de médicos e outros especialistas altamente qualificados que, segundo o libelo acusatório, constituíram um terço dos fugitivos.

Esse era o fundamento da

acusação da sabotagem visto que, segundo a acusação, a perda desses especialistas custou ao Estado 18 milhões de marcos (crca de 84 000 contos).

Schubert afirmou estar interessado em qualquer pessoa que desejasse fugir do país, não se importando com as suas habilitações intelectuais. Apresentou-se como agindo basicamente por motivos políticos e não financeiros e citou a Carta das Nações Unidas garantindo a liberdade de movimentos.

Alegando que o seu constituinte não era «inimigo do Estado» como desejava a todo o custo ser considerado, o advogado de defesa pediu uma sentença limite fixa, o que significaria um máximo de 15 anos, pena essa que três membros da organização, que depuseram na semana passada, estão já a cumprir.

Um pequeno grupo de jornalistas ocidentais têm assistido ao julgamento por convite especial do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Convite semelhante apenas foi feito uma vez antes, há cerca de dois anos.

# Espectáculos

## Henrique VIII, Gershwin e Paul McCartney inspiram grupo vocal inglês

O agrupamento vocal inglês «The Scholars» dará hoje e amanhã, às 18 horas dois concertos no Auditório Dois da Fundação Gulbenkian.

Composto por cinco jovens cantores — Elaine Barry (soprano), Nigel Dixon (contratenor), Robin Dventon (tenor), Michael Leighton-Jones (barítono) e David van Asch (baixo), o agrupamento «The Scholars» interpretará dois programas inteiramente diferentes, que se caracterizam pela extensa variedade do repertório, visto que se incluem desde música da Corte de Henrique VIII e de vários autores

dos séculos XVI-XVIII (Gesualdo, Thomas Morley, William Byrd, etc.) até canções populares, espirituais negros e obras de Gershwin, Paul McCartney e outros compositores do nosso tempo.

### «SENSAÇÃO» EM VIENA

O nome deste conjunto teve origem no facto de todos os seus membros terem estudado, como bolseiros, no conhecido «King's College» de Cambridge. Tendo-se apresentado em vários concertos com enorme êxito, quando ainda frequenta-

vam o «King's College», os «Scholars» decidiram continuar juntos e enveredar pela carreira profissional. A sua primeira apresentação pública realizou-se em 1969, e rapidamente conquistaram posição de destaque, passando a ser considerados como um dos melhores agrupamentos vocais da Europa. Surgem os concertos públicos, as apresentações na rádio e na televisão, as gravações. O conjunto inicia assim uma notável carreira artística.

Uma série de concertos através da Grã-Bretanha culmina com a estreia dos «Scholars»

na famosa Sala Purcell, em Londres, em Outubro de 1970. O grande sucesso alcançado projecta o agrupamento para uma intensa actividade artística; sucedem-se os contratos, as gravações em disco, as participações em importantes festivais de música, quer na Inglaterra quer no estrangeiro.

Em 1972 decidem os «Scholars» dar maior expansão às actualidades do conjunto e incluir novas obras no seu repertório, para o que recorrem à integração de uma voz feminina no grupo. Actualmente os «Scholars», têm no repertório obras de musical vocal europeia do século XV, música medieval, sacra e profana, madrigais, música folclórica, espirituais music de jazz, etc. Os «Scholars» têm interpretado diversas obras contemporâneas, muitas delas escritas expressamente para eles por conhecidos compositores ingleses.

A crítica vienense considerou-os em 1973 como a «sensação da temporada». A firmeza tonal dos «Scholars» é caracterizada pelo perfeito equilíbrio das cinco vozes que o integram, equilíbrio conseguido graças a um trabalho de conjunto de que resultou uma completa homogeneidade sem qualquer prejuízo para a qualidade das vozes individuais.



Amália Rodrigues toma parte no «show»



Graziella Schiutti veio da ópera para o palco do Olympia

## Gala UNICEF — 75 em honra da Mulher

A UNICEF apresentou no «Olympia» de Paris um espectáculo de gala, «em honra do Ano Internacional da Mulher», cuja gravação a RTP transmite, na noite de amanhã.

Tendo como representante o actor Peter Ustinov (que surpreendeu os portugueses, em 74, com a sua declaração de que politicamente se situava no «extremo-centro»), esta organização, depende da ONU, tem sede em Nova Iorque e dedica-se a problemas nos domínios da saúde, da nutrição e da educação e, em particular, à assistência à infância nos

países subdesenvolvidos. Em 1975 a ONU proclamou que se comemoraria o Ano Internacional da Mulher, sendo o espectáculo de gala promovido pela UNICEF integrado no programa.

Neste «show» participam Nathalie Delon, Amália Rodrigues, Lana Cantrell, Carolyn Carlson, as irmãs Poliakoff (entre as quais se conta Marina Vlady), Graziella Schiutti, e outras artistas.

O «show» da UNICEF será transmitido pelas 21.30, no I Programa.

## Ballet Gulbenkian dança «Raymonda»

Com uma obra clássica — «Divertimento» do bailado «Raymonda» — e três modernas — respectivamente dos portugueses Armando Jorge e Carlos Trincheiras, e do norte-americano John Butler —, o Ballet Gulbenkian estreia na próxima quinta-feira, às 21 e 15, o 3.º programa da sua presente temporada, no Grande Auditório Gulbenkian. Com este programa realizar-se-ão mais quatro espectáculos, nos dias 30 e 31 do corrente, e 1 de Fevereiro.

O «Divertimento» de «Raymonda» (coreografia de Petipa, música de Glazunoff) será

dançado em produção de Armando Jorge.

Deste mesmo coreógrafo português, veremos «Canto da Solidão», sobre música de Alvaro Cassuto, cenário e figurinos de Silva Nunes.

Por sua vez, Carlos Trincheiras dar-nos-á a reposição de «Os últimos segundos do último sonho de...», bailado inspirado nos poemas de Florbela Espanca, com música de Frank Martin, e belos cenários e figurinos de Emilia Nadal.

Finalmente, de John Butler — talvez o coreógrafo norte-americano actualmente mais dançado em todo o mundo, depois de Balanchine — será apresentado «O Som da Noite», com música de Fukushima, cenário de Charters de Almeida.

Como habitualmente, a Fundação Gulbenkian concede o desconto de 50 por cento aos jovens até aos 18 anos, às crianças até aos 12 e a todos os estudantes.

## A última crise de Rita



Rita Hayworth, que a máquina capitalista do cinema cognominou de «A deusa do amor», desembarca no aeroporto Heathrow, em Londres, em plena crise de nervos, desencadeada a bordo. Mito de Hollywood, Rita é hoje uma velha mulher que bebe de mais, enquanto esporadicamente participa em «shows» televisivos.

## «Romeu e Julieta» em cem países

O ballet «Romeu e Julieta», criado no Teatro Bolchoi há 30 anos, será apresentado nas televisões de mais de 100 países, no próximo dia 28, data do aniversário do célebre teatro soviético. — notícia, de Moscovo, a agência Reuter.

O bailado, com coreografia de Grigorovitch e música de Prokofiev, terá como principais intérpretes a bailarina Natalia Bessmertnova e Mikail Lavrovski.

Haverá duas versões diferentes do bailado, de duração diversa, para melhor adaptação à programação das televisões dos diferentes países que transmitirão a obra.

## Costinha: morte aos 84 anos

Costinha, o gorduchinho que era imagem de alegria e espírito nos palcos e nas telas cá do burgo, faleceu ontem: com 84 anos, serenamente vividos.

O nome do artista, que era o último componente do trio de espadachins da época heroica da pantalha e dos tabladinhos (os outros já lá estavam e chamavam-se Vasco Santana e António Silva) ficará como legenda de uma torrente de trabalhos em que a sua facilidade para o improviso, tanto como

a perfeição do seu inatavável profissionalismo, vão permanecer na retina dos que admiraram a arte desse jovem octogenário que era padrão e medida a bem copiar por quantos tentam a carreira que se vive sob a luz dos projectores.

Recordar o «palmarés» de Costinha (Ernestino Augusto da Costa, nascido a 24 de Fevereiro de 1891, marido da actriz Luísa Durão) seria pura estultícia: é o Costinha que, a partir de hoje, repousa no ta-

lhão dos artistas, no Cemitério dos Prazeres. E tudo fica dito.

Simplex, modesto, tão dedicado ao Teatro e ao Cinema como ao lar (onde escondia uma soberba colecção de relógios, que era o seu maior «hobby»), Costinha aprendeu com os Rosas e os Brasões, os Pinheiros e as Ángelas. Hoje, na época do autoconvencimento, talvez já não conseguisse ser atendido como mestre.

Paz à sua alma pura: eis tudo.

## «Greve» de Eisenstein

O filme «Greve», de Eisenstein, será exibido no sábado, dia 31, no Primeiro Acto Clube de Teatro, em Algés, integrado no ciclo dedicado ao célebre realizador.

Foram já exibidos os filmes «Couraçado Potemkins» e «Outubro», estando ainda prevista, na programação, a projecção das películas «Alexandre Nevsky» e «Linha Geral». O ciclo encerra com um colóquio enquanto, após todas as exposições, se segue um debate.



Costinha, dirigido por Manuel Guimarães, contracena com a mulher (Luísa Durão)

**TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA**  
4.º JUÍZO  
ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrido a dilação de vinte dias que se começara a contar da segunda e última publicação do anúncio.

Execução de Sentença n.º 8423/A.2.ª Secção  
Exequentes: PUMA REAL-SOCIEDADE DE ARTISTAS DE DESPORTO LISBOA

Executado: GIL VICENTE FUTEBOL CLUBE, com sede em Barcelos

Lisboa, 12 de Janeiro de 1976

O Juiz de Direito,

**Teatro Maria Matos**  
A RTP apresenta  
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»  
de Bertolt Brecht  
com  
**RAUL SOLNADO**  
no protagonista  
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinéas», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia  
Bilheteira Tel.: 897017  
A.B.E.P. Tel.: 328823  
Não aconselhável a menores de 13 anos

**COMUNA**  
TEATRO DE PESQUISA — CENTRO CULTURAL  
DOMINGO — «MATINÉE», AS 18 HORAS  
DIARIAMENTE, AS 21.30 H.  
**F O G O !**  
— TEXTO COLECTIVO —  
PREÇO ÚNICO DE 20.00 — 2.ª FEIRA — DESCANSO  
Praça de Espanha — Telef. 76 26 24 — Metro: Paço de

# Canal da Crítica

## OS GEMIDOS E A IRA

Chamava-se Estêvão e era ainda muito jovem quando compareceu diante do Tribunal Pleno.

Talvez deva pedir-lhes desculpa de estar sempre a meter política nestas coisas. O ministro Almeida Santos, há dias, disse que havia como que uma saturação de política. Também acho. Só que a política de que estamos saturados não terá o mesmo valor para mim e para o ministro. Eu estou saturado da política dele, por exemplo.

Em todo o caso, supondo que alguns leitores meus estão saturados da política segundo a ópppppppica do ministro da Informação, hei-de pedir-lhes desculpa por andar com a política por aqui. Ah, como eu invejo os críticos, cronistas, escritores e outros bichos que tais, capazes de mostrar a saciedade que não metem nenhuma política em suas obras...

Continuemos, pois, se a minha sina é esta...

Estêvão compareceu diante do Tribunal Pleno acusado de propaganda subversiva. Subornaram testemunhas para depor contra ele. O presidente do Pleno perguntou se ele tinha alguma coisa a alegar em sua defesa.

Então, com grande pasmio, viram como o rosto de Estêvão resplandecia: ele não se defendia, ele passava ao ataque, denunciou as condições miseráveis que levavam o povo a emigrar; atacou os latifundiários, os grandes agrários; mostrou a escravidão em que viviam; falou das grandes fomes e das grandes perseguições; finalmente apregou a confiança no futuro, a certeza da libertação: «A vitória — disse — é difícil mas é nossa.»

Ao ouvirem estas palavras, os agentes encheram-se intimamente de raiva e rangeram os dentes contra Estêvão. Este, de olhos postos no futuro, exclamou: «Venceremos! Venceremos!».

Os esbirros então soltaram um grande grito e taparam os ouvidos; depois, à uma, atiraram-se a ele e, arrastando-o para fora da cidade, começaram a apedrejá-lo até o matarem.

Alguns leitores pensarão que estou a falar de alguém do tempo de José Moreira, de Militão Ribeiro, de Germano Vidigal, do Alex, etc., etc. Não estou. Refiro-me ao mártir Estêvão, militante cristão. Quem quiser saber mais pormenores procure nos *Actos dos Apóstolos*.

### CRISTÃOS, QUE FIZEMOS NÓS?

A imagem de Estêvão e de outros militantes do futuro veio-me aos olhos enquanto assistia à telemissa de ontem. Infelizmente, quis a minha desfortuna que desta vez chegasse com algum atraso ao meu emprego. Abri o televisor no preciso momento em que o jovem sacerdote já iria adiantando na homilia. No entanto, assim mesmo, não quero guardar só para mim a parte da homilia ao meu alcance — na certeza de que os meus leitores católicos, no caminho de Estêvão, se sentirão acompanhados e compreendidos.

Não vivemos suficientemente desprendidos como quem sabe que o cenário deste mundo é passageiro e que o futuro que nos chama é de partilha, de justiça e de fraternidade.

Assim, em vez de assistirmos à participação dos cristãos na construção positiva de uma sociedade mais justa, só presenciamos infelizmente a sua mobilização colectiva para defenderem os seus bens e os seus direitos.

Mas nos hospitais, nas aldeias, bairros e meios de trabalho que fizemos nós para transformar as relações entre as pessoas? Quantas vezes nós hesitamos e não rompemos com o passado? E, no entanto, André, Pedro, Iago e João abandonaram logo os seus bens e familiares para seguir a Jesus, em direcção a um futuro desconhecido.

Hoje, porém, já se ouve, tenho ouvido várias pessoas quase chorar a ordem e a segurança do passado, a chorar pelas cebolas do Egipto. Mas tristes Igreja seremos e cristãos incoerentes, se pedirmos ao passado uma ordem que estava estabelecida sobre a injustiça e sobre a marginalização. Seremos hipócritas rasgando as nossas vestes com falsa penitência pelos exageros e precipitações de dois anos. Rasguemos antes os nossos corações. São eles que impedem que a justiça se estabeleça. Só quando nos nossos corações e na nossa sociedade couberem todos os que hoje ficaram de fora, só então haverá ordem e paz.

De contrário, Deus ouvirá certamente os gemidos do seu povo, como dizem os profetas, e a sua ira será terrível, como eles dizem muitas vezes quando juntamente com esse povo se erguer para derrubar os poderosos dos seus tronos.

Peçamos a Deus, nesta Eucaristia, que nos transformou os corações, nos abra aos outros, nos ensine a olhar a Sociedade e os seus problemas, não do ponto de vista do passado e dos nossos interesses, mas pelos olhos de quem tem fome, é desempregado, preso ou marginal. E que na nossa solidariedade o empenhamento nasça para todos a esperança de um futuro mais justo e mais fraterno.

### PARA QUE O NOSSO PAÍS NÃO DESISTA

E já agora, transcreverei igualmente o *oremos*, proferido por outro jovem oficiante, já nosso conhecido pela firmeza e serenidade com que, no tempo do fascismo, erguia a sua voz possível da missa possível numa televisão possível:

Por todos os que acreditam em Jesus Cristo como Salvador do Mundo, para que o possam revelar como esperança de todos os povos.

*Oremos ao Senhor*  
Pela Igreja de Deus Cristo, para que unida no essencial saiba descobrir os sinais de Deus no nosso tempo.

*Oremos ao Senhor*  
Pelos que hoje no nosso país são vítimas da violência, da injustiça, para que não caiam em desespero mas lutem pela verdadeira justiça e igualdade

*Oremos ao Senhor*  
Pelo nosso país, com todos os seus problemas e esperanças para que não desista perante as dificuldades e prosiga na procura de uma vida mais digna para todos.

### O PITORESCO E O TRÁGICO

Foi um domingo em que se falou muito de outros países, de outros lugares. O serão ficou totalmente apanhado por um documentário sobre a Índia em geral e sobre a Índia que foi portuguesa, em particular. Com locução de Carlos Cruz e intervenções de Balsinha, Elisa e António Santos, este último suspenso, um dos 34 suspensos da Televisão portuguesa, acusados, ao que parece,

de vários crimes, desde o de meterem o dedo no nariz até ao de acompanharem Cristóvão Colombo no descobrimento da América. Tratava-se de um documentário já, perdão!, ainda com a presença de Álvaro Guerra na reportagem e por aqui já se vê as barbas que aquilo tinha. Desde então muita água correu debaixo das fontes indianas. Mesmo no que respeita à presença das pegadas portuguesas naquelas paragens quanta coisa, quanta, estará mudado...

A tarde, fomos até ao Brasil. Chama-se a rubrica «Presença do Brasil» e leva já alguns anos de permanência efectiva na Televisão portuguesa.

Bem vistas as coisas, tudo se cifrou em mais uma oportunidade de bem conhecermos o gigante da América do Sul. Foi uma autêntica «jornada cultural». Assim, com emissões destas, é que um cidadão enriquece o seu espírito, ganha cultura da geral, alarga os seus horizontes — o que não deixa de ser grato, quando a batata está a dez escudos e a carne dividida em duas grandes classes: a que há, a 170\$00, e a que não há completamente de graça. Como vê, Milton Pinheiro, Portugal também é um País de contrastes, não é só o seu bom gigante.

Mas, ai, ai, ai, aquele *Brasil!* o Amazonas, com a *Vitória Régia*, seu *ex-libris*, suas onças, seus jacarés. As cataratas do Iguaçu, um dos mais belos espectáculos da América Latina. E Belém do Pará, fruta e cerâmica e arquitectura colonial. E o Recife, com anúncios luminosos das multinacionais.

### Inscrições para a F.I.L.

Estão abertas até 15 de Fevereiro próximo as inscrições para os interessados em expor

na 17.ª Feira Internacional de Lisboa, que decorrerá em Junho, de 11 a 22.

**CASINO HISTÓRICO**

SLOTS MACHINES MANTENEDORES DE JAMES

TRABALHO DIÁRIO DAS 14H ÀS 23H30 SALA DE JOKER



**EDDIE BUCHANAN**

VEGETA DA RADIO E DA TV INGLESA

**THE DOUGAL'S**

**MARINA ROSA** com RAUL SILVA e NOBRE COSTA



**NEW WORLD DANCERS**

PRODUÇÃO ROBERT KAPKIAN

BANDA DIPLOMÁTICA - "MOZAMBEATS", FERRER TRINDADE e sua orquestra

**BIRGITTE CHRISTENSEN**

STRIP-SHOW, SO NOW ON WONDER BAR & PARTNER

SALA RESTAURANTE às 23.30 (não aconselhável) m.

WONDER BAR à 1.00 (interdito, m. 18)

CONSUMO MÍNIMO (Tudo incluído)

Sábados 140,00/Restantes dias 120,00

Por MÁRIO CASTRIM

## Hoje



Os fragateiros

### I PROGRAMA

- 19.00** Abertura e «Os Raptore» — 2.ª parte — realização de Leif Gram.  
Um velho usuário paga ao capitão de um navio cargueiro, para raptar o seu sobrinho.
- 19.25** **Teledesporto** — as actividades desportivas.
- 19.55** **Das Artes e Ofícios** — os fragateiros.
- 20.30** **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.05** «Adagio» de «Spartacus» — pas de deux — solistas do Ballet do Teatro Bolshoi.
- 21.15** **Antologia** — «Josse» — com Jacques Dufilles no principal papel.
- 22.45** **Telejornal** — 3.ª edição
- 23.00** Fecho

### II PROGRAMA

- 20.30** Abertura e a série filmada «Omer Pascha» — 1.º episódio — «Reforços para Ogulin».
- 20.55** **A Solidão do Cançonetista** — programa dedicado a Yves Montand.
- 22.15** **Telejornal** — em diferido a edição apresentada no I Programa às 20 e 30.
- 22.45** Fecho



## Amanhã

### I PROGRAMA

... 12.45: Abertura e Culinária-76; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: «Os Pequenos Vagabundos» — 6.º episódio; 13.55: Logo à Noite. **Ciclo Preparatório TV** — 14.10: Língua Portuguesa (2.º ano); 13.45: Matemática (1.º ano); 15.00: Francês (2.º ano); 15.25: Ciências da Natureza (1.º ano); 15.50: Educação Visual (2.º ano); 17.10: Matemática (2.º ano); 17.35: Língua Portuguesa (1.º ano); 18.00: Trabalhos Manuais (2.º ano); 18.25: Francês (1.º ano); 2.º Período 19.00: Os Homens, os Livros e as Coisas; 19.20: «O Segredo dos Flamengos» — 2.º episódio; 19.55: TV Palco; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.05: Programa Militar do Estado Maior General das Forças Armadas; 21.35: Gala da Unicef-75 — em honra do Ano Internacional da Mulher, realizado no Olimpia de Paris; 22.40: Telejornal — 3.ª edição; 23.00: Fecho.

### II PROGRAMA

... 20.30: Abertura e Culinária-76; 20.55: «Os Pequenos Vagabundos»; 21.20: Teatro — «Angústia para o Jantar» — 4.º episódio — adaptação do romance de Luís Sttau Monteiro. Realização de Jaime Silva e interpretado pelos artistas: Fernanda Lapa, Rui de Carvalho, Maria Helena Matos, Jorge Brum do Lanto, Laura Soveral, Carlos Veríssimo e Cristina; 22.20: Telejornal; 22.50: Fecho.

# Desporto

## Nacionais de Futebol

### Bessa: a chave do título

Seja qual for o desfecho deste Campeonato Nacional de Futebol da 1.ª Divisão, uma coisa poderá ser desde já afirmada sem receio de erro: o Estádio do Bessa parece apostado em chamar a si a honra de determinar o destino do título. No segundo sábado deste Ano Novo, foi no Bessa que o Benfica se impôs a um Boavista cheio de esperanças, ditando-lhe a primeira derrota do torneio; ontem, foi novamente o Bessa a ditar a sua lei no que diz respeito à posse do primeiro lugar na classificação geral: Ontem e no sábado, porque foi nesse

ras as possibilidades de cada uma vir a salvar-se da zona perigosa.

#### 2.ª DIVISÃO

Na segunda divisão (zona Norte) o Varzim continua dono e senhor de todo o campeonato: neste domingo foi a Penafiel e lá impôs o seu melhor futebol, concretizado numa vitória clara de três golos sem resposta. Também o União de Lamas sobressaiu no quadro de resultados, ao ir vencer (3-1) ao terreno do Gil Vicente. Duas equipas conseguiram empatar «fora»: o Riopele (2-2) na Marinha Grande e o Sal-

mente) por 1-0. Porém, o facto mais importante é, sem dúvida, a subida do Portimonense ao topo da classificação, mercê do triunfo alcançado sobre o Montijo (2-1) e beneficiando da clara derrota do Caldas, em Almada (3-0).

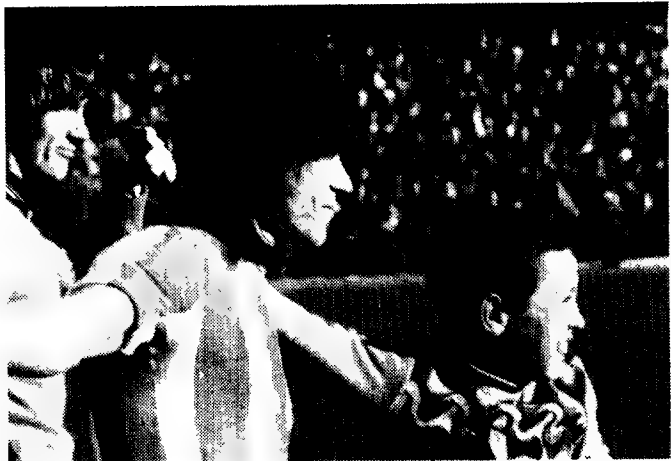
O comando passou (agora e portanto) para a posse das turmas de Portimão, das Caldas e do Montijo, todas em igualdade pontual (24 pontos).

Vamos aos resultados globais da jornada, na zona Norte: Penafiel, 1-Varzim, 3; Vilanovense, 1-Paredes, 0; Chaves, 3-Sporting de Espinho, 1; Gil Vicente, 1-U. Lamas, 3; Famalicão, 1-Farense, 0; Sp. Covilhã, 1-Fafe, 0; Marinhense, 2-Riopele, 2; Lourosa, 4-Alba, 2; Sanjoanense, 1-Régua, 0 e Paços de Ferreira, 1-Salgueiros, 1. Na zona Sul: Almada, 3-Caldas, 0; Estrela de Portalegre, 0-Torriense, 1; T. Novas, 1-Oriental, 0; Portimonense, 2-Montijo, 1; Lusitano, 0-U. Leiria, 1; Olhanense, 1-Sintrense, 1; Sesimbra, 1-Juventude, 0; Barreirense, 0-Esperança de Lagos, 1; Marítimo, 3-U. Santarém, 0 e Penice, 2-U. Montemor, 0.

#### 3.ª DIVISÃO

Na terceira divisão nacional, série «A», o comandante da classificação continua a ser o Vianense, com 27 pontos, seguido do Vila Real (com 26) e do Tirsense (25); na série «B», o União de Coimbra é guia isolado (31 pontos), seguido do Lousanense (26) e do Marialvas (25); na série «C», o Loures viu-se apanhado pelo Odivelas no comando da tabela, somando agora 25 pontos cada um, eviando perseguidos pelo Cartaxo, pelo Almeirim (24 pontos) e pelo Portalegrense (23 pontos); finalmente, na série «D», o Vasco da Gama comanda (29 pontos), seguido do Sacavenense e do Olivais (25) e do Beja que soma 22 pontos). Com 18 jornadas cumpridas o pomo da incerteza mora toda na série «C»...

ORLANDO DIAS AGUDO



Este é Frasco: no Bessa, foi seu o golo

mesmo relvado que o Boavista ultrapassou o Beira-Mar (4-1) recente vencedor de um Sporting ainda candidato ao título, como foi aí que o Benfica tropeçou frente a um Leixões obrigado a actuar junto à Avenida da Boavista, por interdição do seu Estádio (junto ao Mar). É nestas circunstâncias que o Bessa nos surge disposto a influenciar a posição de vanguarda do nacional maior, ditando a sua lei para quem quiser respeitar: sem esquecer que, no último domingo, ali se jogará o Boavista-Sporting...

A campanha no Norte do Benfica terminou assim com a perdidos pontos que, «A priori» seriam mais fáceis de garantir: mas, futebol é futebol. E, para a história do torneio, fica a pesar unicamente, esta derrota «encarnada».

A 18.ª jornada do campeonato da 1.ª divisão foi paupérrima em golos; apenas se marcaram 13 tentos, sendo 11 das equipas visitadas e apenas dois dos visitantes. Nada mais nada menos do que nove equipas ficaram em branco, o que significa que mais de 50 por cento das linhas atacantes valeram zero. Mais: dos 13 golos registados, cinco foram marcados no sábado, quando o Sporting se «desforrou» da derrota (?) na Tapadinha, impondo um 3-0 sem brilho especial de exibição; quando, o Boavista impôs um claro e significativo 4-1 ao Beira-Mar de Fernando Vaz. Quer isto dizer que, ontem, apenas se marcaram cinco golos, três dos quais no relvado do Municipal de Coimbra, onde se defontraram os dois últimos da tabela classificativa. De resto, apenas um golo no Restelo, outro golo no Bessa.

Três desafios terminaram empatados a zero: o do Lavradio (Cuf-Estoril), o de Braga (Sporting de Braga-Vitória de Guimarães) e o do Faro (Farense-Vitória de Setúbal).

Mesmo com poucos golos a jornada ofereceu alterações de vulto na tabela classificativa, principalmente nos ses extremos: na vanguarda, houve inversão de posições, sendo agora o Boavista o «leader» (30 pontos) e o Benfica o sub-guia (com 29 pontos); cá no fim, o Académico «apanhou» o União de Tomar, tornando pouco cla-

gueiros (claro!) em Paços de Ferreira (1-1). De resto, vitórias dos donos da casa.

Nesta zona, o Varzim continua em primeiro lugar (agora com 31 pontos) seguido do sensacional Desportivo de Chaves (com 26 pontos) e do Salgueiros (que soma 24). O último é o Paredes, apenas com 10 pontos.

Na zona Sul, as honras da jornada vão para o Torriense (vencedor em Portalegre, por 1-0), para o União de Leiria (que triunfou em Évora, frente ao Lusitano, por 1-0) e para o Esperança de Lagos, que veio ao Barreiro triunfar (igual-

## Portugal

O Sporting de Braga continua a sua boa carreira no Campeonato Nacional de Futebol Júnior. Efectivamente é guia isolado na zona Norte (com 24 pontos), seguido do Leixões (22) e do F.C. Porto (tradicionalmente com bons juniores) a somar 20 pontos. Na zona Sul, o comandante destacado é o Benfica, que soma agora 28 pontos, seguido do Vitória de Setúbal (com 23) e do Penice (com 20). Os resultados dos jogos desta última jornada foram, na zona Norte, os seguintes: Braga, 4-Varzim, 0; Leixões, 3-Boavista, 2; Porto, 2-Sanjoanense, 0; Amarante, 2-V. Guimarães, 1; Marco, 3-Nelas, 0 e Lourosa, 2-Académico, 1. Na zona Sul: Benfica, 3-Sporting, 1; Sesimbra, 0-Belenenses, 0; Cuf, 2-U. Coimbra, 0; Estrela de Portalegre, 1-S. Farense, 4; Vitória de Setúbal, 6-Atlético, 1 e S. Luis, 1-Penice, 0.

Resultados dos jogos da 2.ª «mão» dos oitavos de final da «Taça de Portu-

### TOTOBOLA A "CHAVE"

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Académico - U. Tomar     | A |
| Belenenses - Porto       | A |
| Farense - Setúbal        | X |
| Braga - Guimarães        | X |
| Cuf - Estoril            | X |
| Leixões - Benfica        | A |
| Penafiel - Varzim        | A |
| Chaves - Espinho         | A |
| Marinhense - Riopele     | X |
| P. Ferreira - Salgueiros | X |
| Almada - Caldas          | A |
| Torres Novas - Oriental  | A |
| Portimonense - Montijo   | A |

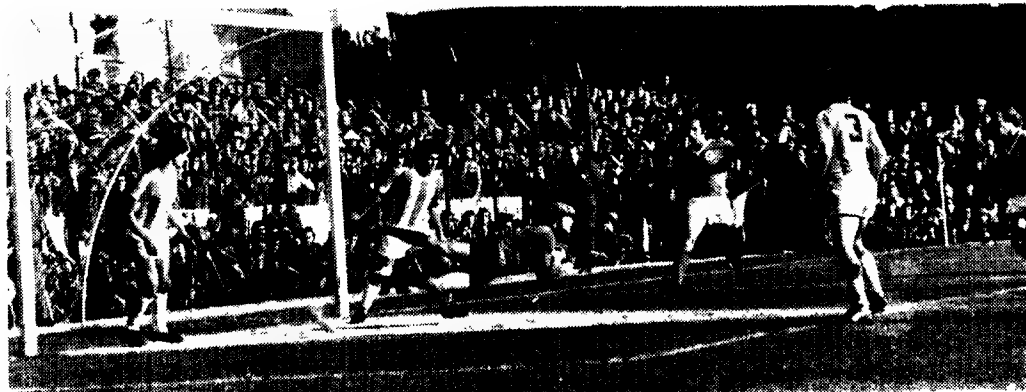
gal», de hóquei em patins: Sporting, 5-Sanjoanense, 2; Estremoz, 5-Carvalhos, 3; Académica da Amadora, 3-C. Ourique, 2; Oeiras, 17-Alcabaca, 0; Valongo, 11-CDUP, 2; Em, Comércio, 4-Ac. Espinho, 6 e Infante de Sagres, 7-Vilanovense, 2. Passam à eliminatória seguinte as equipas do F.C. do Porto, Sporting, Carvalhos, AC. Amadora, Oeiras, Valongo, Ac. Espinho e Infante de Sagres. No jogo Parede-Porto arbitrou Raul Romão, sob promessa da D.G.D. resolver o problema clube-arbitros.

Resultados da última jornada da primeira volta do Campeonato Nacional de Andebol da 1.ª Divisão: Benfica, 23-V. Setúbal, 16; Sporting, 31-Almada, 16; Belenenses, 33-Beira-Mar, 12; C. Ourique, 18-Académica de S. Mamede, 16; F. C. do Porto, 19-Bna Hora, 12 e Esmoriz, 1-CDUP, 3. Na classificação geral, o Leixões é guia isolado (12 pontos), seguido do F.C. do Porto e Benfica (ambos com 29).

Resultados da 6.ª jornada do Campeonato Nacional de Voleibol da 1.ª Divisão Nacional, 1-Técnico, 3; o Benfica venceu o Penice por falta de comparecimento: Castelo da Maia, 1-Espinho, 3; Desportivo da Póvoa, 0-Leixões, 3; F.C. do Porto, 3-Académica, 0 e Esmoriz, 1-CDUP, 3. Na classificação geral, o Leixões é guia isolado (12 pontos), seguido do F.C. do Porto e Benfica (ambos com 11 pontos).

Em jogo atrasado, correspondente à 3.ª jornada do Campeonato Nacional de Basquetebol da 1.ª divisão a Cuf bateu Sacavenense por 93-65. A frente da classificação está o Sporting com 6 pontos, seguido do Alges, Benfica e Cuf, todos com 5 pontos.

Para o Campeonato Nacional de Rúgbi da 1.ª Divisão cumpriu-se a 7.ª jornada, que forneceu os seguintes resultados: Benfica, 16-Belenenses, 6; Direito, 13-CDUL, 7; Técnico, 30-CDUP, 6 e Académica, 58-Barreiro, 0. Na classificação geral, o Benfica é guia isolado com (21 pontos), seguido do CDUL (17) e de Direito (com 16 e um jogo a menos).



Lúcio em voo, Nelinho travando a corrida: o Benfica estava batido

#### Alvalade, 3-0

### Devolução ao remetente

Por caminhos invios, o Sporting devolveu ao Atlético os 3-0 da Tapadinha, sofridos na Secretaria pela (in)justiça federativa. E, se os leões têm o legítimo direito de se considerar altamente lesados pelo árbitro da Ajuda, igualmente os alcantarenses podem ficar cientes de que o fracasso numérico no Lumiar apenas foi possível graças à desajuda do trio arbitral (Lopes Martins, Euclides Marques e Monteiro Alves), que validou aos donos do solar dois tentos logrados em inconcebíveis foras-de-jogo, não assinalados pelos silvozinhos que se impunham.

Quer dizer: os dois páreos entre sportinguistas e atléticos ficaram manchados pela fraude de números inexistentes, obra e graça de apitadores em tardes desaconselhadas para sair à rua. Infelizmente, estas são verdades impossíveis de

desconhecer, talvez a reflectirem como é difícil sair a terreiro e não falhar em julgamento, dentro dessa coisa tão aparentemente fácil como se afigura a interpretação das leis do jogo do chute. Na Tapadinha, o Sporting foi batido por Amândio Silva. Em Alvalade, Lopes Martins marcou dois golos contra o Atlético. Daqui não se pode fugir.

Foi sorumbático e amorfo o primeiro tempo do despique de sábado, na casa verde. O Sporting, sem um único ataque pela esquerda, estava desasado, com unidades perfeitamente nulas (Paulo Rocha era uma casca de noz a vogar em mar imenso e Chico complicava tudo o que lhe aparecia no alvadio) e outras a meio tom (Fraguito, Manuel Fernandes, Zezinho, Nelson). Em contrapartida, jogando com Luis Horta a «libero», o técnico Carlos Silva colocara o Atlético muito bem em todo o terreno, roubando o caminho para as suas redes a Marinho, o único dianteiro digno desse nome que se via no relvado.

A metade de abertura foi de padrão fixo: Franque e a trave (dois remates de Chico) conservaram o zero no «placard», enquanto os alcantarenses tinham descido somente por cinco vezes ao reduto adverso, para fazerem Damas titubear, para obrigarem o Sporting a ceder três cantos, para mostrarem como é incerta e frouxa aquela defesa sem Laranjeira e Da Costa. Assim, não admira que, aos 33 minutos, a claque verde estivesse de assobio na boca, condenando Juca por não meter no «team» Valtor ou Vitor Gomes, dois internacionais que andam um pouco por baixo na cotação do seu mestre directo.

Mas, o apelo ao antigo cufista apenas foi feito após o intervalo: daí a sensaboria do «show» exclusivamente ter sido perturbada a partir do instante em que esse moço, todo ele genica e força, entrou em acção. Aconteceu, então, futebol fluente e veloz, coordenado e arrumado, provocando sucessivos colapsos no Atlético e torrentes de cantos em desfavor das visitas. E logo aí estaria o primeiro golo, obra de

Marinho (32 anos) em veloz corrida pelo seu flanco e pontapé certo pelas traseiras de Barbosa. Aberto o numerador, ficava a esperar-se a ampliação: que chegaria em dois perturbantes mas incisivos foras-de-jogo, ambos saídos dos pés de Marinho e os dois concluídos pela oportunidade de Manuel Fernandes. O árbitro Martins, que já tinha outras culpazitas no activo, encerrava a ouro a sua passagem perante o Atlético.

Num vale-tudo de emergência, o treinador sportinguista chegaria a trocar Nelson por Baltasar: mas, nada acrescentaria ao património, sabida a limitação do louro da Caparica em face da necessidade de esclarecimento e ideias assentes, atributos que se exigiam para apaziguar a descontente massa associativa do Sporting que, ainda outro dia a desculpar todas as ingenuidades do jovem blocozinho que é menina dos seus olhos e já hoje, espreitando uma hipótese de título, a obrigar agentes técnicos a virarem engenheiros. De uma hora para a outra.

E forçoso que se diga que o 3-0 foi, em certa medida, rubricado por dois homens (Marinho e Lopes Martins) mas teve pequeninas ajudas em Barbosa que, transtornado pelo golpe do segundo tento, escancarou a rede no tempo restante, mais danado da vida que peru em véspera de Natal. Por outro lado, a juventude de alguns alcantarenses ficara vergada pelo infortúnio: e à veteranaria de outros para mais não dava que um sereno remar contra a maré. Triste e meio contemporizador, ainda que seja de salientar a correcção empenhada no despique e, em matéria de habilidade para dominar a bola, enviar palmas para Candeias e Franque, Horta e Wilson, Avelar e Martins.

Na banda sportinguista, é mais difícil eleger outro nome que não seja o de Marinho, uma vez que a maioria estava desastrosa e, como se sabe, pode (deve) render bem mais que aquele nebuloso fiozinho de jogo que valeu aos seus patrões lamentos e murmúrios.

N. de S.

#### Classificação

|              | V. | E. | D. | G.    | P. |
|--------------|----|----|----|-------|----|
| BOAVISTA     | 13 | 4  | 1  | 43-15 | 30 |
| Benfica      | 13 | 3  | 2  | 54-14 | 29 |
| Sporting     | 12 | 3  | 3  | 35-13 | 27 |
| Belenenses   | 11 | 3  | 4  | 28-19 | 25 |
| V. Guimarães | 8  | 6  | 4  | 33-18 | 22 |
| F. C. Porto  | 8  | 5  | 5  | 45-21 | 21 |
| Estoril      | 7  | 5  | 8  | 20-24 | 19 |
| Braga        | 4  | 7  | 7  | 17-23 | 15 |
| Atlético     | 7  | 1  | 10 | 20-33 | 15 |
| Leixões      | 6  | 3  | 9  | 23-41 | 15 |
| V. Setúbal   | 4  | 6  | 8  | 19-23 | 14 |
| C. U. F.     | 4  | 6  | 8  | 8-28  | 14 |
| Farense      | 4  | 3  | 11 | 21-36 | 11 |
| Beira Mar    | 3  | 5  | 10 | 18-30 | 11 |
| Académico    | 3  | 4  | 11 | 15-33 | 10 |
| U. Tomar     | 3  | 4  | 11 | 19-45 | 10 |



Marinho: nos seus pés nasceram os tentos «verdes»

## Desporto

## Porto: um corpo desmembrado

Doseando sabiamente o seu esforço, com uma tática definida e vencendo a menor técnica à custa de uma consistente e impecável aplicação ao trabalho, o Belenenses saltou sobre um abúlico Porto que, em matéria colectiva, é simplesmente catastrófico: e amarinhou na tabela, garantindo que está ali para as curvas nesse assunto que implica discussão por um acesso europeu. E, já que surgiu a talhe de foice, diga-se como chegou a confranger o modo como é malbaratado o talento e o saber de um brilhante punhado de jogadores, pagos a ouro quase todos «internacionais» por mérito, que se movimentam dando a sugestão (mesmo ao mais atento espectador) de andarem ali como poderiam estar à lareira, sem estilo de conjunto ao menos afluído, vivendo de impulso aquilo que se concretizaria facilmente em termos de associação.

É isso: sem a menor sombra de conjunto, o F. C. Porto continuará (até ver) a mostrar que vive do que deixam fazer a cada um dos seus rapazes. Quando, como ontem, sucede que empalmam Oliveira e Gomes, não deixam Octávio com fôlego para a segunda metade e metem na algibeira Cubillas, adeus minhas encomendas. Porque (evidentemente) não serão os amorfos «raids» de Dinis (pálida sombra do excelente futebolista de há meses atrás) ou as descidas a medo ensaiadas pelo esforçado Murça que vão, sozinhas, tirar do letargo, do pântano de águas mornas, a noção de colectivismo e humildade que parece totalmente a leste desta pirâmide de magníficos praticantes que ninguém sabe comandar nos justos termos.

Digamos, por de inteira justiça, que a vitória do Belenenses não sofre o mais leve beliscão. Os lisboetas fixaram muitíssimo bem a defesa, quebrando o destrambelhado e sem sentido ataque contrário em todo o rodar de ponteiros da parte inicial. Para além, conseguindo o tento em falhanço monumental de dois *craques* que estão a léguas-luz do mediano (Rui e Alinho), pressionaram de tal modo os «portistas» que estes, para além de andarem 45 minutos sem um só disparo até Melo, ainda viram Tibi (em três jogadas de 20 valores) escamotear aos donos da casa a «chance» de um «placard» que poderia ser escandaloso.

Muito vento: e, por sinal, contra o Belenenses, no tempo de abertura. Ai, perdido o sorteio de campos, Peres Bandeira aconselhou calma, cabeça fria e muita abnegação: ninguém falhou, na sua hoste, vendo-se mesmo dois moços-tões com tecido adiposo fora do normal (Leitão e Gonzalez) a darem tudo por tudo num esforço permanente e de alto profissionalismo, com o ex-cufista a manobrar habilmente os cordelinhos do meio-campo e o paraguai, à guisa de melhor, a fazer o tentozinho que valeu dois pontos no boral.

Logo no escalonamento inicial se ficou com a ideia num Alinho «libero» a chutar muito para o ar ou a intrinsecar-se em lances de jurisdição para colegas, num Gabriel na impiedosa *descasca* de Ramalho (e vice-versa...), num Seninho que não dava uma para a caixa e num Simões que viajava (oscilante), entre um pontapé nas núbens e outro ao acaso. O Porto (sublinhe-se) vivia do habitual: Cubillas, Oliveira, Octávio e Gomes, mais um Dinis sem forma nem codícia. Tirando isso, zero na peneira, pois Murça estava com o credo na boca e Rui iria passar metade da sua santa hora e meia de trabalho solicitado a berrar com parceiros e contrários, como se essa fosse a função de que estava incumbido pelo *estratego* Stankovic.

Por parte dos «azuis» sulistas, esta guerrilha da Confederação correu a capricho. Isidro minuto a minuto se aproximava mais de um Cubillas que não tinha correspondência nos desejos, José Rocha era um diabrete impetuoso, Artur Jorge representava a astúcia da raposa sábia, Esmoriz e Quaresma seguravam a muralha, Leitão e Cardoso construíam Bem: e, a seguir, em todas, todinhas, estava um sujeito chamado Freitas que era, apenas e unicamente, dono absoluto de tudo o que lhe passava pela loja mais aquilo que ia resolver a muitos palmos de distância. Um «show» que ninguém deve

perder: os deste angolano que é, autêntica e paradoxalmente, um impetuoso turbilhão de força e um delicado tocador na bola, sempre a caminho do seu corte e permanentemente na raiz do seu endosse. O caso mais gritante de forma cá por estas bandas e, magistralmente, o émulo maior do menino Alves na luta pela vintena de notas que o colega «A Bola» mete no bolso do patrão do nacional maior. Amigos: ver Freitas e depois dar de barato a todos os demais «backs» nesta hora, é missão que se impõe e está ao alcance de quem comprar bilhete num dia *sim* do central belenense. O dia que teve ontem: e que lhe fugiu rotundamente no Bonfim...

Futebol por futebol, com a pequena conversa-extra do irascível Gabriel com Ramalho (que iria recolher mais cedo à cabina pela veleidade de querer terçar com armas semelhantes contra o homem que partiu uma perna a Jordão) foi a bandeira da parte primeira.

Golpes alternados, mais consistentes os dos belenenses, davam um certo equilíbrio aos pratos da balança. Aconteceu, mesmo, que tanto Dinis como Gomes perderam o pio na pequena área, chutando mal aquilo que, de longe, parecia fácil de atirar para a rede. Isso teria dado um certo impulso ao Porto sem norte, com a bússula doida por nenhum timoneiro da nau saber aproveitar o favor do vento a requerer velas a todo o pano e quilha em riste. Mas, quem é que, fora das quatro linhas, explicava alguma coisa aos milionários jogadores das Antas?

## A VANTAGEM

O solitário golo do Restelo ocorreu no período de compensação dado por paragens no jogo. Imediatamente após os bons repórteres do Canal Oficial terem anunciado que Ramalho saíra dando entrada a Teixeira II. Isto é: fora embora um belenense para entrar um portista.

É bom de ver que este pobre Ramalho (acusado na semana anterior, aos mesmos micros, de ser o autor do primeiro golo setubalense) tem mala pata com a antiga *maçadora nacional*: agora até o transferem para o Porto, sem ele bolsar nada nem sequer ser tido ou havido no negócio. Ramalho saiu, é lógico, porque estava partido de todo pela serra e pelo martelo do sócio Gabriel. Entrou o colega Vasques e no lado de lá do campo, continuou Teixeira II no seu papel de suplente portista. Será que da cabina da *defunta* EN não se distingue uma camisola às riscas de outra que é toda de uma cor?

Adiantemos: veio o tento, já

com Vasques na lancha. E foi dele que começou a raspar-se o novelo: Alinho, que não tinha nadinha que sair do seu lugar para ir à esquerda perturbar o trabalho de um companheiro, deu uma fífia dos diabos e Rocha bombeou a bola até Rui, que ficou parado a vê-la esbarrar na trave e logo, ser apontada para as malhas pela cabecinha de Gonzalez. Assim mesmo: tudo facilitado pela fraqueza da defesa norte-nha, onde qualquer faca para manteiga encontra deleite para uma tarde bem passada.

E o primeiro tempo terminaria com um pontapé de Rocha a esvaír-se junto do poste esquerdo de um Rui tolhido e todo a torcer-se com dores numa mão. Seria o 2-0: que Octávio, pelo que tentara, mais Murça por quanto evitara, sinceramente não mereciam.

## A JUSTIFICAÇÃO

O resto da festa viveu-se com Tibi no posto do veterano Rui. Tibi que teve paradas de mestre e reflexos estupendos em lances de apuro. Que mos-

Por NEVES DE SOUSA

ligação e «élan». Sai quando sai, como diria o galego da história.

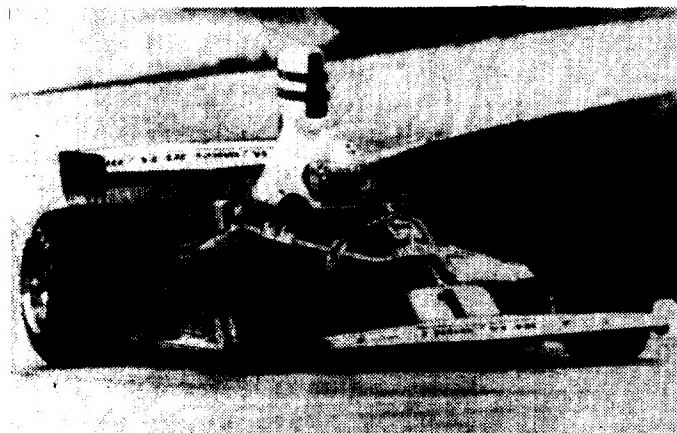
Não sairia, não poderia escapular-se, nos 45 que faltavam cumprir nesse regresso do balneario. Nadinha se mudou, tudo continuou ensarilhado correndo-se da ventania que nenhum portista soubera domar. E foi uma cabeça de Artur Jorge a pedir compêndio, e foi um assalto de Leitão a obrigar ovação, e foi Freitas no auge, e Quaresma inultrapassável, e Vasques estonteante, e Rocha sólido como a palavra do apelido. Tudo isso e um Porto de gatas, de vez em quando a tentar um lamiré (via Dinis) mas, continuamente, afunilado e trópego, como se a camisola tivesse muitas algibeiras e nelas só houvesse espaço para um ordenado sem ambição por prémios taludos. A melhor imagem poderá encontrar-se aqui: ticação não cumpre horário. Sobretudo se a comissão de trabalhadores da sua firma deixa o encarregado parar no mundo: em eclipse no mapa do tempo a percorrer.



As duas grandes «perdas» do Porto. Nem Dinis, nem Gomes, os únicos a procurarem o golo, acertaram com o caminho para as redes

trou, se houvesse dúvidas, ser um dos mais perfeitos guard-redes deste campeonato: e que não pode morar tempo de enfiada num banco de suplentes que custa os olhos da cara e só dá para saída tarde e a más horas. Como (por exemplo) quando Ademir foi render Gomes, ficando no ar a pergunta cruel: será que o brasileiro desaprendeu tudo quanto sabia ou a sua chamada, a destempe e em ar de *vai para aí*, é o espelho de todo um testamento já assinado pelo único treinador estrangeiro que está no torneio maior como comandante e ainda nada ensinou a eventuais discípulos?

De facto, com Ademir ou sem ele, com X ou Z, este Porto está condenado a produzir aquilo que deixarem fazer aos seus artistas. Lá ao lado, ninguém sabe mudar uma vírgula: nem, mesmo em treino, ensinar o pequeno nada que se chama



Niki Lauda: o primeiro estrangeiro a ganhar no Brasil

## Lauda: 1.º em Interlagos

Em S. Paulo (Interlagos) disputou-se ontem a primeira prova do Campeonato do Mundo de Condutores (Fórmula 1) em automobilismo. Nota de sensação, a estreia de Emerson Fittipaldi ao volante do seu novo carro «Coper Sugar» de fabricação brasileira. A expectativa que rodeava a apresentação oficial do ex-campeão do Mundo ao volante do novo carro, não teve confirmação durante a corrida. Efectivamente, o corredor brasileiro viu-se muito cedo afastado dos primeiros lugares, devido a uma avaria no sistema eléctrico do seu bólido. Por outro lado o austríaco Niki Lauda demonstrou estar

(continuar...) no melhor da sua forma, dominando por completo a corrida. O seu triunfo não espantou a multidão que esperava mais um êxito brasileiro, sendo o primeiro corredor estrangeiro a vencer uma prova em S. Paulo.

Durante os treinos registou-se um acidente: o francês Jacques Laffite saiu da pista durante o treino, mas saiu ileso. O actual campeão do Mundo Niki Lauda venceu com um avanço de 18 segundos sobre Patrick Depailler (2.º), classificando-se a seguir Tom Pryce, Hans Stuck, Jody Scheckter e Jochen Mass. O brasileiro Emerson Fittipaldi foi o 13.º.

Carlos Lopes em S. Sebastian  
A vitória que Portugal não viu

Pode-se dizer que todo o Portugal interessado na carreira de Carlos Lopes ficou ontem desiludido: apenas e só porque falhou (nos momentos mais importantes) a prometida imagem — TV do «Cross Internacional de S. Sebastian». E terá falhado (igualmente) a informação do enviado especial da RTP, que, ao saber (porque o disse) que a imagem não estava a chegar aos nossos «écrans» não teve capacidade para se «transformar» em repórter radiofónico. Em cima da hora, ficou assim desfalcada a brilhante exibição de Carlos Lopes na famosa e tradicional prova: e Carlos Lopes bem merecia que todo o Portugal ficasse com uma ideia da sua actualização, que foi verdadeiramente notável na nota de superioridade demonstrada. O magnífico corredor do Sporting continua, assim, na senda do triunfo, materializada que está a primeira parte do treino esquentado pelo seu treinador (Mário Moniz Pereira) que quer boa figura nos Jogos Olímpicos de Montreal.

Carlos Lopes foi (simplesmente) magnífico na prova que venceu com toda a sua classe: logo que arrancou deixou que Campos (espanhol) e Keyser (sul-africano) tomassem conta dos primeiros lugares, já que era importante «apalpar terreno» e experimentar o piso difícil, à força da neve que havia caído. Mas logo aos 500 metros, Lopes colou-se-lhes, nunca mais deixando o contacto com a vanguarda. Entre o 4.º e o 5.º quilómetro o português lança o seu ataque: o único, pois tanto o espanhol como o sul-africano ficaram batidos sem remédio. Depois, foi o correr para a vitória, numa demonstração do seu valor e da sua boa condição actual. Carlos Lopes gastou 33 minutos e 57,6 segundos, enquanto que Campos (que foi segundo) gas-

tou 34 minutos e 16,6 segundos. Dos restantes portugueses, José Sena foi o 33.º (com 36,12,4) e Carlos Cabral o 37.º (com 36,48,4). Aniceto Simões desistiu à passagem do 6.º quilómetro. Por equipas ganhou a Inglaterra (com 24 pontos), tendo Portugal ficado na 7.ª posição (com 71 pontos).

## NA BÉLGICA

Entretanto, disputou-se em Arlon (na Bélgica) a «Taça dos Campeões Europeus de Cross», tendo participado a equipa do Benfica. Individualmente, Anacleto Pinto foi o 8.º classificado, na corrida ganha por Foster seguido de Mariano Haro. Por turnas, a do Benfica classificou-se em 6.º lugar, a frente irlandesa, galeses e italianos. O triunfo colectivo sorriu à Espanha.

## NA SUÍÇA

Tal como havíamos noticiado, uma equipa de natação do F. C. do Porto participou, neste último fim-de-semana, num torneio internacional em Genebra, tendo os atletas portistas arrancado classificações e resultados dignos de nota. C mais sensacional pertenceu a Paulo Frisknecht que, ao fazer 1.01.55, nos 100 metros mariposa, bateu um velho «record» absoluto de Portugal, estabelecido há 15 anos, por Vitor Fonseca.

No conjunto das provas, os atletas portistas trouxeram as seguintes distinções: Paulo Frisknecht, medalha de bronze e medalha de prata; Paula Santana, medalha de prata e novo «record» nos 100 metros mariposa; Isabel Mota, medalha de prata; Vasco Sousa, 4.º lugar nos 100 metros bruços e novo «record» nacional da categoria (1.25.53); finalmente, Deborah Lord bateu o «record» nacional da categoria numa prova de mariposa. Excelente, sem sombra de dúvida.

# Geral

## A-Ver-o-Mar volta aos jornais

### Registo Civil não reconhece cinco casamentos religiosos

PORTO, 26 — A questão de A-Ver-o-Mar, que se arrasta há mais de dois anos, conforme oportunamente notificámos, toma agora novas proporções pelo facto de o Registo Civil da Póvoa do Varzim não reconhecer cinco casamentos efectuados religiosamente pelo padre Ângelo da Venda que a maioria dos habitantes da freguesia sempre consideraram seu legítimo pároco, embora lhe tivesse sido negada essa qualidade pelo arcebispo de Braga.

O problema foi já amplamente divulgado nas nossas páginas, mas o que entretanto se verificou é que tanto o padre Ângelo da Venda como o outro sacerdote nomeado para a freguesia pelo arcebispo de Braga, continuaram a exercer paralelamente o seu ministério. Assim, pessoas houve que, considerando o padre Ângelo como o seu verdadeiro pároco se casaram religiosamente na sua presença. Quanto a estes casais, em número de cinco, levanta-se agora o problema do não reconhecimento pelo Registo Civil o que está a causar prejuízos às pessoas em causa que necessitam de documentos para a obtenção de determinados direitos, nomeadamente no campo da assistência.

Recordamos que o padre Ângelo havia recorrido para a Sa ta Sé sobre o seu problema e que a nível nacional, as questões que lhe foram levantadas pelo assalto à sua residência haviam sido tratadas pelo seu advogado, na altura, dr. Armando Bacelar que entre-

tanto foi ocupar o cargo de secretário de Estado da Justiça.

## TEM CAMUFLADO MILITAR?

Em circular enviada a todas as unidades sob as suas ordens o comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço lembra uma outra, datada de 15 de Dezembro e assinada pelo general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército, que proíbe o uso da farda camuflada, durante muitos anos símbolo activo da guerra colonial.

A proibição estende-se a todos, salvo aos militares em actividade e para casos expressamente previstos, como sejam instruções, exercícios, acções operacionais e guarda de policia. A referida interdição abrange os militares fora do activo ou os populares que ao desbarato adquiriram aquela farda e que por vezes a enver-

gam publicamente.

Acentua a directiva do comandante da RML que não obstante as ordens que foram divulgadas, «se tem verificado que alguns militares ainda circulam fazendo uso daquele uniforme em situações que se não pode considerar abrangidas pela determinação do Estado-Maior do Exército», pelo que adverte os mesmos e solicita aos comandos das unidades sob a sua jurisdição «a melhor atenção para este assunto».

Entretanto, tontes militares contactadas pela Anop escarçam que o uso imoderado do camuflado se deveu em grande parte ao fim das guerras coloniais e consequente armazenamento, no Continente, de lotes consideráveis daquele material.



## tempo

**Situação do tempo 09.00 H.**  
  
Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado, o vento era fraco ou moderado de Norte e caíam aguaceiros de neve na serra da Estrela

**TEMPERATURAS EXTREMAS**  
**ALVALADE**  
..... Máxima ..... 16,5°  
**P.DA SAÚDE**  
..... Mínima ..... 09,3°  
**TEMPERATURAS NO ESTORIL**  
  
Água do Mar ... 12,7°  
Atmosfera ..... 4,8°

**PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ**  
  
Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco a moderado de Norte por vezes com rajadas no Litoral Oeste; formação de geada nos locais abrigados do interior; queda de neve nas terras altas do Norte e Centro.

**TEMPERATURAS DO AR**  
**09.00 H.**  
  
PORTO ..... 2,0°  
P.DOURADAS .....  
COIMBRA ..... 0,2°  
PORTALEGRE ..... 0,1°  
LISBOA ..... 4,0°  
FARO ..... 6,0°  
FUNCHAL ..... 12,0°

**MARÉS DE HOJE**  

| PREA-MAR    | BAIXA-MAR   |
|-------------|-------------|
| 12.10 3,4 m | 18.01 1,5 m |
| Dia 27      |             |
| 0.44 3,5 m  | 6.42 1,4 m  |
| 13.22 3,5 m | 19.07 1,4 m |
| Dia 28      |             |
| 1.48 3,7 m  | 7.45 1,3 m  |
| 14.23 3,6 m | 20.02 1,3 m |

**AMANHÃ**  
  
NASCER ÀS 8.47  
OCASO ÀS 18.52  
  
DIA 31 DIA 8 DIA 15 DIA 22

| BOLSA DE LISBOA                |       |        |        |
|--------------------------------|-------|--------|--------|
| VALORES                        | EFEC. | COMPRA | VENDA  |
| <b>OBRIGAÇÕES DO ESTADO</b>    |       |        |        |
| Cons. 23/4 %                   | —     | 290\$  | —      |
| Cons. 3 %                      | —     | 320\$  | —      |
| Cons. 3 1/2 %                  | —     | 350\$  | 380\$  |
| Centenários                    | 800\$ | 800\$  | 810\$  |
| Tes. 5 %                       | —     | 805\$  | —      |
| Tes. 10 %                      | 530\$ | 530\$  | —      |
| Extern. 1.ª - s.               | —     | —      | —      |
| Extern. 1.ª - c.               | —     | —      | —      |
| Extern. 3.ª - s.               | —     | —      | —      |
| Extern. 3.ª - c.               | —     | —      | —      |
| Caut. 3.ª - s.                 | —     | —      | —      |
| <b>FUNDOS PÚBLICOS</b>         |       |        |        |
| A. Lx. 6 %                     | —     | 750\$  | 800\$  |
| C.M.L. 5 3/4 %                 | —     | 800\$  | —      |
| C.P. 5 1/2 % — 67              | —     | 700\$  | —      |
| C.P. 5 1/2 % — 68              | —     | —      | —      |
| C.P. 5 1/2 % — 69              | —     | —      | 800\$  |
| Corr. 5 3/4 %                  | —     | 795\$  | —      |
| Metr. 5 3/4 %                  | —     | 800\$  | —      |
| Tur. 5 3/4 %                   | —     | 800\$  | —      |
| C.P. 6 3/4 %                   | —     | 750\$  | —      |
| <b>ELÉCTRICAS</b>              |       |        |        |
| G. 5 % — 58                    | —     | —      | 1000\$ |
| G. 5 % — 59                    | —     | —      | —      |
| G. 5 % — 62                    | —     | —      | —      |
| G. 5 % — 63                    | —     | —      | —      |
| G. 5 % — 64                    | —     | —      | —      |
| G. 5 % — 65                    | —     | —      | 1000\$ |
| G. 6 % — 67                    | —     | —      | 930\$  |
| G. 6 % — 69                    | —     | —      | —      |
| G. 7 %                         | —     | 800\$  | —      |
| H.E.A. 5 %                     | —     | 580\$  | 650\$  |
| H.E.C. 5 %                     | 760\$ | 750\$  | —      |
| H.E.C. 6 %                     | —     | —      | 650\$  |
| H.E.D. 5 %                     | 700\$ | 700\$  | 750\$  |
| H.E.D. 6 %                     | —     | —      | —      |
| H.E.N.P. 5 %                   | —     | —      | —      |
| H.E.S.E. 5 %                   | —     | —      | —      |
| H.E.S.E. 6 %                   | —     | —      | —      |
| H.E.Z. 5 % — 57                | —     | 740\$  | —      |
| H.E.Z. 6 %                     | —     | 600\$  | —      |
| N. Elec. 5 %                   | —     | —      | —      |
| N. Elec. 6 %                   | 620\$ | 615\$  | 625\$  |
| Termoel. 5 %                   | —     | —      | —      |
| U.E.P. 5 % — 60                | —     | —      | —      |
| U.E.P. 5 % — 63                | —     | —      | —      |
| U.E.P. 6 %                     | —     | —      | 800\$  |
| U.E.P. 7 %                     | —     | —      | —      |
| <b>DIVERSAS</b>                |       |        |        |
| A.P.T. 5 % — 56                | —     | —      | —      |
| A.P.T. 5 % — 58                | —     | —      | —      |
| Lisnave 6 %                    | —     | —      | —      |
| Nitraos — 60                   | —     | —      | —      |
| Pet. 2.ª e 3.ª                 | —     | 800\$  | 820\$  |
| Sacor 7 %                      | —     | —      | —      |
| Sacor 5 % — 54                 | —     | —      | —      |
| Sacor 5 % — 60                 | —     | 850\$  | —      |
| Sid. 5 % — 2.ª                 | —     | —      | —      |
| Sid. 5 % — 3.ª                 | —     | —      | —      |
| Sid. 5 % — 4.ª                 | —     | —      | —      |
| Socel 5 %                      | —     | 850\$  | —      |
| R. Fabril — 67                 | 820\$ | 800\$  | 820\$  |
| R. Fabril — 68                 | —     | —      | 850\$  |
| <b>ULTRAMARINAS</b>            |       |        |        |
| Carbonif. 5 %                  | —     | —      | —      |
| Rev. 5 % — 57                  | —     | —      | —      |
| Rev. 5 % — 59-60               | —     | —      | —      |
| Mocambique 5 %                 | —     | —      | —      |
| Sonefe 5 %                     | —     | —      | —      |
| <b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b> |       |        |        |
| Atlântico                      | —     | —      | —      |
| F.I.D.E.S.                     | —     | —      | —      |

## A REVOLUÇÃO DOMESTICADA

Continuação da pág. 3

política.

Os «Nove» do Mercado Comum forçaram também a evolução política, recorrendo às mesmas promessas de auxílio. O auxílio económico «só começou a fluir após a substituição do V Governo radical pelo regime moderado agora em vigor». No princípio de Setembro, alguém prometeu a Henry Kissinger que «a esquerda iria ser contida e que o Governo seria estabilizado».

Exemplo de sabotagem económica («que só veio agravar a deterioração da economia») apontados pelo autor: a ITT que ameaçou retirar os seus recursos de Portugal, e as encomendas que começaram a falhar na Lisnave.

Daniel Schechter termina o seu artigo com as seguintes palavras: «por agora, Washington não parece descontente com o caminho que as coisas estão a tomar em Portugal. O Governo moderado parece solidamente instalado, os interesses estratégicos dos EUA estão em segurança, os homens de negócios americanos podem agir, a esquerda está a ser progressivamente eliminada. Portugal não ocupa já as primeiras páginas dos jornais. Mas outro perigo vermelho desponta no horizonte, num país chamado Angola...»

- 1) V. «o 25 de Novembro na Imprensa estrangeira» (D.L. 15/12/75)
- 2) V. «Tome Nota» («Karensky») (D.L. de 22/1/76)
- 3) Director do «Diário de Notícias» depois do 25 de Novembro
- 4) V. «A estratégia do PS, segundo o Phoenix Boston» (D.L. de 12/11/75)

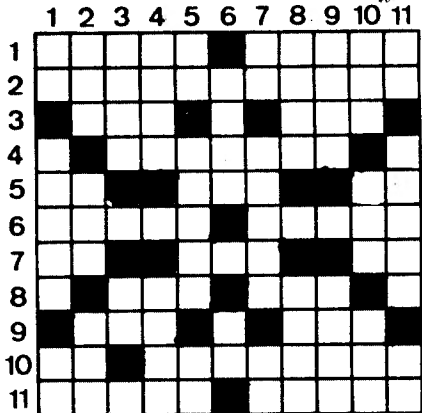
## palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11279

HORIZONTAIS:

- 1 Acomete. Gorjeia.
- 2 Fantasiaram.
- 3 Ribeira de Portugal. Artigo definido. Enguia.
- 4 Alisara.
- 5 Artigo definido. Medida de líquidos da Alemanha. Pronome pessoal.
- 6 Sela pequena e rasa. Queimam.
- 7 Cobre (s.q.). Botequim. Nota musical.
- 8 Grandes. Suspiros.
- 9 Mãe de Rómulo e Remo. Lista.
- 10 Compaixão. Acautelam.
- 11 Equipas. Guarnecidas de asas.



VERTICAIS:

- 1 Viração. Mastiga sem engolir. Oferece.
- 2 Porcos. Pronome possessivo. Grande quantidade.
- 3 Grande afeição. Germão (s. q.)
- 4 Rosto. Raspa.
- 5 Prefixo de privação. Dança popular brasileira. Reis.
- 6 Dependência onde se guardam loiças. Nome de letra.
- 7 Pronome pessoal. Estimara. Vossa Alteza.
- 8 Vassourar o forno depois de aquecido. Bonança.
- 9 Apre! Rio de França.
- 10 Recusa. Possui. Obrigação.
- 11 Amónio (s.q.). Recear. Manuscrito.

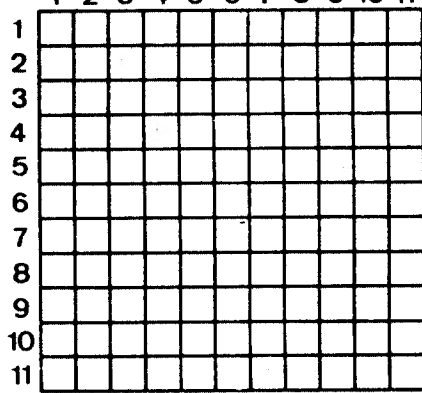
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7439

HORIZONTAIS:

- 1 Nome de peixe. Bolo com creme.
- 2 Amargo. Prendeis.
- 3 Crisol. Vazias.
- 4 Estime. Possui. Medida de superfície.
- 5 Ilha do Pequeno Belt. Ma-na.
- 6 Coisa (ant.). Dá mios.
- 7 Artigo definido. Habitar. Prasolódio (s.q.).
- 8 Charneca. Aguço.
- 9 Grande árvore da Índia. Na-quele lugar. Chefe etíope.
- 10 Atmosfera. Carta de jogar pasta. item.
- 11 Fatia. Ateada.



VERTICAIS:

- 1 Pai na linguagem das crianças. Casta de uva branca.
- 2 Acarinha. Fora para fora. Desbastar. Basta.
- 3 Grande. Move os remos. Antes de Cristo.
- 5 O sono das crianças. Conquistado. Pega.
- 6 Preposição. Lista.
- 7 Nota musical. Acarinha. Su- fixo que designa pequenez.
- 8 Prendo. Zombara. Antes de Cristo.
- 9 Borda. Frânco (s.q.).
- 10 Mitra com três coroas que o papa usa em certas cerimónias. Dais pios.
- 11 Pronome demonstrativo. Códex.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11278

HOTIZONTAIS:

- 1 ATÉ. Fadaram.
- 2 Bo. Lei. Sola.
- 3 A. MORTE. Air.
- 4 Daigi. Lasca.
- 5 Adrar. EC. It.
- 6 Rasas. Ama.
- 7 For. Mártir. Reatar.
- 8 Marrá. Mo.
- 10 Te. Lie. PE.
- 11 Erram. Colem.

VERTICAIS:

- 1 Abada. FORTE.
- 2 To. Adros. Er.
- 3 Miraram.
- 4 Lojas. Sala.
- 5 Feriram. Rim.
- 6 Tia. Sarre.
- 7 Ele. Rea.
- 8 As. Acata. po.
- 9 Roas. Mit. El.
- 10 Aliciaram.
- 11 Marat. Roam.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7438

HORIZONTAIS:

- 1 Manda. Parra.
- 2 Amial. Acuas.
- 3 Rança. Reges.
- 4 Croa. Sari.
- 5 Ao. Ra. So. An.
- 6 Ama.
- 7 Riam. Alva.
- 8 Tosa. Vaca.
- 9 Imã. Crê. Ser.
- 10 Rã. Creta. Da.
- 11 Asaro. Assis.

VERTICAIS:

- 1 Marcar. Tira.
- 2 Amaro. Romãs.
- 3 Nino. Lisa.
- 4 Dacar. Aa. Cr.
- 5 Ala. Aam. Cró.
- 6 Are.
- 7 Par. Saa. Eta.
- 8 Aceso. LV. As.
- 9 Raga. Uvas.
- 10 Raera. Acedi.
- 11 Assina. Aras.

PROVERBIO: Até à morte pé forte.



## serviços de serviço

### LISBOA

#### TURNO N-1

##### TODA A NOITE

##### AJUDA

Moura, T. da Memória, 55 (T. 630944)

##### ALTO DO PINA

Iberia, R. Barão de Sabrosa, 235-A (à Alameda) (T. 828277)

##### ALVALADE

Nova York, Av. dos Estados Unidos da América, 140-B (T. 760658)

##### ARROIOS

Candido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (Te. 45751)

##### BAIRRO DAS COLÓNIAS

Higiénica, R. Heliodoro Salgado, 20-A (T. 844361)

##### BAIXA

Teixeira Lopes, R. Áurea, 154 (T. 324816)

##### BENFICA

Lisboa, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393)

##### CAMPOLIDE

Ruato, Ld., Alto do Carvalhão, 5-A/B (junto ao Aqueduto das Águas Livres) (T. 651721)

##### CAMPO DE SANTANA

Peninsular, Campodórmios da Pátria, 117 (T. 553308)

##### ENTRECAMPOS

Nova York, Av. dos Estados Unidos da América, 140 (T. 760658)

##### LUMIAR

Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 262-B (T. 790332)

##### OLIVAIS SUL

Novados Olivais, R. Manhica, lote 469 (T. 316402)

##### S. MAMEDE

Albano, R. Escola Politécnica, 59 (T. 326750)

##### S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

Figueiras, Av. Marques de Tomar, 20 (T. 44895)

#### TURNO N-2

##### ATÉ ÀS 22 HORAS

##### ALFAMA

Anunciada, R. do Vigário, 74 (T. 866360)

##### ALTO DE S. JOÃO

Dalton, Av. Mouzinho de Albuquerque, 7-A (à P. Paiva Couceiro) (T. 843571)

##### ALVALADE

Aeroporto, Av. Almirante Gago Coutinho, 191-D (à Av. D. Rodrigo da Cunha) (T. 722384); S. João de Deus, R. Pedro Ivo, 1-U (T. 725140); Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C (T. 717958)

##### AREÍO

Miranda, Campo Pequeno, 36-B (à Av. Sacadura Cabral) (T. 770776)

##### AVENIDA DA LIBERDADE

Fernandes, R. de S. José, 187 (T. 326476)

##### AVENIDAS NOVAS

Universal, R. Actor Taborda, 5-1 (T. 44158)

##### BENFICA

Alegria, E. de Benfca, 180-A (T. 780511)

### CAMPO DE OURIQUE

Castro Fonseca, R. 4 de Infanteria, 28-A (T. 68857)

### PICHELEIRA

Marluz, C. da Picheleira, 140-B/C (T. 720703/728395)

### MARVILA

Grilo, R. do Grilo, 25 (T. 385264)

### SANTO AMARO

Limbonense, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020)

### SANTOS-O-VELHO

Fontoura de Carvalho, R. Santos-o-Velho, 12 (T. 662075)

### LINHA DE CASCAIS

### ALGÉS

Miraflores, R. António Granjo, 2 (T. 2113161)

### PAÇO DE ARCOS

Trindade Brás, R. Costa Ferreira (T. 2432034). Até às 22 horas

### OEIRAS

Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Toda a noite

### NOVA OEIRAS

Leal, Até às 22 horas

### CARCAVELOS

Central, Toda a noite

### S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

### PARADE

Grincho, Av. da República, 87 (T. 2471204)

### MURTAL

Primavera, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278). Toda a noite

### AMOREIRA

Amoreira, Até às 22 horas

### MONTE ESTORIL

Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Toda a noite

### CASCAIS

A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Até às 22 horas; Cordeiro, Av. C. G. Guerra, 40 (T. 280170). Toda a noite

### LINHA DE SINTRA

### DAMAIA

D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T. 970461)

### QUELUZ

Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841)

### CACÉM

Guerra Rico, Agualva

### MEM MARTINS

Quimio, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)

### S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T. 980456)

### SINTRA

Simões, Estefânia (T. 2930832)

### COLARES

Abreja (T. 299088)

### AMADORA

Melo, P. D. João I, 9-B (T. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T. 932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A

(T. 937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola (T. 938424)

### OUTRA BANDA

### ALCOCHETE

Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)

### ALHOS VEDROS

Guimarães, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

### ALMADA

Magalhães, R. Capitão Leão, 8-B (T. 2750242)

### BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302)

### BARREIRO

Pimenta, R. Cons. Joaquim António de Aguiar, 259 (T. 2073012)

### COVA DA PIEDADE

Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T. 2494182)

### MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025)

### MONTUJO

Montepio, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035)

### SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)

### SETÚBAL

Marques, R. Arronches Junqueira (T. 22783); Bonfim, Av. Rodrigues Manito, 12 (T. 24558)

### SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

### PORTO

#### TURNO 5

##### ATÉ ÀS 22 HORAS

Magalhães, R. de Serralves, 566; Correia, P. N. N. de Albuquerque, 78; Corujeira, R. de S. R. da Lameira, 1473; Lapa, R. An. de Quental, 211; Luso-Francisco, R. S. da Bandeira, 140; Central, R. 31 de Janeiro, 203; Gomes Carneiro, R. de Cedofeita, 348

##### TODA A NOITE

Foz, R. Senhora da Luz, 380; Foz, Couto, I. de S. Domingos, 106; Alirio de Barros, R. Costa Cabral, 240; Nova de Monsanto, R. de Monsanto, 148

### COIMBRA

Luciano e Matos, R. da Sofia, 11 (T. 22147); Machado, R. Bernardo Albuquerque (T. 23767); Sítio, Ld. S. Velha, 14 (T. 23234)

## cinemas

### CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

#### A REVOLUÇÃO SEXUAL

C/Laura Antonelli-Ricardo Cuceiolla

### IMPÉRIO

T. 555134 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Inspirado na obra de Oscar Wilde

#### A VIDA DE DORIAN GRAY

Com Helmut Berger e Richard Todd

3.ª Semana

### ROYAL

T. 865037 15.15 e 21.15

Int. menores de 18 anos

#### DECAMERON PROIBIDO

### POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

#### METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO

5.ª Semana

O «Sexo» Anda em Escape Livre

### VOX

T. 720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Não acons. men. 18 anos

#### A REBELDE APAIXONADA

### ROMA

T. 727778 15.30-18.30-21.15

Não acons. a menores de 18 anos

#### PAULO O QUENTE

Realização de Marco Vicario



#### 1.º Programa

17.00 Pánel da tarde  
18.00 Melodias  
18.30 Temas sobre a condição de retornado  
19.00 Música variada  
20.00 Jornal da noite  
20.30 Instrumentistas  
21.00 Pánel da noite  
00.00 Último jornal  
00.30 Retrospectiva  
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite

#### 2.º Programa

18.00 Música portuguesa  
19.00 O canto e os seus intérpretes, por Maira Helena de Freitas  
20.00 Obras de Haydn  
20.30 Sonatas de piano do século XX  
21.00 Passagem do MF 2 a Estéreo  
22.00 Intercâmbio musical  
22.29 Canções de Schubert  
22.30 Anúncio de despedida de Lisboa 2 e Norte 2  
23.00 Música ligeira variada  
00.00 Fecho

## BARES • BOITES

RESTAURANTES  
LUPUS

## DANCINGS

NINA Rua da Conceição, 100, Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.ief. 364859/368197 Tina, Strip-teaseuse

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Vencedores internacionais: 1. 261461/164526/264596/264621/264946

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

## cinemas

### CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos M/6 anos  
Walt Disney productions

#### UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

A aventura para além da imaginação  
14.ª Semana

### EDEN

T. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Int. a men. 18 anos

#### A ESTALAGEM DO PRAZER

2.ª Semana  
Um filme de Alois Brunner

### ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

9.ª semana de sensação

A comédia de sexo e de pecado à solta

#### COMO CAÇAR UM MARIDO

Um festival malandricos «secretas»  
Contém cenas eventualmente chocantes

### APOLLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA

5.ª Semana

Hoje às 24.00 (G. D. 18 anos)

POR QUEM OS SINOS DOBRAM

### CASINO ESTORIL

T. 26 4621 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

#### CASAMENTO DE PADRE

### S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

TRAGAM-ME A CABEÇA DE ALFREDO GARCIA

Uma história de amor e vingança

2.ª Semana

### RESTELO

T. 610375 21.00

(Não acons. a men. de 13 anos)

c/Sean Commery-Lan McShane

#### ESTADO DE EMERGÊNCIA

### AVIS

T. 47,63 15.30, 18.30, 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS MALUCOS VÃO A GUERRA

10.ª Semana

c/Les Charlots

### D. JOÃO V

Tel. 971794 As 21.00

Int. a menores de 18 anos

#### A VOLTA DE BILLY JACK

### ESTÚDIO

T. 555135 15, 17, 19 e 21.15h

Interdito a menores de 18 anos

Sylvia Kristel, Jean Luis Trintignant

#### BRINCANDO COM O FOGO



REMANESCENTE GÁRGICA, S.A.R.L.  
ADMINISTRAÇÃO GERAL  
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º  
TELEF. 06/33/2/3/4  
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS  
E PUBLICIDADE  
RUA LUZ SOBRADO, 44  
TELEF. 32115/6, 32021/2/3  
RUA DA ROSA, 75  
END. TEL. 06/64 TELEX 12363  
LISBOA - PORTUGAL

## C.L.A.R.P. contesta incriminação dos antifascistas presos

O Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos (C.L.A.R.P.), tendo como porta-voz uma Comissão Jurídica constituída por advogados progressistas, concedeu esta manhã uma conferência de imprensa em que foi denunciada a ilegalidade das detenções dos civis e militares «implicados» no 25 de Novembro.

Os juristas presentes na qualidade de representantes de alguns militares presos, nomeadamente do major Campos Andrade, major Tomé, capitão Nunes Pereira, aspirante Almeida e Brito, sargento Reis (da Força Aérea), soldado Lopes (do exército) e outros, desmontaram em breves traços no Relatório Preliminar de 25 de Novembro que esse documento contém de «ofensivo contra os princípios mais elementares dos conceitos de direito» — como acentuou o dr. Pires de Lima.

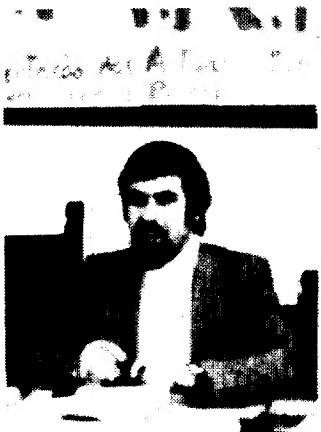
Usou, em primeiro lugar da palavra, o dr. Amadeu Lopes Sabino. Este, salientou que a luta em que estão empenhados (nos tribunais, nas cadeias e na vida quotidiana) se inscreve numa luta global contra o fascismo. Ao referir-se à situação de militares e civis presos por «participação» no 25 de Novembro, afirmou: «Chegou a altura de podermos ter meios de excepção. Não podemos deixar que esses métodos sejam usados contra os antifascistas quando não o foram contra os fascistas, pides... É preciso acabar com este tipo de instruções processuais preliminares feitos à margem da lei em que os detidos são ouvidos como declarantes e não como arguidos».

Sobre a circular do EMGFA, de 23 de Novembro que veio permitir a prisão «preventiva normal» de militares e civis revolucionários, os juristas pensam que essa circular feita na antevéspera do «golpe» é simplesmente «aberrante do ponto de vista jurídico-penal». Numa passagem do texto, salientam que «os militares progressistas presos não são vadios ou equiparados e só serão reincidentes no proclamado crime de conjuração do 25 de Novembro, se acusados de já terem cometido outro, qual seja o de conjurarem o 25 de Abril». Daí, concluem os advogados signatários que a circular de 23 de Novembro foi feita expressamente «para tentar dar cobertura às prisões dos antifascistas, ao arripio dos mais elementares princípios que salvaguardam os direitos e garantias individuais».

Motivadas pelo carácter insolito de tais meios, os advogados exigem a imediata libertação dos antifascistas presos. Aliás o dr. Pires de Lima, no encontro com a imprensa, chamou a atenção para a circunstância do Relatório Preliminar de 25 de Novembro se tratar de uma arma que visa atingir certos indivíduos, funcionando potencialmente como uma arma virada contra todos os antifascistas.

Da intervenção de José Augusto Rocha destacamos al-

guns pontos fundamentais como, por exemplo a referência ao facto de «enquanto o Relatório mete na cadeia os antifascistas, libertam-se os fascistas». Na sequência do seu discurso, o advogado afirmou «prendem-se os antifascistas sem haver uma lei e no entanto existe uma lei que prevê penas de 8 a 15 anos para os fascistas». José Augusto Rocha, a propósito citou o caso do ministro do Interior que já se encontra em liberdade. Em nome do C.L.A.R.P., o jurista classifica esta arbitrariedade de «hipocrisia e cinismo» — o que, consiste numa ofensa ao património da resistência do Povo Português ao longo da ditadura fascista.



Amadeu Lopes Sabino no uso da palavra

A C.L.A.R.P. divulgou uma publicação intitulada «Notas Para um Contra Relatório do 25 de Novembro» que diz respeito especialmente à situação no Regimento de Polícia Militar. Pretende a comissão «abrir o campo para um amplo inquérito popular à verdadeira conjura que em 25 de Novembro eclodiu: a da direita civil e, sobretudo, militar, que meticulosamente, montou em todas as unidades militares e em todo o País uma rede de comandos paralelos». A mesma comissão está a elaborar um «contra-relatório» sobre o Copcon.

Quanto à incriminação dos antifascistas presos a C.L.A.R.P. diz que a Lei Constitucional 3/74 que consagrou como legislação fundamental o Programa do M.F.A., derrubou toda a legislação que visava especificamente a defesa do Estado salazarista e que limitava as liberdades individuais. Portanto a C.L.A.R.P. acha que «independentemente de não ter havido qualquer conjura contra as instituições vigentes ou, melhor, de ela não ter sido cometida pelos antifascistas detidos, os democratas portugueses não podem consentir na incriminação de camaradas por delitos políticos como tal caracterizados pela legislação».

Frisou, ainda, a comissão jurídica que a prisão de pessoas como declarantes «é um processo monstruoso». E acrescentou: «Não se conhece que em tempo ou país algum cidadão tenha alguma vez sido preso como declarante. Isso só lembraria a via pluralista em liberdade rumo ao socialismo».

## Turismo em 1974

# Milhão e meio de estrangeiros faltou ao "rendez-vous"

O Turismo em 1974 registou um decréscimo bastante acentuado. As entradas totais de estrangeiros decresceram 36 por cento, em relação a 1973, tendo passado de 4 079 700, neste ano, para 2 621 800.

O número de dormidas de estrangeiros, em todos os meios de alojamento, foi de 13 223 000 menos 30 por cento do que no ano de 1973. As dormidas em parques de campismo e em colónias de férias ascenderam, respectivamente a 1 808,3 e 709,5 milhares. A evolução das dormidas nestes dois meios de alojamento apresenta uma ligeira variação positiva nos parques de campis-

mo e uma redução nas colónias de férias.

A capacidade do alojamento hoteleiro aumentou em relação ao ano de 1973, verificando-se a existência de mais 1803 camas, atingindo no final de 1974 o total de 84 341.

As receitas turísticas provenientes das entradas de divisas estrangeiras desceu 10 por cento, em relação a 1973, menos um milhão e 284 mil contos.

Por outro lado saíram menos 561,3 mil portugueses (menos 14 por cento do que em 1973) que gastaram, no estrangeiro, mais 14 por cento do que no anterior, segundo os dados do

relatório anual do Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo.

A nível internacional o turismo sofreu uma redução generalizada, em virtude das políticas de austeridade que os diferentes países aplicaram para evitar a saída de divisas e equilibrar as balanças de pagamentos e reduzir a inflação. Portugal e Espanha foram os países que registaram maiores baixas no número de dormidas. Segundo as previsões da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos) a procura turística dos principais países fornecedores de tu-

ristas continuará a ser influenciada pela diminuição de rendimentos disponíveis e pelas elevadas taxas de inflação que acarretam igualmente novo encarecimento dos serviços turísticos (transportes e alojamento).

Em relação aos países de origem, a Espanha deu-nos o maior número de visitantes (45 por cento do total). Seguiu-se a Inglaterra (15 por cento), os Estados Unidos (8 por cento), a França e a Alemanha (6 por cento). Os turistas destes cinco países representam cerca de 80 por cento dos estrangeiros que estiveram em Portugal no ano de 1974.

## P.P.D. quer futuro Governo de acordo com eleições

«Não abrir crise no VI Governo por causa da presença nele do PCP», eis uma das mais importantes decisões tomadas pelo PPD na reunião do seu III Congresso Nacional realizado no último fim-de-semana em Coimbra. De acordo com esta decisão, o VI Governo deverá manter-se até às Eleições Legislativas. O Governo que se segue deverá ser formado tendo em conta os resultados das eleições.

Outras decisões a assinalar da reunião do CN do PPD este fim-de-semana em Coimbra, serão a de o partido não indicar, para já, nome do candidato para a Presidência da República, e as respeitantes à posição do partido perante as Forças Armadas e seus órgãos.

«O PPD não aceita a fiscalização da constitucionalidade das leis do Conselho da Revolução sem prejuízo da compe-

tência de promoção da declaração da inconstitucionalidade que lhe possa pertencer» — dizem as conclusões divulgadas no final do encontro. «O PPD exige que as Forças Armadas em geral e o Conselho da Revolução em especial se comprometam solenemente na plataforma a garantir os resultados das eleições, sejam mais quais forem os resultados das eleições, sejam quais forem, com todas as suas consequências, quanto à formação do Governo».

Mais, e ainda em referência ao Pacto a obter depois das negociações em curso: «O PPD entende que o órgão de participação das F.A. no processo político para garantia da Constituição deve ter a composição rigorosamente traçada na Constituição. O Secretariado Nacional só poderá transigir quanto aos princípios enume-

rados (...) por razões graves e excepcionais e com o parecer favorável do Conselho Nacional».

O Conselho deliberou ainda convocar um congresso extraordinário para ultimar a revisão dos Estatutos. O congresso realizar-se-á depois das eleições para a Assembleia Legislativa e para a Presidência da República.

Mas o ponto mais importante do encontro foi, segundo afirmações do próprio secretário-geral do P.P.D., Francisco Sá Carneiro, a eleição da Comissão Executiva do Conselho Nacional, que passa a ficar assim constituída:

Efectivos: Ângelo Correia, Barbosa de Melo, Carlos Bace-lar, José Alfaia, Joaquim Lourenço, Teresa Oliveira Santos, José Queimado, Paulo Valdez, António Cunha, J. Montenegro Chaves, J. Soares da Silva.

Suplentes: José Gomes Mur-ta, J. Pinto Mendes, L. Regalheiro Henriques, M. Viegas Abreu, A. Brito Lhamas, Cunha Rodrigues, Filipe Abreu, Ribeiro Silva, M. Vilhena de Carvalho, Jorge Correia da Cunha e António Chaga.

## Militares detidos exigem julgamento público

Os militares e civis revolucionários presos em Custóias enviaram ontem ao presidente da República um telegrama em que reagem às conclusões do Relatório Preliminar sobre os acontecimentos de 25 de Novembro, ao mesmo tempo que pedem a libertação e «julgamento público» para apuramento da verdade.

É o seguinte o texto do telegrama enviado:

«1. Repudiamos vivamente Relatório Preliminar 25 de Novembro 1975, contém falsidades, meias verdades e adulteração factos concretos. Contestamos alegada isenção relatório qual manifesta relação falaciosa factos independentes. Tomámos conhecimento primeira vez acusações nunca anteriormente formula-

das eventualmente falsas declarações denunciadas.

«2. Repudiamos igualmente acusação havermos conspirado para perpetração crimes contra segurança interna do Estado.

«3. Consideramos justiça respeito pessoa e dignidade humanas foram desrespeitadas durante curso inquérito e divul-

gação pública seu relatório.

«4. Solicitamos libertação imediata e julgamento público onde verdade será posta ao povo português de acordo posição defendemos desde início.»

O telegrama é assinado pelos militares e civis presos em Custóias em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro.

## Morreu o subsecretário do Conselho de Ministros

Faleceu inesperadamente ao fim da noite de ontem, o subsecretário de Estado do Conselho de Ministros, Manuel Joaquim Lopes Machado.

Natural do Masouco (Freixo de Espada à Cinta), onde nasceu a 20 de Janeiro de 1935, Manuel Machado era licenciado em Filologia Germanica pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 8 de Maio de 1961, entrou no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo enveredado pela carreira diplomática. No exercício desta, passou pelo Consulado de Portugal na Baía e embaixadas portuguesas no Rio de Janeiro e Brasília. Durante os nove anos que permaneceu no Bra-

sil, o dr. Manuel Machado dedicou-se especialmente ao desenvolvimento das relações culturais entre os dois países.

Depois do 25 de Abril, foi promovido a Conselheiro e Ministro Plenipotenciário, tendo sido também um dos responsáveis pela reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde teve a função de adjunto de Gabinete do então ministro desta pasta, Mário Soares. Mais tarde, foi chefe de gabinete de Secretário do P.S. quando este passou a ministro sem pasta. Já no VI Governo, foi nomeado subsecretário de Estado da Presidência do Conselho.

## Angola no Conselho da Revolução

Continuação da pág. 1

formação, classificou tais notícias como «especulativas» pois o projecto não estava nos seus planos.

Não menos importantes serão as resoluções a ser tomadas em relação aos militares detidos. Também a esse respeito Ramalho Eanes, fez, no Porto, declarações acerca de Otelo em que a par de erros, reconheceu que «o Exército e o País têm uma dívida de gratidão para com ele» e que «essa dívida na primeira oportunidade será paga». Tais declarações surgem na linha das que foram feitas por Vasco Lourenço, e por outras figuras militares de relevo. Para o actual poder começa a ser difícil manter presos os militares revolucionários, e alguns dos actuais responsáveis ter-se-ão agora apercebido de que a grande manipulação vem da direita e eles estão na mira para os tiros seguintes.

São todas estas questões que o Conselho da Revolução terá que ponderar. As decisões reflectirão a correlação de forças do momento, revestindo-se de grande importância para a «leitura» do futuro político do País.